

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UGD
FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TERRITORIALIDADE**

MANOEL SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR

**RESISTÊNCIA E SUBALTERNIDADE NA REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NO
ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA EM SIDROLÂNDIA/MS**

DISSERTAÇÃO

DOURADOS

MANOEL SOARES DE OLIVEIRA JUNIOR

**RESISTÊNCIA E SUBALTERNIDADE NA REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO NO
ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA EM SIDROLÂNDIA/MS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa Pós-Graduação em Educação e
Territorialidade da FAIND-UFGD, como
parte dos requisitos necessários à obtenção
do título de Mestre em Educação e
Territorialidade

Orientador: João Edmilson Fabrini

Dourados

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O48r	<p>Oliveira Junior, Manoel Soares de.</p> <p>Resistência e subalternidade na reprodução do campesinato no assentamento Geraldo Garcia. / Manoel Soares de Oliveira Junior. – Dourados, MS : UFGD, 2022.</p> <p>Orientador: Prof. João Edimilson Fabrini.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Terra. 2. Trabalho. 3. Reforma Agrária. 4. Arrendamentos. I. Título.</p>
------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE
DOURADOS FACULDADE INTERCULTURAL INDÍGENA –FAIND
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



Manoel Soares de Oliveira Junior

*ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA: A
RELAÇÃO ENTRE TERRA, TRABALHO E
ARRENDAMENTO E OS DESAFIOS DOS ASSENTADOS
NO ENFRENTAMENTO AO LATIFÚNDIO*

Esta dissertação foi julgada e aprovada pela presente banca examinadora para a obtenção do título de Mestre em Educação e Territorialidade pela Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados, 28 de fevereiro de

2022.

Prof. Dr. Ediel Benites

Diretor da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Edmilson Fabrini
Orientador/PPGET/UFGD

Profª Drª Maria Gabriela Guillén Carías
Maciel Membro externo/ PPGS/UFGD

Profª Drª Jeanne Mariel Brito de Moura
Membro Interno / PPGET/UFGD



Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho
Membro Interno /PPGET/UFGD

Programa de Pós-Graduação em Educação e
Territorialidade

(67) 3410-2626/2627 - E-mail: faind.ppget@ufgd.edu.br

Rodovia Dourados/Itahum, km 12 – Cidade Universitária – CEP: 79804-970 – Dourados/MS

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria, se aprende é com a vida e com os humildes” (Cora Coralina)

Dedicatória

Este trabalho é dedicado, primeiramente em (*in*) *memória* de minha mãe, Maria de Paula Oliveira, que sempre me aconselhou a trilhar o caminho do conhecimento. Por ser pessoa humilde, analfabeta, migrante, nos ensinou desde muito cedo o valor da incessante busca ao conhecimento a ela minha sincera devoção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao ar, pela imensa possibilidade de respirar e continuar vivo. À terra pela grande gentileza de me proporcionar o alimento ao qual sacio minha fome. A água, que irriga toda vida, da minúscula as maiores, permitindo que a vida aconteça.

Agradeço a Deus, o Deus que está presente no meio do povo lutador que transforma a vida numa imensa resistência ao modelo capitalista dominante, o Deus que está presente no meio das multidões permitindo enxergar que toda a vida é possível, todas as coisas são tangíveis, que a luta é necessária, bastando o povo caminhar organizado, o Deus vive em cada ser humano.

A minha companheira amada, Patrícia de Souza Ferreira, pois sem o apoio, a cumplicidade, o amor fraterno, não seria possível a realização deste trabalho.

A também a minha filha Luara de Paula e ao meu filho Victor Lenin pela paciência e compreensão, sabendo que foram dois longos anos, em que minha ausência trouxe por vezes angústias e desespero.

A camarada Sandra Procópio, pelo apoio e insistência na continuidade dos estudos. Por vezes insistindo e ressaltando a necessidade de nos qualificar para contribuir melhor com a luta do povo; exemplo de dignidade, superação e honestidade.

A minha família e amigos, com quem sempre posso contar nos momentos alegres e tristes. Ajudaram com a delicadeza de enxergar a vida com mais leveza e na sua plenitude.

A camarada Alessandra, parceira nas trincheiras do conhecimento; buscou sempre me apoiar na incessante caminhada do aprendizado.

Ao meu orientador João Fabrini, sujeito comprometido, estudioso e dedicado a uma profunda análise da realidade. Me ajudou e ajuda muito a navegar nesse mar de grandes possibilidades, no que tange ao conhecimento.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela oportunidade de aprender e permitir olhar melhor a realidade a partir das contradições existentes, entendo a importância de pertencer à luta de classe. A militância permitiu uma compreensão mais profunda do mundo que vivemos.

A todo povo, que luta dia a dia, na ânsia de um mundo melhor, nosso trabalho de pesquisa é fruto dessas vivências e aspira a esperança de dias mais justos e dignos.

Agradeço aos assentados do Assentamento Geraldo Garcia, por ofertar-me parte das suas vivências, com quem aprendi muito durante a pesquisa. Luta e resistência faz parte do cotidiano, assim, o ato de pesquisar nos permite um aprendizado ímpar.

Agradeço a todos professores do Programa, pelo aprofundamento dos temas transversais, instigando-nos a vontade de estar sempre em sintonia com o conhecimento, permitindo a nitidez da sabedoria.

Ao camarada Nicolas, pela força, por ter emprestado o seu olhar criterioso sobre as páginas deste trabalho, ao qual foi de fundamental importância.

Agradeço a CAPES, pela cedência por um ano, de bolsa de estudo a qual foi bem partilhada e colocada a serviço do bem comum. Embora tenha consciência que esta atitude deveria ser um dever para com todos e todas os educandos e educandos, pois, o conhecimento é a segurança do novo e de novas possibilidades.

*O poeta Kin disse:
Como escrever obras imortais, se não sou
conhecido?
Como responder, se não me fazem perguntas? Por
que perdem tempo com versos, se o tempo os
perde?
Escrevo minhas proposições numa língua durável
Pois temo passe muito tempo antes que se
executem.
Para alcançar o grandioso são necessárias
grandes transformações.
Pequenas transformações são inimigas de
grandes transformações.
Tenho inimigos. Logo, devo ser conhecido.
Bertolt Brecht*

Resumo

Nesta pesquisa desenvolveu-se a reflexão sobre a luta pela terra, a questão agrária, os e o trabalho no Assentamento Geraldo Garcia. O cerne do debate gira em torno da resistência e subalternidade na reprodução do campesinato -e também na sua resistência no assentamento GG) Houve uma certa distribuição da terra e realizaram-se os assentamentos, entretanto, o poder público brasileiro negligencia o homem e a mulher do campo, na medida em que lhes nega a essas populações o direito a linhas de crédito, assistência técnica, e conhecimento aprofundado sobre o solo assentado.

O estudo também buscou os processos históricos da luta pela terra em âmbito nacional, percorreu o caminho dos enfrentamentos e embates da luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul, trilhou a história de resistência e perseverança na conquista da terra Assentamento Geraldo Garcia, evidenciados os desafios dos (as) acampados (as) no enfrentamento ao latifúndio. Outro ponto a ser comentado na pesquisa é sobre o agronegócio. Este, ao adentrar nos assentamentos transforma a existência dos camponeses. Os produtores (autoidentificação dos assentados) que utilizam a produção de soja e milho como sustento da família, não veem na coletividade a resposta para os problemas.

A pesquisa traz como constatação os anos iniciais servem como aprendizado, experimentos, o assentado quando chega na terra não tem tanta experiência. Nessa perspectiva, os primeiros anos no assentamento, são difíceis e requerem perseverança, conhecimento e investimento.

Resumen

En esta investigación se desarrolló una reflexión sobre la lucha por la tierra, la cuestión agraria y el trabajo en el Asentamiento Geraldo García. El núcleo del debate gira en torno a la resistencia y la “subordinación en la reproducción del campesinado - y también en su resistencia en el asentamiento GG) Hubo una cierta distribución de la tierra y los asentamientos ocurrieron, sin embargo, el poder público brasileño descuida al hombre y las mujeres rurales, en tanto niega a estas poblaciones el derecho a líneas de crédito, asistencia técnica y conocimiento profundo del suelo asentado.

El estudio también buscó los procesos históricos de la lucha por la tierra a nivel nacional, recorrió el camino de los enfrentamientos y enfrentamientos de la lucha por la tierra en el estado de Mato Grosso do Sul, trazó la historia de resistencia y perseverancia en la conquista de la tierra Asentamiento Geraldo García, evidenció los desafíos de los acampados frente al latifundio. Otro punto a comentar en la investigación es sobre los agronegocios. Este último, al ingresar a los asentamientos, transforma la existencia de los campesinos. Los productores (autoidentificación de los pobladores) que utilizan la producción de soja y maíz para mantener a sus familias, no ven en la comunidad la respuesta a sus problemas.

La investigación demuestra que los años iniciales sirven de aprendizaje, de experimentación, el colono cuando llega a tierra no tiene mucha experiencia. Desde esta perspectiva, los primeros años en el asentamiento son difíciles y requieren perseverancia, conocimiento e inversión.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – início do assentamento Palmares.....	13
Figura 2 – Ocupação da fazenda Triângulo.....	14
Figura 3 – Acampamento na Fazenda Triângulo.....	15
Figura 4 – Acampamento.....	16
Figura 5 – Capas do Jornal.....	49
Figura 6 – Luta pela Terra.....	58
Figura 7 - Capa de jornal.....	72
Figura 8 – Mapa.....	75
Figura 9 – Arrendamento – grupo 3.....	89
Figura 10 - Arrendamento – grupo 4.....	89
Figura 11 – Assentamento.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados comparativos da produção dos arrendatários e da renda paga.....	83
--	----

Lista de abreviaturas e siglas

CEPEGE	Centro de Capacitação Formação e Pesquisa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única de Trabalhadores
DA	Despesas Administrativas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária
KM	Quilômetro
MS	Mato Grosso Do Sul
MST	Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleo de Base
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
STR	Sindicato Dos Trabalhadores Rurais
UFGD	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
MEMORIAL.....	11
PESQUISA.....	18
METODOLOGIA.....	22
1 QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	25
1.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA AÇÃO COLETIVA.....	32
1.2 A CARACTERIZAÇÃO DO CAMPONÊS.....	38
1.3 O MST: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO.....	43
1.4 ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS CAMPONESES: O ESTUDO COMO ATIVIDADE REVOLUCIONÁRIA.....	47
1.5 AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA.....	50
2 A LUTA PELA TERRA EM UM NOVO CONTEXTO: AÇÕES QUE IMPULSIONARAM A CONQUISTA DA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL.....	54
2.1 OS CAMPONESES EM SIDRÔLANDIA.....	59
2.2 A LUTA COMO INSTRUMENTO PARA A CAMPENIZAÇÃO.....	61
2.3 A CONCENTRAÇÃO COMO POLITICA DE ESTADO.....	63
2.4 ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA, ENTRE LUTAS E DESAFIOS.....	70
2.5 ASPECTO DA PRODUÇÃO INICIAL.....	80
2.6 OS SUJEITOS DA HISTÓRIA: OS ASSENTADOS COMO VIVEM E SE ESTRUTURAM.....	82
2.7 QUESTÃO DOS ARRENDAMENTOS E EXPLORAÇÃO DOS ASSENTADOS.....	83
2.8 O TRABALHO EXTERNO AO LOTE: RESISTÊNCIA OU SUBMISSÃO?.....	91
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

A presente introdução foi dividida em 3 partes para melhor compreensão do leitor. A primeira se refere ao memorial. A segunda é a introdução dos aspectos da pesquisa. A terceira é referente a metodologia. O memorial conta a trajetória de vida do autor, o que foi central na escolha do tema investigado, ou seja, a trajetória de vida fez despertar o interesse em pesquisar temática da resistência e subalternidade na reprodução do campesinato nos assentamentos de reforma agrária, no caso, o assentamento Geraldo Garcia, no município de Sidrolândia/MS.

MEMORIAL

Minha história de vida se assemelha a tantas outras, o convívio com a fome e a pobreza é uma realidade na história de minha família. A migração de um estado para outro, era constante, como meu pai dizia “pobre não tem paradeiro”. Assim, saímos do Espírito Santo em direção às Minas Gerais, depois fomos para o Paraná, Rondônia, voltamos para o Espírito Santo e voltamos à Rondônia. Meu Pai e minha Mãe sempre trabalharam de meeiros, ou quando essa atividade não era possível, vendiam a força de trabalho para buscar o sustento da família.

Com todas essas mudanças, ficamos prejudicados em relação aos estudos, pois, sempre que atracávamos em algum lugar, geralmente era distante de escolas, complicando o deslocamento.

Na década de 1990, retornamos para Rondônia. Naquele período, o estado ainda estava em desenvolvimento. A grilagem, as ocupações e a posse da terra eram comuns naquela região. Fomos para uma Chácara a 50 km da cidade, mais perto Ouro Preto D’Oeste. De onde morávamos até a escola mais perto eram cerca de 7 km (sete quilômetros). A escola funcionava como multisseriada, de ensino fundamental, até a quarta série, como era organizado o ano escolar naquele período. Portanto, somente eu dos irmãos em casa era matriculado. Lembro que tinham uns 3 km de mata, nome que dávamos a floresta fechada, virgem. Era comum encontrar com animais no caminho. Na região, contavam histórias de pessoas que foram comidas por onça, atacadas por animais silvestres e então, o caminho até a escola era de atenção e medo.

Para levar o material escolar, eu usava uma sacola de açúcar amarrada com alça, ou mesmo quando tinha oportunidade fazia-se um bernal¹. Saía por volta das 5 horas para chegar

¹ Era o nome dado a uma bolsa feita com pano cortado de calças, dobrava e costurava as laterais, colocava uma alça e estava pronto o emborna.

na escola as 7h e ficava lá até as 12, de maneira que só chegaríamos em casa por volta das 14 horas, sempre com muita fome.

O caminho do estudo, na infância quase sempre foi uma peregrinação e sofrimento, até o momento em que minha família decidiu ir para um acampamento do MST, nos anos noventa. O acampamento Zumbi Dos Palmares, ficava a 70 km de Ouro Preto D'Oeste, em lado oposto à chácara que morávamos. Lá no acampamento era um universo de muitas coisas boas. Primeiro, todas as famílias ao chegarem, se inseriam em um núcleo de base, que era composto por 10 famílias. No NB, acontecia a discussão dos problemas, estudo sobre história da luta pela terra entre outros assuntos pertinentes a vida em comum. Formação coletiva era o objetivo desses núcleos.

De tudo havia ali: escola, igreja, campo de futebol, rádio, e noites culturais. Por ser evangélico fervoroso, meu pai não nos permitia participar dos momentos culturais e de lazer. Minhas irmãs muitas vezes escaparam na calada da noite, escondidas dele, para aproveitar os momentos culturais que eram também importantes para a formação e a luta.

No acampamento cada NB tinham seu espaço para cultivar o roçado. Plantavam arroz, milho, feijão e outras culturas para a sobrevivência das famílias. O leite para as crianças comprava com o caixa coletivo a qual cada família contribuía e era buscado nos lotes de pequenos agricultores dos arredores do acampamento. Quando o galão de leite chegava, formava aquela imensa fila para pegar o leite, o que geralmente era um pouquinho para cada família que tinha filhos pequenos. O acampamento contava com mais de 400 famílias, desta forma o número de crianças e jovens eram assustadoramente grandes.

Figura 1 – início do acampamento Palmares

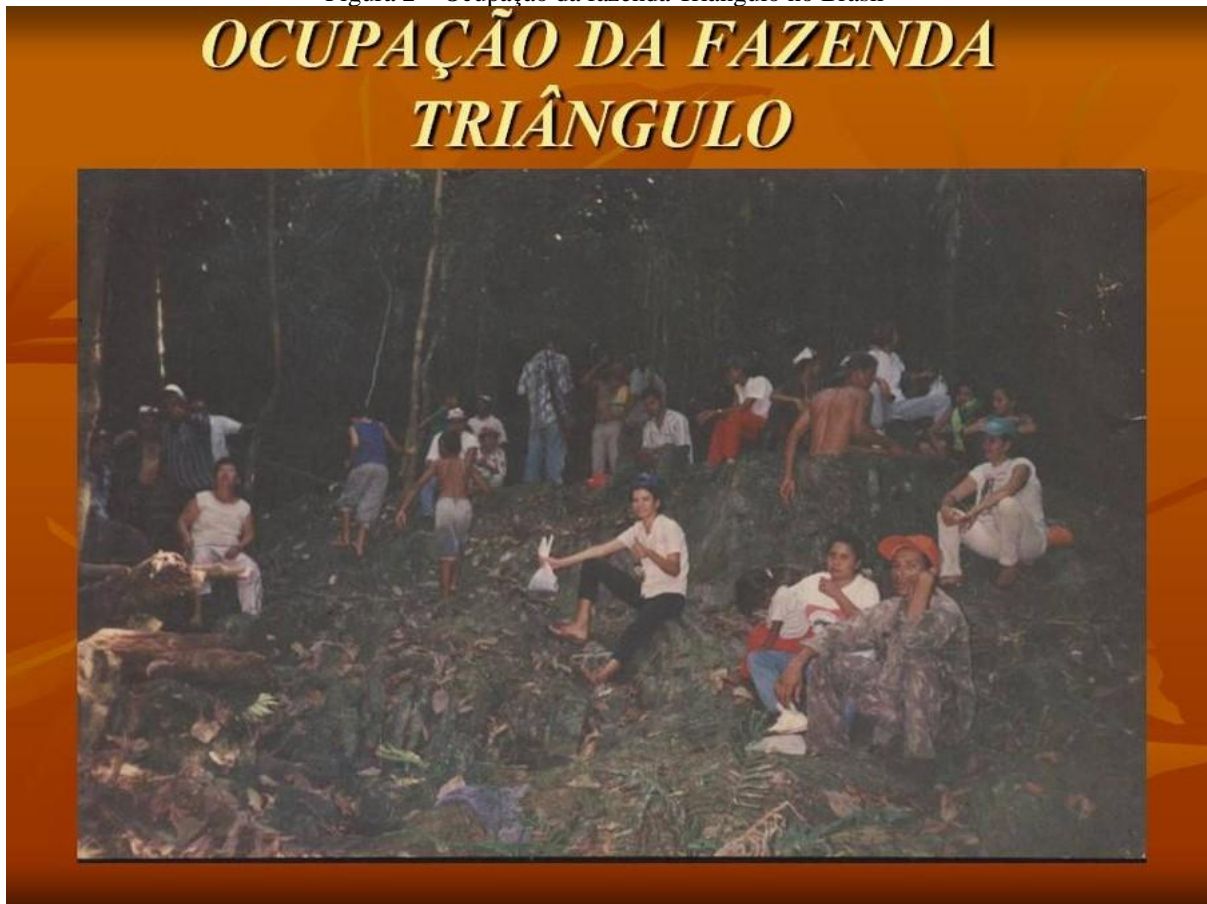


Arquivo da família

Para vestir a molecada, tinha um grupo de mulheres que confeccionava as roupas. Geralmente era conjunto, calção e camisa, como a quantidade era grande a se fazer, as mulheres faziam modelo padrão, tudo da mesma cor.

Na vida em coletivo, todos (as) estavam dentro de processo formativo, o acampamento era organizado em Núcleo de Base, nos setores: saúde, educação, segurança, produção e cultura. Todos, de criança a adulto, participavam dos setores que discutiam as ações a serem desenvolvidas. Lembro que o setor de saúde para combater a desnutrição que era grande entre as crianças, criaram uma sopa feita com multimistura: mandioca e folha de mandioca e outros ingredientes que muito nos sustentou.

Figura 2 – Ocupação da fazenda Triângulo no Brasil



Arquivo dos assentados

Um fato interessante é que quando veio a emissão de posse no ano de 1996, estávamos nós as crianças tão envolvidas com a vida em comunidade, que a divisão do lote foi o momento mais difícil, as famílias se separaram. Os laços estabelecidos iriam se enfraquecer, embora as agrovilas ainda permitirem contato com a vizinhança, foi o momento difícil para todos.

A emissão de posse não foi de “mão beijada”, o acampamento se dividiu em dois grupos, um de permanência e enfreamento na fazenda, o outro de ação a manifestação junto ao (Incr) na capital, o que rendeu mais de três meses de ocupação do Incra², assim, vendo a resistência do povo, emitiram a posse de duas fazendas que estávamos acampados e outra no distrito de Nova União. Mais tarde com a chegada do assentamento o distrito se emancipou.

²Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Figura 3 – Acampamento na Fazenda Triângulo



Fonte: arquivo pessoal

A partir da emissão de posse, o acampamento se dividiu em dois: um sendo Zumbi e o outro Palmares. Foi um momento extremamente difícil, pois se tratava de dividirmo-nos em duas partes. Laços haviam sido estabelecidos, desta forma a coordenação tentou ajudar, deixando que as pessoas escolhessem em qual parte morar.

Figura 4 – Acampamento



Fonte: Arquivo pessoal

Ingressei na militância ativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no estado de Rondônia, no ano de 1999. Era apenas um menino tentando compreender o motivo de toda pobreza e desigualdade que assolava nosso povo. No caso de minha família, migrantes vindos do Sudeste buscando melhoria de vida e terra para plantar o sustento.

Durante toda minha vida, desde a infância, participei desses momentos de reuniões, de lutas permanentes e de construção da identidade Sem Terra. Toda minha infância, foi na luta, primeiro em acampamento e depois no assentamento Palmares, no Município de Nova União no Estado de Rondônia.

Desde muito novo aprendi a valorizar a terra, porque é dela que tiramos o nosso sustento, e a ela somos gratos. A escola do assentamento era feita de madeira bruta e coberta com palha de babaçu, os bancos eram feitos de tabuas serradas pelos companheiros, a própria escola era construída pela comunidade. Foi nas séries iniciais onde pude compreender a importância da sociabilidade e da coletividade. Na época por ser novo, ainda não entendia o verdadeiro motivo de tanta solidariedade: eram mães que vinham fazer a merenda, as famílias que se reuniam para garantir a alimentação das crianças durante as aulas. Para mim, essas atitudes eram comuns, inato as pessoas. Só mais tarde pude perceber a riqueza cultural que permeava os espaços onde vivi. Solidariedade, humanismo e coletividade não eram apenas palavras, e sim atitudes vivenciadas no dia a dia.

Minha primeira vivência e inserção na militância, foi através do Setor de Cultura no MST. O primeiro contato foi espetacular. Tudo era novo e apaixonante: o contato com a literatura, com a arte sistematizada, vários momentos de formações, vários desafios de tentar pensar a arte numa perspectiva emancipadora. Foram diversos os espaços de formação, tentando sempre cultivar as práticas revolucionárias que movem a militância Sem Terra.

Nos anos 2000, o Estado de Rondônia ainda estava tomado pelo recente Massacre de Corumbiara³, este tendo acontecido no ano de 1995. O medo ainda pairava sobre as pessoas, tomávamos cuidado com tudo, pois, a perseguição aos movimentos sociais era grande, e continua ser. O estado enfrentava uma forte onda de assassinatos velados. A organização nos orientava: todo cuidado era pouco. Neste sentido os primeiros estudos eram acerca da segurança.

Em 2002, participei da primeira atividade de formação ao nível nacional, que aconteceu no Estado de Mato Grosso do Sul. O movimento denominava-o de curso prolongado, como o próprio nome diz, era um curso de três meses de duração. As primeiras semanas, estudávamos introdução à história do movimento, em seguida filosofia, modos de produção e durante o processo de formação tínhamos um tempo para o trabalho de base. Por duas semanas, fomos para os acampamentos e assentamentos fazer trabalho com os militantes. Foi uma experiência ímpar, pois, conseguíamos colocar em prática toda teoria aprendida durante o processo de formação, vivenciando a prática revolucionária.

Em 2003, fui indicado para fazer outro curso nacional, na época chamada de Escola Nacional de Formação de Militantes – Curso Básico, realizado no Estado de Espírito Santo, outra experiência inigualável. Neste curso, tive o primeiro contato com conhecimento sistematizado. Fora realizado durante 75 dias de estudos intensos, acerca do materialismo histórico e dialético. No final, tínhamos que defender um artigo definindo um tema na primeira semana e apresentar a defesa.

Nos anos seguintes, participei de diversos espaços de formação ofertados pelo movimento, através da Escola Nacional Florestan Fernandes, onde em 2005 tive a possibilidade de contribuir no acompanhamento pedagógico de diversos momentos de formação da organização. Viajei para vários estados colaborando na formação e assessoria de outros jovens

³ Na madrugada de 9 de agosto de 1995, a fazenda Santa Elina, uma imensa propriedade rural com cerca de 18 mil hectares, ocupada por trabalhadores rurais sem-terra, foi invadida por 194 policiais fortemente armados. A violência dos policiais militares e os atos de guerra protagonizados por eles naquele dia mancharam de sangue para sempre a história do conflito agrário no Brasil.

e contribuí com movimento camponês na Bolívia. Em toda a militância, sempre primei pelo cuidado de estar vinculado à base, pois, a militância que não tem vínculo com a base, perde o sentido de ser.

A primeira turma no qual tive a possibilidade de acompanhar como membro do Coletivo Nacional de Formação, foi após a Marcha Nacional do MST de Goiana a Brasília. Foram dias de luta, estudos acerca do momento histórico, convivência com pessoas de diversos Estados do Brasil e diferentes gerações. Me marcou a presença de um companheiro portador de necessidades especiais, estava ali somando as fileiras de Sem Terra, era muita motivação. Uma mística intensa, o fervor de estar lutando por um Brasil mais fraterno e solidário para todo o povo brasileiro.

Em 2011, vivi uma dor imensurável, a perda da minha Mãe com apenas 55 anos. Fiquei sem chão por um longo período. Ela representava para mim a resistência, a dedicação e a pureza que fazia a vida ficar mais terna. Não consegui permanecer em Rondônia. Minha casa ficava ao lado da casa dela, então decidi vir morar no Mato Grosso do Sul, onde tive a oportunidade de me graduar em pedagogia e agora, poder concluir meu mestrado.

Como militante do MST ajudei a construir esta organização, e ela ajudou a ser o que sou. Debaixo de um barraco de lona, que para muitos é seu lar, aprendi a dedicar a minha vida à causa social.

Atualmente sou assentado no Geraldo Garcia – MS, colaborando no desenvolvimento de uma prática produtiva em que a agroecologia seja parte fundamental nesse processo. Toda essa jornada, narrada até aqui, foi o que me levou a escolher o objeto de pesquisa do mestrado, a saber: analisar o processo formativo do Assentamento Geraldo Garcia e os desafios dos acampados frente ao latifúndio.

1.2 PESQUISA

O desenvolvimento do agronegócio e a exploração capitalista no espaço agrário brasileiro coloca em xeque a existência camponesa como vetores de resistência à reprodução do capital. Desse modo, o lugar de produção do campesinato sempre foi visto como modo de vida e de trabalho, sendo incompatível com as relações de produção e reprodução do capital.

O período histórico em que estamos vivendo foi marcado pela globalização das relações de produção e internacionalização do capital. Promovendo novas relações, novos debates e

novas vivências. Na sociedade, as contradições de classe são aproveitadas pela burguesia, amenizadas as vezes, atizadas outras, como se tudo fosse o capitalismo, colocam todos no mesmo barco, à (exemplo) da propaganda “o agro é pop é tec é tudo”, como se todas as populações que estão no campo fizessem parte do mesmo viés de produção. A organização da vida passa a ser determinada pelos ditames do capital no campo. Consolidam uma ideologia de um modo de produção para as populações rurais que estão inseridas nessa nova realidade e são determinadas pelo capital.

O mundo globalizado, reorganizou o espaço agrário brasileiro. As tecnologias permitiram a uma parte significativa da população do campo o acesso à informação e aos meios tecnológicos, vislumbrados nos aparelhos celulares, “smart tv” e afins, que transformaram a maneira de pensar e agir do homem e da mulher do campo. Ao passo que o acesso à informação poderia se tornar a liberdade de pensamento, serviu também para criar no imaginário rural a paridade, tentando ocultar as relações de poder presente neste universo. O capital, enquanto relação social, tentou e tenta padronizar a vida, infundir todos os dias a ideologia do mercado e da livre concorrência.

A realidade assim, vai sendo cada vez mais complexa de se entender. E é essa a tentativa do modo capitalista de produção da vida. Cria um campo ideológico, em que a percepção da transformação social fica cada vez mais difícil de ser enxergada. O capitalismo na sua fase do neoliberalismo, busca constantemente impedir que as pessoas compreendam que são elas portadoras de toda transformação e tudo que é produzido. Busca constantemente extrair do imaginário coletivo a luta de classe. Essa ideia se confirma, por exemplo, na aplicação das leis trabalhistas, que recentemente retirou direitos conquistados através de lutas travadas por aqueles que nos antecederam, e que agora nos apresentam como se fossem a saída mais inteligente e necessária, a ponto de o próprio trabalhador passar a defender essas mudanças como sendo a resposta para o problema do desemprego estrutural e tudo o que isso representa.

Vale ressaltar que o capitalismo é um sistema econômico baseado na ideia de bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, com o objetivo de adquirir lucro. O neoliberalismo é uma fase, com novos processos de desregulação da economia com novos argumentos.

Nesse universo globalizado, se insere a realidade do campo, sendo cada vez mais fragmentado, dividido e segregado. Apresenta a produção agrícola baseada em apenas dois produtos, soja e milho. Incute no imaginário do campo a lógica do mercado como saída para a desigualdade existente. Transforma à vida em morte. Apresenta o modelo de produção

dependente do mercado através do controle de patente, tornando a produção agrícola sob o domínio do grande capital. As sementes são estéreis e esta realidade também esteriliza o pensar e o agir. O homem e a mulher do campo, em grande parte ficam sob o jugo do mercado, não tem controle sobre sua produção. Cria assim a relação de dependência desses sujeitos com o mercado agrícola. Isso não significa dizer que não há resistência frente a essa situação

A concentração fundiária e o avanço das grandes monoculturas tendo como exemplo os plantios de soja e milho, tomaram conta das grandes extensões de terras localizadas na região central do Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo dados do IBGE, a produção de soja nos anos 2000, era equivalente a sessenta mil hectares plantados. Subiu para duzentas e trinta mil hectares em 2021, um aumento de mais de 300%. Esse aumento ocorreu devido à substituição de diversas culturas para o plantio exclusivo do binômio soja e milho.

No município investigado, no caso, Sidrolândia, segundo o último Censo Agropecuário IBGE de 2017, a área correspondente à lavoura permanente, praticada em sua grande maioria pelo pequeno agricultor, sendo o plantio de banana, abacate, laranja e outros

Era de um total de 349 hectares em todo o município. Em contraposição as lavouras temporárias de soja e milho, equivaleriam a mais de 200 mil hectares de terra. Significa dizer que a biodiversidade foi suplantada em prol da monocultura da soja e milho. Também houve de forma significativa a diminuição dos rebanhos de bovinos e essas áreas que antes eram destinadas à criação de gado, que agora integram de forma sistemática as lavouras espalhadas por todo município.

Vale destacar que há uma diferença entre o gado de confinamento e o gado de pastagem. Os primeiros fazem parte de um sistema de criação de bovinos em que lotes de animais são encerrados em piquetes ou currais com área restrita, e onde os alimentos e água são fornecidos em cochos. Diz-se que o gado de confinamento tem como vantagem a liberação dos pastos para outras atividades. Contudo, tal situação apenas demonstra o viés do capital em acumular, priorizando isso no lugar da saúde humana, pois o gado de pastoreio apresenta uma alimentação mais limpa em relação ao outros.

Destinados à pequena agricultura nos assentamentos, existem um total de 34.969 hectares de terras do município. Se em todo município há apenas 349 hectares destinadas à lavoura permanente, isso significa dizer os assentamentos também ingressam na estatística com a prática das lavouras temporárias pois essa prática é maior do que a lavoura permanente.

No município de Sidrolândia existem mais de cinco mil lotes destinados à reforma agrária, segundo dados do IBGE de 2010. De toda área cultivada de soja e milho, um total

181.523 hectares, dados apresentados no último Censo (IBGE, 2010), que inclusive traz incompatibilidade com os números apresentados pelo agronegócio pelo Agrolink de 2021. Esse traz que a área plantada no ano de 2017 era de 196.250 hectares, diferença de mais de 14 mil hectares de terra, ou seja, também há uma manipulação em torno dos dados abordados. A pesquisa se insere neste contexto. Uma realidade bastante complexa, onde o assentamento Geraldo Garcia é o cenário pesquisado. Neste aspecto a vivência estabelecida durante anos nesse território, forço-me a desembaçar a ideologia que muitas vezes tenta ofuscar a realidade. A realidade abordada no plano teórico se apresenta ainda muito mais bonita do que realmente é. O romantismo em torno do campo paira sobre muitos pesquisadores (as), que amputam dessa realidade a premissa da contradição presente em todos os aspectos da vida.

Nesse sentido, cabe enfatizar aqui que a pesquisa se dedica a compreender a temática da resistência e subalternidade na reprodução do campesinato no assentamento Geraldo Garcia, no município de Sidrolândia/MS. O campo pesquisado é contraditório. Sitiado por grandes fazendas em que a lógica predominante é do agronegócio e da produção capitalista. O convívio, às vezes umbilical, com os fazendeiros próximos ao assentamento, impede até a noção de território, sendo difícil distinguir, por exemplo, onde termina o assentamento e onde começa a fazenda. Do ponto de vista da produção é uma só, soja e milho. O agronegócio vai criando seu imenso deserto verde, colocando sob seu jugo toda lógica de existência no campo. Esteriliza a vida na medida em que esterilizam as sementes. Torna o agricultor dependente, subserviente aos ditames dele, o agronegócio.

Com isso, os processos que levaram as famílias a serem assentadas vão se perdendo, dando vazão a outra lógica de pensar, a lógica capitalista de produção. Isso não significa dizer que no assentamento não há lutas de classe. Existe e ela é constante, os camponeses ainda têm o seu território, embora arrendado, mesmo assim representam um impasse par o agronegócio. Eles têm a produção, mas o direito da terra ainda é dos camponeses.

O capitalismo atua desenvolvendo-se simultaneamente na direção da implantação do trabalho assalariado no campo (isso ocorre em várias culturas e em diferentes áreas do país, com a cultura da cana-de açúcar, da laranja, da soja). Mas, por outro lado, esse mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa, como ocorre com a produção de aves e suínos, cultivo do tabaco, da uva, do tomate, do feijão, e mesmo do café (OLIVEIRA, 2005, p.157 -158).

Desta maneira, exporemos a seguir a estrutura que escolhemos para guiar a pesquisa, e o leitor, na compreensão desta realidade.

No primeiro capítulo, buscamos compreender a questão agrária no Brasil dando destaque para o período colonial, povos originários, abundância não capitalista, o trabalho escravo, a primeira lei de terras e as lutas subsequentes.

No segundo capítulo, retomamos a luta pela terra de maneira mais específica, dando vazão os processos de apropriação da terra no estado de Mato Grosso do Sul. Passando pela primeira lei de terras estadual e suas consequências para as lutas subsequentes. Partimos do geral para o específico, tentando compreender o fio condutor que liga essas duas realidades. Neste sentido, abordo a luta em Sidrolândia em perspectiva da somatória das organizações sociais que desembocam nessas lutas e a história específica do assentamento Geraldo Garcia. A pesquisa se insere neste capítulo.

No terceiro capítulo, busca-se compreender e evidenciar a perspectiva camponesa. Traz a abordagem teórica e os elementos que compõe esse universo, a dos camponeses. Aborda também a matriz de pensamento, pelas quais passam as leituras relacionadas aos sujeitos do campo.

METODOLOGIA

Considerando que a metodologia pressupõe os caminhos tomados durante pesquisa para chegar a um resultado, se faz necessário aqui explicitar que caminho foi esse, ou seja, explicar o modo pelo qual a realidade foi abordada

Esta pesquisa está ancorada no materialismo histórico e dialético. Entendo-o como um processo dinâmico, onde a materialidade – e as formas de consciência social – é, portanto, contraditória e neste processo a dinâmica está em constante movimento. Acerca disso, Freitas (2008) esclarece:

Uma das dificuldades que enfrentamos ao tentar entender o materialismo histórico dialético é que ele rejeita qualquer tentativa de formalização das suas maneiras de operar, do seu processo- daí sua característica dialética. Isso cria uma dificuldade, porque a nossa cultura é a cultura dos manuais, principalmente no campo da pesquisa. É a cultura do manual de pesquisa. É a cultura da etapa. Quem está interessado em aprender pesquisar, via de regra, deseja saber quais são as etapas que tem que seguir. (FREITAS, 2008, P. 47)

Assim, a ‘piori’, a própria materialidade social que a pesquisa se insere, irá nos indicar o caminho a ser traçado, não como receita pronta, mas no sentido de tentar captar o movimento contraditório emergindo da materialidade analisada,

Nós podemos dizer sem grandes erros que a contradição é uma categoria central no materialismo histórico-dialético. Devemos, portanto, evitar tentativas de formalização da dialética, porque sendo ela um processo dinâmico, de movimento contraditório, que incorpora os contrários e supera na luta entre contrários para novas dimensões. (FREITAS, 2007, p.48).

A metodologia é a própria ciência, é um campo de estudo que vai dar ao pesquisador as bases e fundamentos do seu estudo. Já o método vincula-se aos procedimentos para se analisar um determinado problema. Desse modo, a método que mais me aproximou da realidade foi o método da pesquisa participante, na qual eu me insiro. Acerca da definição da pesquisa participante: é aquela portadora de compromisso, o pesquisador faz parte do meio social pesquisado, está interligado com o meio de maneira em que a transformação do meio social, também é sua transformação enquanto pesquisador. A pesquisa participante permite o lançar sobre a realidade fazendo parte dela. Ir a campo significa partilhar informação e conhecimento, ao passo que as famílias vão partilhando sua vida e suas experiências.

Esse tipo de pesquisa me permitiu entender que também faço parte dos problemas, das contradições e do caminho escolhido pelos camaradas assentados(as), para se chegar até aqui. Se vai continuar como está é pouco provável, pois, a dialética nos diz que tudo está e continua em movimento, que sempre há motivo para o novo. Assim, como o velho já tem o novo dentro de si, o novo também possui elementos do velho, a contradição permite o avançar de novas perspectivas.

Para Thiollent:

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo operativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p. 14)

Para fins de esclarecimento, saliento que a pesquisa aqui realizada é uma pesquisa social que tem por característica “análise sistemática das questões de pesquisa por meio de métodos empíricos (p. ex., perguntas, observação, análise de dados, etc.)” (GIL, 2017. p. 18). Levando em consideração que a vivência no assentamento para coleta de dados e informação é muito

importante, pode-se elencar que essa pesquisa é do tipo ‘participante’. Esse tipo de pesquisa, como afirma Le Boterf (1984), tem o intuito de auxiliar a população envolvida na pesquisa a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas.

Desta forma, a metodologia escolhida foi a do diálogo e a vivência permanente com os assentados e assentadas em decorrência de ser uma pesquisa participante. Aplicou-se um questionário semiestruturado de modo a obter as informações que não foram possíveis obter ao longo do processo com 8 sujeitos. Houve momentos de participação em espaços coletivos. Reuniões com grupos de famílias, conversa nas igrejas, participação na escola e conversa informal nas visitas realizadas durante o período de pesquisa.

Além disso, vale comentar que foi utilizado também discussão teórica e análise documental no desenvolvimento desta pesquisa.

Foi seguido os seguintes passos na elaboração da pesquisa: convívio – coleta de dados – análise do material – reflexão. Dada a característica da pesquisa, que é participante, a todo momento buscou-se dialogar acerca do tema proposto, o que os assentados achavam e as implicações do conteúdo para refletir a prática. Desta feita, a pesquisa traz esse diferencial é alguém de dentro escrevendo e refletindo as vivências ao qual também faz parte.

1 QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA NO BRASIL

O tema desta pesquisa gira em torno da relação entre a Terra e o Trabalho frente aos desafios dos acampados no enfrentamento ao latifúndio. Em decorrência disso, é necessário discorrer sobre o percurso histórico da questão agrária e a luta pela terra no Brasil, pois por meio dessa compreensão histórica é possível perceber nuances atuais que nos levaram a essa situação. Além disso, a presente pesquisa se pauta também no método dialético e, para este método, a compreensão histórica dos fenômenos, assim como a relação de trabalho com o meio em que habitamos é essencial.

Sendo assim, é necessário discorrer sobre as comunidades aldeãs que são anteriores a colonização do Brasil.

Antes da chamada descoberta do Brasil, em 1500, a ocupação territorial do Brasil processava-se em ritmo desigual, sobretudo em relação a importantes regiões da América. [...] Apoiada na enxada e no bastão de plantar [simples e desenvolvido] e, eventualmente, na irrigação, adubação e silagem, apesar de envolver apenas cinco por cento dos territórios do continente americano, essas civilizações agrícolas sustentaram noventa por cento da população americana, com densidades demográficas de até 35-40 habitantes por km. Essas práticas agrícolas apoiavam-se no esforço produtivo masculino e feminino. As sociedades agrícolas americanas avançadas estruturavam-se a partir da família nuclear e da comunidade aldeã, fortemente cimentadas pelos laços que mantinham com terrenos agrícolas potenciados pelo trabalho. Eram muito fortes os vínculos parentais e vicinais consolidados pelo domínio comunitário da terra. Os atuais territórios do Brasil jamais conheceram comunidades americanas que dominassem iguais formas de produção agrícola avançada. Originárias da Amazônia Central, as comunidades de cultura tupi-guarani constituíram o complexo civilizatório horticultor mais desenvolvido estabelecido nessas regiões, antes da colonização lusitana (STEDILE, 2012, p. 219).

Os indígenas que habitavam o atual Brasil no período anterior à ‘descoberta’ praticavam a horticultura brasílica e possuíam uma cultura de plantação. Os indígenas possuíam seu próprio modo de lidar com a terra e seu próprio modo de organização.

Os pilares da constituição da concentração da terra, se ancoram no Brasil Colonial, envolvendo questões históricas e disputas territoriais que tem sua gênese na ocupação de terras indígenas pelos espanhóis e portugueses durante o processo de colonização do Brasil. Os portugueses ao destinar grandes quantidades de terras as capitânicas hereditárias e esses no que lhe concerne, conceder a sesmaria, constituíram a ideia de que quem tem terra sobre o seu domínio detém poder. Essa ‘ideia’ vai muito além do campo conceitual e não é inofensiva, pois a terra era um elemento importante, entretanto, o domínio sob o maior número de escravos

incidia de forma intensa na manutenção do poder. Sendo assim, o poder também era medido pelo número de escravos sob o domínio do senhor e conseqüentemente o poder sobre a terra.

O Brasil no seu embrião, já concebe a concentração de terra, e o imensurável território nacional sempre em poucas mãos. Os donatários das Capitanias Hereditárias, destinavam a terra em sesmarias. As sesmarias eram imensos latifúndios destinados a indivíduos abonados de grandes posses.

Portugal passava por crises econômicas em relação ao comércio de bens e especiarias, haja vista, que outros países da Europa haviam descoberto o caminho das índias (DINALLI, 2014). Para tanto, nossos colonizadores buscavam criar a possibilidade de sedimentar a posse no Brasil. Assim, as Capitanias Hereditárias surgem com esse propósito, de garantir a posse sobre espaço territorial. Todavia, os donatários honrariam a coroa com pagamentos de tributos

Gorender (2013) discute sobre o modo de produção escravista colonial dominado pelo setor mercantil:

[...] Estado; o interesse da burguesia brasileira, que, ao nascer, já pôde se tornar proprietária de terras alodiais (livres de encargos feudais) e plenamente alienáveis, tendo tido no passado, e ainda hoje, a especulação fundiária como uma das fontes de acumulação originária conjunturalmente, o recrudescimento da inflação – tudo isso influiu, nos últimos anos, no sentido de uma forte elevação do preço da terra, sobretudo nas regiões de maior desenvolvimento agrário. (GORENDER, 2013, p. 29)

Essa perspectiva de que quem detinha a posse da terra, detinha poder é uma concepção que fora introduzida no Brasil colonial e sedimentou. Tomamos a perspectiva da mineração no século XVIII. Em Minas Gerais, o território era cedido conforme o número de escravos. Quem detinha maior quantidade de escravos. O intendente, pessoa que administrava a mineração, destinava maiores quantidades de terras conhecidas como *datas*, eram concedidas aos maiores ‘donos de escravos’. Para a concepção da coroa portuguesa, a posse só seria reconhecida mediante a este princípio. Assim, estaria assegurada a exploração das minas, isso levou a uma profunda desigualdade social, que se mantém até hoje. Gorender nos assevera: “o fundamental para o domínio econômico passou a ser o domínio da terra. À terra passou a ter um preço importante. Dominar a terra passou a significar dominar a própria economia”. (GORENDER 2013, p. 31). Aqui vale ressaltar que antes da lei terras de 1850, o comércio de escravos era que sustentava a renda da classe dominante e, portanto, sustentava o sistema capitalista-colonial-escravista. Após a lei de terras e a abolição da escravatura, a renda da terra se torna o centro da acumulação originária do capital.

Ainda, o Brasil colonial se constitui ancorado em três momentos: primeiro, grandes latifúndios, imensos territórios destinados a poucas mãos, sendo estes principalmente pessoas da nobreza, ou ligadas a ela. O segundo é a perspectiva do monocultivo, sendo grandes quantidades de terras destinadas à produção em grande escala de uma única cultura, a exemplo podemos citar as grandes plantações de cana-de-açúcar. O terceiro momento é a perspectiva do trabalho escravo. Destinavam grandes quantidades de terra para poucos e investiam na monocultura como viés mercantil, agora adjacente a esse modelo de produção constitui a mão de obra escrava como elemento fundamental. Deste modo, se constituiu o espaço agrário no Brasil.

O trabalho escravo percorreu um longo caminho. Os seres humanos escravizados eram retirados de suas terras no continente Africano e traficados para o Brasil, de modo a atender a demanda de um mercado que configurava tanto a exploração humana quanto a terra. Além do trabalho escravo dos africanos, há na história do Mato Grosso do Sul o trabalho escravo dos indígenas.

Logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), uma companhia brasileira teve 1.902.800 hectares – quase o tamanho de Israel – em terras paraguaias. Para a produção de erva-mate, a Companhia Matte Laranjeira utilizava a mão de obra de camponeses paraguaios e indígenas da etnia Guarani-Kayowá. Eles eram proibidos de deixar os ervais, tendo seu “pagamento” efetuado em mercadorias do armazém da Companhia. Essa condição análoga à escravidão gravou marcas profundas na história da fronteira entre Paraguai e do atual estado do Mato Grosso do Sul. A ponto de estar na raiz do atual genocídio impetrado contra os Guarani-Kayowá (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2017)

Para Martins:

de um lado, o fundamento do trabalho escravo estava no tráfico negreiro, era no comércio escravista e não na fazenda escravista que a escravidão se recriava. Por outro lado, essa situação tinha o seu sentido, já que permitia aos traficantes de escravos fazer do cativo renda capitalizada, extrair renda da colônia já antes da produção colonial, ao invés de extraí-la por meio de monopólio e renda territoriais. (MARTINS, 1995, P. 37)

De acordo Gorender (2013), com o fim do trabalho escravo no Brasil, as classes dominantes para ser perpetuar, precisaram deter o poder sobre a terra. O que antes se via no na quantidade de escravizados, modo a ter o poder econômico, com o término deste, se fez necessário obter o domínio da terra para garantir a finalidade do lucro. O escravismo colonial:

Contudo, a acumulação originária de capital, realizada no bojo do modo de produção escravista colonial, foi muito fraca, muito mais fraca do que a acumulação originária no bojo do feudalismo europeu, entre outros motivos, porque o senhor feudal europeu estava dispensado da inversão inicial da aquisição de mão de obra, não precisava gastar

nada para ter a mão de obra, e isso facilitou a acumulação originária de capital no bojo do feudalismo europeu, sendo que, no Brasil, no caso do escravismo colonial, essa inversão inicial da aquisição de mão de obra não era um fator de acumulação, mas um fator de desacumulação. (GORENDER, et al, 2013, p. 31).

Muitos autores tentaram abordar a realidade do escravismo colonial numa perspectiva feudal. Embora alguns aspectos se assemelhem, com tamanho da propriedade, a imponência dos senhores de escravos e a predominância do rural sobre o urbano, fez com que alguns autores brasileiros olhassem para o campo brasileiro em uma perspectiva feudal, tais como Sodré (1976), Oliveira (1944). Contudo, no Brasil as características do modo de produção e as relações sociais diferem em muito do modo de produção feudal.

O modo de produção feudal, dominante no Portugal da época, não se transferiu ao país conquistado. Tampouco os portugueses deixaram subsistir o modo de produção das tribos indígenas nas áreas que, sucessivamente, submetiam ao seu domínio. Resta a hipótese da síntese. O modo de produção resultante da conquista – o escravismo colonial – não pode ser considerado uma síntese dos modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil. Ao tempo em que se iniciou a colonização do Brasil, empregavam-se escravos na economia portuguesa, mas esse emprego tinha caráter subsidiário, complementar. Refiro-me aqui, está claro, ao Portugal continental e não às ilhas atlânticas, uma vez que estas, à semelhança do Brasil, entram no conceito de conquista e colonização. No Portugal continental, o emprego de escravos teve, sem dúvida, a significação de um sintoma relevante da conjuntura pela qual transitava o país, sem que indicasse a tendência fundamental de desenvolvimento da formação social portuguesa. Apesar do retardamento multissecular que lhe imporiam as relações de produção feudais, enrijecidas pela própria expansão ultramarina, essa tendência era da transformação capitalista. Quanto aos indígenas brasileiros, nenhuma evidência ocorre de que se encontrassem sequer em evolução no sentido do escravismo (GORENDER, 2013, p.88).

Destarte, no período colonial, o trabalho era desenvolvido pelos escravos ou índios. O trabalho era voltado para a produção de mercadoria, geralmente nas grandes plantações de cana-de-açúcar, para atender o mercado europeu. Os escravizados, não tinham o domínio sobre o processo produtivo, ou melhor, não tinha autonomia sobre a produção. A produção era dirigida pelo fazendeiro ou seu imediato. Esse período do Brasil colônia, foi marcado por esses pressupostos: trabalho escravo, grandes canaviais, e a imensidão de terras sob o poder individual.

Em 1850 foi aprovada no país a primeira lei de terra. Dela se constituiu a perspectiva mercadológica. Com isso, houve uma impossibilidade para o acesso à terra pelas camadas mais pobres da população e pelos imigrantes, que se viram obrigados a trabalhar nas grandes fazendas de café.

Outra vez inacessível para os pobres, desta forma:

Há exatamente 170 anos, o Brasil tomou uma medida que seria determinante para a sua histórica concentração fundiária. Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades (WESTIN, 2020, Sem Página).

A opção de tornar o acesso à terra um entrave aos que nada possuíam, deriva da necessidade de manter o poder da terra nas mãos dos que dominavam a posse da terra no Brasil. Além disso, o controle da terra também reflete no controle social exercido sobre o próprio trabalho. A lei de terra surgiu para impedir o acesso das classes inferiores.

Antes de chegar às mãos de dom Pedro II, a primeira lei agrária do Brasil independente percorreu um lento e tortuoso caminho dentro do Senado e da Câmara. O projeto da Lei de Terras entrou no Parlamento em 1843, baseado num anteprojeto redigido por conselheiros do imperador. Após sete anos de debates, negociações, impasses e reviravoltas, os senadores e deputados enfim deram ao projeto de lei a versão definitiva. Documentos da época hoje guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, revelam como a composição do campo brasileiro foi planejada. Os próprios senadores e deputados eram, em grande parte, senhores de terras. (WESTIN, 2020, Sem Página)

Todo argumento para manter a posse da terra sob o poder da oligarquia, deriva do mesmo argumento da necessidade do progresso. Sendo assim, os que seriam capazes de expulsar, subjugar, bem como exterminar dos seus territórios os povos indígenas e os demais, seriam os detentores do poder. De acordo com o senador Costa Ferreira, que foi citado na obra de Westin (2020, sem página):

— Existem nas províncias muitas terras, mas algumas não se acham demarcadas nem são beneficiadas porque estão infestadas de gentios [indígenas]. Nas minhas fazendas já tenho tido alguns prejuízos por essa causa em gado, escravos etc. A maior parte dos [pequenos] lavradores da minha província não lavra para o interior porque o gentio não os deixa. Mas um lavrador poderoso, logo que entra, pode beneficiar as terras. Muito lucra, pois, a nação em se venderem as fazendas nacionais a particulares que as cultivem. (WESTIN, 2020, sem página).

Com a abolição da escravatura se fez necessário tornar a terra cativa e o acesso a ela ser por meio da compra, ou da posse. Desta forma as leis foram sendo criadas no sentido de permitir o acesso controlado à terra, e assim sendo buscou-se todos os mecanismos para garantir somente a terra aos homens de posse (FABRINI, 1995).

Corroborando com isso:

observa-se que norteados por essas diretrizes, os regulamentos estaduais trataram de dar garantias de regularização aos grandes possuidores de terras-sesmarias e posseiros em situação irregular, assegurando também o direito de posse do terreno com cultura efetiva, àqueles caídos em comisso (MORENO, 2007, p.65)

As leis de terras foram fazendo parte de toda uma retórica fundada nas garantias e permanência dos mesmos detentores do poder agrário. Com a lei de terras se inverte essa possibilidade: os seres humanos passam a ser explorados, a serem obrigados a vender sua força de trabalho, que antes era escravo e assim, passam a serem “livres”, para se tornar uma mercadoria a ser comprada por quem detinha grandes posses. Desta maneira o acesso à terra com a nova lei, passa a ser reconhecido mediante a compra ou posse, desde que fosse comprovada a permanência e consequência na produção por longos períodos.

A lei tinha como principal objetivo beneficiar as grandes propriedades:

Portanto, a lei estava beneficiando proprietários de grandes domínios que não haviam se ajustado à lei de terras de 1850 e ao seu regulamento de 185, embora uma legislação complementar de apoio a estes documentos tivesse prorrogado as datas de validade das posses para até meado do século XX e alterados os prazos para revalidação de sesmarias e legitimação da posse. (MORENO, 2007, p.66).

Legitimando o direito ao acesso à terra por herança, ou mesmo pela compra, o que outrora não era enxergado como mercadoria a partir de 1850, passa a ser vislumbrada como uma mercadoria a ser adquirida, assim como trabalho humano. Para Stédile (2012), o direito de concessão de uso era transferido de forma hereditária, desta forma os herdeiros dos fazendeiros capitalistas poderiam continuar a explorar a terra, produzir mercadorias, entretanto, não se tinha o direito a venda ou mesmos a compra de terras dos seus vizinhos. Evidentemente antes de 1850, pois, a terra ainda não era vista como mercadoria. A partir 1850:

O que caracteriza a lei n° 601, de 1850? Sua característica principal é, pela primeira vez, implanta no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamentos jurídicos à transformação da terra - que é um bem da natureza portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política - em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. (STÉDILE, 2012, p.24)

Embora as promulgações e criações das efetivas leis sejam algo que se apresenta de maneira simples e de fácil entendimento, ou seja, se cria uma lei e o resultado dela, a terra que antes 1850 não era mercadoria e agora se torna uma mercadoria, podendo ser vendida,

repassada, ou transferida de maneira legal, e, com todas as garantias do Estado. Entretanto, essa aparência superficial possui bem mais elementos, e uma complexidade profunda. Os acordos, as concessões, os repasses de terras em troca de benefício e enriquecimento por parte dos integrantes do poder público esteve sempre presente na nossa realidade agrária

É importante observar, que o alicerce que sedimenta a posse da terra, passa necessariamente por uma crescente oligarquia se apoderar de imensas quantidades de terra. Se fazia necessário constituir uma lei que garantisse a notória expulsão dos povos originários, camponeses, escravos e pobres das terras. A lei legitimou as grandes propriedades, concedendo-lhes poderes absolutos sobre a terra.

Evidentemente, nesse período anterior a 1850, houve no país um processo de posse da terra, tanto por pequenos, quanto pelos grandes detentores dela. Basta observarmos:

— Há nas terras muitas posses de muitos donos. Cada um deles fixa os seus limites arbitrariamente. Quando há contestações, a questão quase sempre se decide pelo bacamarte [espécie de espingarda] — afirmou o senador Francisco de Paula Souza (SP). — Agora mesmo tenho notícia de que na Vila da Constituição [atual Piracicaba], em São Paulo, nos últimos meses houve 13 ou 14 assassinatos em consequência de questões de terras. Eu estou convencido de que esta lei é sumamente necessária, principalmente para prevenir os abusos e as violências que se praticam no interior. (WESTIN, 2020, sem página)

Corroborando com o dito acima, Carneiro (1952) explica com mais afinco o que foi esse processo de posse da terra

Inspirando-se na legislação do Império Romano, D. Fernando I, o último dos reis portugueses da dinastia de Borgonha, aprovou a lei de 26 de junho de 1375, conhecida como Lei das Sesmarias e publicada em Santarém. Estabeleceu monarca luso, a praxe consuetudinária de fazer concessões, a particulares, de terras ainda não apropriadas e, mesmo de construções abandonadas ou em ruínas, para o fim de terem efetiva aplicação à produção da riqueza . . . (CARNEIRO, 1952, p.145)

Retomando a questão das sesmarias, é necessário ressaltar que a concepção e implantação delas no Brasil veio de fora. Essa forma de organizar a vida a partir da terra, foi introduzida por Portugal e tinha como base a forma Romana de controlar o território, a partir das sesmarias. Evidentemente, não há menor pretensão de minimizar toda resistência e lutas que houve. Desde as lutas travadas por Sepé Tiarajú, quando junto com seu povo se nega a deixar suas terras, travando uma luta sangrenta contra os opressores. Assim como houve lutas de resistência⁴ espalhadas por todo Brasil afora que merecem a devida atenção, o intuito é trazer a

⁴ Tais questões serão retomadas com mais afinco nos capítulos subsequentes.

luz do nosso tempo como se deu o início a perspectiva da concentração da terra no nosso país durante a colonização.

1.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA AÇÃO COLETIVA

No Brasil houve diversas formas de luta pela terra. Antes dos anos noventa, as ocupações eram realizadas de maneira que as famílias organizadas em movimentos sociais, sindicatos entre outros, se instalavam dentro das fazendas. Ali a vida era organizada a partir daquela realidade.

Da invasão do território brasileiro até os dias atuais, houve lutas e resistência tanto para ter o acesso à terra, como por outras medidas que via de regra beneficiassem o povo, tais como nos assevera Morissawa (2001). A Cabanagem, luta essa que eclode norte do país entre os anos de 1835 e 1840, em pleno regime regencial. A luta arregimentou os sem terras, os escravizados e os indígenas. Luta que contou com a presença dos donos de terras, que na eminência da alta taxaço da compra de escravos, se aliaram aos cabanos apregoando a necessidade do fim da escravidão. O que se sucedeu posteriormente foi o contrário, assim os cabanos novamente se organizaram e derrubaram o governo dos fazendeiros e instituíram outro com caráter radical e popular e uma das suas medidas fora saquear os armazéns e distribuí-las aos pobres.

Da mesma maneira, como a Cabanagem, houve a Sabinada na Bahia, entre os anos de 1835 e 1838. A sabinada atribuída mais a classe social já não mais contente com a centralização do poder pela monarquia, com a arregimentação dos seus filhos e parentes para combater os Farrapos no sul do Brasil nos anos de (1845). Os Sabinos iniciaram uma disputa para requerer a separação da Bahia do resto do império.

Travada entre 1838 e 1841, a Balaiada, aparentemente inicia com ação de um indivíduo, que na eminência em salvar o irmão preso, utiliza para isso um “balaio⁵“. A partir dali o ato incitou a população que desemboca em uma expressiva luta tendo apoio dos quilombos e sertanejos⁶ do local. Essa luta se arrolou no Estado do Maranhão, chegou contar com mais de duas mil pessoas que expulsaram os portugueses tidos com exploradores.

5 Balaio é um instrumento de trabalho utilizados por camponesas para guarda alimentos, ou, mesmo transportar milho, arroz e outros produtos.

6 “O termo ‘sertanejo’ possuía no início século XVII a função estrita de designar populações coloniais que habitavam territórios relativamente afastados da orla atlântica. O termo não assinalava então um tipo cultural ou regional específico. Assim, a significação do termo remetia, precisamente, a uma determinação geográfica. O

Contudo, dos anos de 1888 até aos anos 1930, as lutas que ocorriam, eram de caráter messiânicas, ou seja, a figura do messias era muito presente, geralmente essa figura tinha como escudo a “ligação entre o plano terreno e o plano divino”⁷. Eram pessoas muito bem-preparadas, do ponto de vista intelectual e utilizavam isso para conduzir o povo. Portanto, nesse período podemos destacar vários momentos, tais como: Canudos, entre 1893 e 1897, liderados por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia desenvolveram uma luta massiva onde contou com a presença tanto de camponeses, bem como ex escravos⁸.

Assim:

Conselheiro proclamava o começo de uma “nova era”, criticava a Igreja e a República recém-fundada, e recusava-se a pagar impostos. Em 5 anos, Canudos chegou a ter cerca de 10 mil habitantes, que na época era a população das maiores cidades da Bahia. Conselheiro foi acusado de defender a volta da Monarquia e sua comunidade foi atacada por expedições militares vindas de quase todas as partes do Brasil. (MORISSAWA, 2001, P. 87)

Para Adoue (2011), o século XIX, criou no sertão nordestino o mito do fim do mundo, geralmente eram retirantes que vagavam em busca de alimentos e água, segundo a autora, esse século foi marcado por uma das piores secas que assolaram o nordeste brasileiro. No Ceará, cerca de meio milhão morreu de fome, ou em decorrência dessa severa seca. O fim do mundo não era apenas uma possibilidade, estava a espreita e os mitos religiosos tomaram conta do imaginário coletivo. Mitos esses, que “davam sentido” às catástrofes, e aos problemas enfrentados. De acordo Adoue (2011), as origens de uma figura como Antonio Conselheiro se encontram próximos à 1860, ano em que o vaticano propôs, a romanização no mundo. Esta romanização tinha como viés padronizar as práticas evangelizadoras pelo mundo, nesse sentido autorizou beatos que faziam voto de castidade a sair de cidade em cidade pregando a palavra, reconstituindo as propriedades da igreja entre outros afazeres. Muitos desses beatos além fazer o designado pela igreja, ofertava aos fiéis conselhos, estes serão chamados de conselheiros.

Desta maneira:

Não foram as crenças que empurraram os nordestinos para atravessar o sertão à procura de uma terra que manasse leite e mel. Foi o desespero. Fragmentos desses mitos que circulavam foram sutura para agregar as gentes e dar sentido ao seu

radical, do qual a expressão derivava – sertão – remetia então a um lócus inexplorado ou pouco conhecido, habitando pelo gentio, por quilombolas ou renegados”. (MACEDO, s/d, Página, 1)

⁷ Lutas messiânicas justamente porque o messias era o enviado de Deus para conduzir o seu povo.

⁸ Comumente se utiliza o termo descendente de escravo, para denominar historicamente os negros, índios e todas as pessoas escravizadas. Usar este tipo expressão, é um erro gravíssimo, pois nenhuma pessoa descende de uma condição de trabalho ao qual subjugava, e tornava os seres humanos naquilo que era mais terrível e inumano.

movimento. Ex-escravos, ex-vaqueiros, ex-jagunços, ex-cangaceiros juntaram-se em torno de beatos que davam nome aos seus novos gestos. (ADOUE, 2011, p.3).

Sendo assim, o povo sofrido desgastado pela seca e por tudo que ela representa, pela opressão do estado, viu nas palavras de conselheiro o alento que precisava e a partir daí começa a seguir

Era uma velha fazenda abandonada, chamada Belo Monte, mas conhecida pelo nome de Canudos porque ali se fumava nuns cachimbos de barro e longos tubos retirados da vegetação ciliar do rio Vasa Barris. Na sua curva pronunciada, o rio traçava um semicírculo em torno a um terreno mais alto. A aridez circundante, os caminhos de desfiladeiro entre montanhas, a falta de grandes povoados nos arredores, assim como a distância da ferrovia, constituíam a melhor defesa contra incursões inesperadas. Rapidamente, a cidade se levantou com casas de pau a pique, com uma só rua principal e passagens estreitas. Construiu-se um grande templo, a Igreja Nova. Quando se correu a notícia do assentamento da gente do Conselheiro, as famílias dirigiram-se a Canudos em grande quantidade, chegando a formar uma população de 5.200 casas. A terra, as pastagens, os rebanhos e as plantações eram coletivos. (ADOUE, 2011, p. 4)

Exemplo de lutas messiânicas, foi a do Contestado, 1912 a 1916 entre o Estado do Paraná e Santa Catarina. A empresa norte-americana Brasil Railway Company, obteve do estado uma enorme quantidade de terras que vai de São Paulo ao Rio Grande do Sul destinada à construção da Ferrovia. Toda terra foi expropriada, os habitantes locais jogados a própria sorte. Assim:

(. . .) Milhares de famílias que ali viviam foram expropriadas. Além disso, no final da construção da ferrovia, em 1912, cerca de 8 mil trabalhadores ficaram desempregados e passaram a perambular pela região à procura de trabalho. (MORISSAWA, 2001, P. 37)

Por conseguinte, a ação que disputa os limites territoriais entre o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina. Essa disputa foi apenas o estopim. Houve nesses períodos grandes ações coletivas.

A Guerra do contestado, foi liderada por uma pessoa com viés religioso, ao qual conduziu o povo numa ação destemida e por vezes violenta no desejo da realização dos anseios coletivos. O monge José Maria, era denominado curandeiro, confeccionava medicamentos naturais que eram servidos ao povo, além de se tornar um conselheiro espiritual. Uma vez que o fator místico foi-se aprofundando permitindo-lhe a moral ética para conduzir o povo. Assim:

Na primeira metade de 1913, novos fiéis se reuniram em Taquaruçu na expectativa do retorno do monge, que regressaria acompanhado do “Exército Encantado de São Sebastião”. A liderança do grupo foi iniciada por uma adolescente de 11 anos de idade

chamada Teodora. Ela dizia conversar em sonho com José Maria e receber deste a incumbência de orientar os fiéis para a guerra santa. (RODRIGUES, sem página).

Além disso, vale discorrer também sobre a Revolta de Porecatu. Na década de 1940, atraídos pelas oportunidades do programa “Marcha para Oeste”, do presidente Vargas, posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, vindos de todas as regiões do Brasil, ocuparam as áreas rurais de Porecatu, Jaguapitã e Centenário do Sul, na região norte do estado. Assentados, mas sem títulos de propriedade, os posseiros começaram a ser expulsos de suas terras pelos novos fazendeiros. Em resposta, resistiram à violência dos jagunços e interditaram ruas e avenidas para pressionar o governo do estado a conceder os títulos de propriedade (ZAMBOLIN; PRIORI, 2020).

O quilombo dos Palmares é um outro exemplo de batalha sangrenta. Palmares é símbolo da luta negra e da resistência. Seus personagens não foram apenas vítimas passivas, mas agentes da história de combate e luta pela liberdade.

Em termos de Brasil, entre os anos de 1893 e 1964, houve lutas em todo território nacional, esses conflitos pela posse da terra evidenciou um Brasil arraigado na concentração fundiária e embasado na premissa do poder sobre o território. Contudo, é necessário explicitar que 1964 representa a consolidação do capitalismo brasileiro e as lutas têm uma lógica diferente: inclusive luta pela terra como por exemplo as ligas camponesas. Toda trajetória supracitada, estabelece um fio condutor da nossa história. A luta pela terra estabelecida no Brasil que se constitui enquanto nação, foi sofrendo modificações ao longo do tempo, tanto na perspectiva político-ideológica, quanto do ponto de vista prático, naquilo que se refere à ação:

O espaço agrário brasileiro está em constante transformação e a cada momento são acrescentados novos conteúdos que pedem interpretação à geografia e à ciência. Nesse contexto de transformações, o território emerge como categoria e dimensão basilar da realidade espacial. A concepção hegemônica de território é a de que ele se constitui num espaço sob controle e domínio de um grupo social, estado, corporação, indivíduo, dentre outros. (FABRINI, 2011, p. 98)

Dito isso, nota-se que o território é de suma importância para os povos, para o campesinato, para a própria constituição da noção de povo, de Estado. Sendo assim é necessário esclarecer sobre a noção e o conceito de território e, para tanto, vale citar os autores Santos, Becker, Haesbaert (2011) que esclarece o conceito

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geografia se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar. (SANTOS; BECKER; HAESBAERT, 2011, p. 13)

Desta forma, o território como espaço dialético em constantes transformações. Onde tudo acontece, deriva a ação humana sobre o espaço assim:

E a partir disso, quando pensamos no conceito de território temos que imediatamente olhar para a realidade e ver as suas possibilidades. Um dos fatores fundamentais para a expansão da utilização desse conceito foi o fomento ao debate da Geografia Crítica em consonância com a potencialidade teórico-prática do mesmo em servir para entendermos a realidade através da dialética das suas transformações histórico-geográficas. (CAMACHO; CUBAS, 2011, p. 13)

As modificações sofridas ao longo do tempo, representaram a forma prática que a luta pela terra fora tomando. As organizações de luta pela posse do território anterior aos anos 1960, tinham na sua forma de organização a figura marcante do líder, eram pessoas ligadas às instituições religiosas, como fora as lutas messiânicas, ou as lutas esporádicas que ocorreram Brasil afora, tais como: Ligas camponesas, as lutas organizadas pelo Partido Comunista, Ultab⁹ e Master⁷ organizados por trabalhadores sem terras no sul do país Morissawa (2001). Ainda nos anos 1970 e 1980 as comunidades eclesiais de base continuaram tendo um papel importante. Desta forma, essas organizações se destacaram na luta pela terra, cada uma a sua maneira. O que é importante de se notar é que elas enfrentaram uma repressão tamanha seja por parte do Estado, como pelos detentores do poder, a oligarquia agrária.

Uma das bandeiras de lutas destas organizações, era a garantia do direito trabalhista, que os trabalhadores e trabalhadoras da cidade haviam conquistado. Vejamos:

Estes movimentos vão lutar principalmente pela extensão dos direitos trabalhistas conquistados na cidade para o campo - que teve vitória no ano de 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural -, pelo direito a sindicalização rural e por condições dignas de trabalho. (CHAVES, s/d, p. 3)

9 União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola. Movimento dos Agricultores Sem Terras.

Por conseguinte, essas organizações citadas anteriormente estavam atreladas a uma luta sindical, ao qual todos os esforços rumavam nestes horizontes. A ação engendrada por esses movimentos visava a imediata presença marcante do líder. Embora estas ações fossem de cunho imediato, conquistas obtidas através destes movimentos perduram até os dias atuais, tais como o estatuto do trabalhador rural supracitado. Assim:

Em 1944, o Ministério do Trabalho, através do Decreto-Lei nº 7.038, estabeleceu a sindicalização rural no Brasil. O decreto dispunha sobre a organização de sindicatos de trabalhadores e de patrões, seguindo uma estruturação vertical conforme o modelo já existente na indústria e no comércio: um mínimo de cinco sindicatos formava uma federação, ao passo que bastavam três federações para compor uma confederação, órgão sindical de grau superior. Apesar de aprovado, o Decreto nº 7.038 jamais foi regulamentado devido à pressão dos patrões, não chegando, portanto, a entrar em vigor. (LAMARÃO; MEDEIROS, s/d, Sem Paginação)

A luta pela garantia dos direitos, não foi uma ação que iniciou nos anos 1950, ela é fruto de vários momentos na história que desemboca na efetivação da lei no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. A primeira lei de garantias dos direitos dos trabalhadores rurais é datada de 1903, em um decreto assinado do congresso de nº 979. Se estabelece a possibilidade das agremiações sindicais, essa lei foi sancionada pelo então Presidente Afonso Pena (LAMARÃO E MEDEIROS, s/d).

Entretanto, essas leis não obtiveram afirmação prática. De 1903 a 1940 nota-se uma profunda desigualdade no que tange as questões trabalhistas no meio rural. A pobreza e o trabalho escravo eram nítidos e muito presentes na organização do trabalho no campo. Para tanto:

[. . .] o parceiro era onerado com várias despesas, a principal das quais era o pagamento do transporte e gastos de viagem, dele e de toda a sua família, além da sua manutenção até os primeiros resultados do seu trabalho. Diversos procedimentos agravavam os débitos, como a manipulação das taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços excessivos cobrados no armazém pelos bens de consumo do colono (em comparação com preços das cidades próximas), além de vários abusos e restrições. [. . .] Aos olhos de um dos colonos, tais fatos significavam que “o colono europeu só vale mais do que os negros africanos pelo fato de proporcionar lucros maiores e de custar menos dinheiro”. [. . .] tendo feito despesas na importação da mão de obra, o fazendeiro sentia-se impelido a desenvolver mecanismos de retenção dos trabalhadores em suas terras, como se fosse seu dono: os patrões [. . .] quase não dão dinheiro aos seus colonos, a fim de prendê-los ainda mais a si ou às fazendas”. Deste modo, o trabalhador não entrava no mercado de trabalho como proprietário da sua força de trabalho, como homem verdadeiramente livre. Quando não estava satisfeito com um patrão, querendo mudar de fazenda, só poderia fazê-lo procurando “para si próprio um novo comprador e proprietário”, isto é, alguém que saldasse seus débitos com o fazendeiro. (MARTINS, 2010 (1979), p. 54).

A luta pela terra que nos interessa é a batalha travada nas ocupações. Os acampados, debaixo de suas lonas, se veem obrigados a se organizar na busca de um pedaço de chão. As famílias entravam na área e logo iniciavam a produção de alimentos para o sustento. O excedente era vendido para aquisição de tudo aquilo que não fosse possível produzir.

A partir dos anos oitenta, o Brasil passa a ganhar mais destaque nos meios de comunicação, e no cenário político a respeito da luta pela terra. A ocupação dos latifúndios sendo uma opção atraente. Cabe salientar, que os embates pelo acesso à terra, são intrínsecos a nossa história enquanto nação. Por conseguinte, a partir dos anos oitenta é que ganham destaque e, de acordo com Fernandes (2012), a luta pela terra é travada principalmente por camponeses, resistindo a eminente expropriação, assim, estes se organizam e lutavam pelo acesso à terra.

Além disso, é necessário considerar que hoje em dia não é apenas o latifúndio, são as cadeias produtivas globais: como funcionam as lógicas, quem faz parte dessas cadeias, quem controla essas cadeias produtivas globais as quais são integrados camponeses e trabalhadores do campo, impedindo uma reflexão crítica dessa situação. Hoje em dia como é que um CEO ou um corretor da bolsa de valores detém o controle das cadeias produtivas, determina o que acontece nos territórios, por cima inclusive da burguesia agrária, uma burguesia dependente que não tem o controle total dos processos produtivos. Eles estão reféns das empresas que controlam a produção e o comércio, a maior parte do lucro que fica com elas

Feitos esses esclarecimentos, é necessário agora discutir sobre o surgimento do MST e a sua consolidação.

1.2 A CARACTERIZAÇÃO DO CAMPONÊS

Ao abordar a temática supracitada, busca-se aprofundar os conceitos do que é ser ou não camponês. Os do último entendimento, olham para o camponês como mero trabalhador proletário, que vende sua força de trabalho, tentando veementemente anexar o camponês aos moldes do capitalismo.

A intenção é abordar do ponto de vista teórico as principais vertentes epistemológicas acerca do campesinato, e do conceito de camponês. De maneira geral, pretende abordar a questão camponesa, e como ela se insere no contexto nacional, tentando traçar um fio condutor entre os principais teóricos do tema em questão.

A tradição marxista ligada principalmente para aqueles que fundamentam a teoria a partir da lente marxista, leninista, parte de uma visão onde se acredita não haver no Brasil o camponês, ou o campesinato. Tendo em vista a nossa trajetória histórica enquanto nação, passar da escravatura para a mão de obra assalariada. É importante destacar que o esgotamento da escravidão, foi um processo árduo e de muita luta, embora ainda haja no modo de produção capitalista práticas análogas à escravidão.

Os camponeses tinham os meios de produção sobre o seu domínio, a terra, os mecanismos para produzir sua existência, portanto não eram passíveis de consciência de classe. Se fazia necessário extinguir o camponês em nome da coletividade, os camponeses não eram domesticáveis aos grandes empreendimentos coletivos, daí a necessidade de torná-los mais proletarizados, pois se enxergava na figura do operariado a consciência coletiva.

Engels (1981), destaca em uma celebre elaboração acerca do campesinato na França. Assegura que com o advento do capitalismo, o camponês seria varrido da face da terra, pois suas práticas e ações retrogradadas, não caberiam mais no novo sistema capitalista. Contudo, a própria análise de Engels, tornava impossível na sociedade socialista a permanência do campesinato, no socialismo era necessário extinguir a propriedade privada criando as comunas da terra, bem como as cooperativas.

Assim era necessário que a vida material na (pós) revolução estivesse inserida em um contexto coletivo, os camponeses deveriam estar inseridos em comunas, cooperativas ou em espaços controlados pelo estado socialista. À terra, para a abordagem supracitada, deveria ser coletivizada, e mesmos os arrendamentos passariam a ser controlados pelas cooperativas ou comunas.

Os camponeses, tidos sempre como o atraso a tomada de consciência coletiva, haja vista os elementos abordados acima em torno desta questão, seriam proletarizados, tornando-se operários rurais.

O capitalismo se desenvolve a partir da propriedade privada dos meios de produção, e tudo que deriva dele tem que se tornar mercadoria. Assim, neste sistema há práticas campesinas rompendo com essa lógica, o camponês mesmo estando inserido em um contexto capitalista de produção de mercadoria, desenvolve práticas que rompem com a lógica da produção capitalista.

Importante salientar, que do ponto de vista teórico, há uma empreitada que padeceu a questão camponesa no sentido de negar a sua existência. Manifesta-se nas organizações sociais, principalmente aquelas surgidas ainda na década de 70 e 80, e essas organizações se espelhavam muito no modelo de organização cooperativista.

Já de início, denomina Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ora, nenhuma menção ao camponês, surge então a questão: como um movimento camponês, não menciona o campesinato em sua sigla? Por que suprimir a existência camponesa em prol da existência da concepção de trabalhadores rurais?

Uma questão fundamental nessa abordagem, é que ao mesmo tempo, a propriedade privada cristalizada nas grandes fazendas tem que ser repartida, é necessário negar o acesso à terra na forma de lotes individuais. Assim, o MST considerava, que os lotes individuais proporcionavam aos camponeses o individualismo e a certeza do fim da luta para este assim sustenta:

Há uma tendência muito forte entre os camponeses de se apropriarem individualmente da terra. Esta oportunidade de ter a posse individual, não significa que sua intenção se somente garantir a propriedade, mas fundamentalmente está dizendo que está disposto a fazer individualmente seu próprio destino e o de sua família, que passa a ser também sua propriedade. Sendo assim o assentado não se apropria apenas da terra como território, mas estabelece sobre ele seu próprio governo, com leis, planos de produção, relações de trabalho, controle financeiro, relação com o mercado e ninguém poderá intervir, a não ser nos aspectos em que ele decide contribuir. (BOGO, 1998, sem paginação)

O termo camponês é recente no Brasil, datado da década de 50 (MARTINS, 1981), reivindicado pela esquerda latino-americana em torno dos campesinos, se tinha um cunho político, quando na verdade a partir do golpe de 1964 houve no Brasil uma necessidade de banir do vocabulário o termo camponês. Haja vista, tudo que ele representava, já que assemelhava ao nome uma das maiores organizações camponesas no Brasil até então, as ligas camponesas. Desta forma até os anos 50 poucos se ouviam ou escreviam acerca do camponês.

O modelo de surgimento e formação do campesinato no Brasil difere um pouco daquele camponês europeu, pois, a Europa viveu o modo de produção feudal, que deu lugar ao modo de produção capitalista. No Brasil temos a particularidade histórica da economia ter sido baseada na produção efetivada pelo trabalho escravo e a superação deste pelo trabalho “assalariado”. Quando na verdade, não é tão simples, a realidade é bem mais complexa, e, a transição de uma forma à outra é permeada por grandes lutas, resistências sem precedentes, tornando impossível a permanência e a vigência daquele modelo.

Para Sabourin:

Historicamente, os camponeses do Brasil, principalmente em áreas tradicionais de agricultura camponesa (Nordeste e Sul), surgem mesmo como uma **classe subalterna dependente da elite** local ou regional: oligarquia da terra no Nordeste, políticos e comerciantes no Sul. Assim, a partir do advento da república, seguindo do sufrágio

universal, e até faz pouco tempo, os camponeses representaram uma reserva de votos para os políticos locais. (SABOURIN, 2009, p. 44, grifo nosso)

Existem nos lotes várias possibilidades de trabalho. Entretanto, antes mesmo de entrar no tema propriamente dito, cabe ressaltar às duas lentes de leitura da realidade agrária, sendo: o paradigma do capitalismo agrário e, a perspectiva da vida camponesa, que atribui um olhar sobre o sujeito do campo como protagonista do processo produtivo e caracteriza o camponês e a vida camponesa como forma de resistência.

Os autores centrais do capitalismo agrário são Mendras e Lamarche, ambos influenciaram grande parte dos teóricos contemporâneos defensores assíduos da dissolução das sociedades camponesas, em prol do desenvolvimento capitalista. Para os autores a questão agrária é algo superado, já que no capitalismo não há contradição e o sistema daria conta de achar resposta para os possíveis impasses. Ou seja, não haveria contradição no campo, ou os camponeses aderem ao modelo capitalista de produção ou estão fora.

Para Shanin (1983), o paradigma do capitalismo agrário e a perspectiva da vida camponesa são lentes das quais o pesquisador interpreta temas como o acesso à terra, o desenvolvimento do capitalismo e o futuro do campesinato.

Desta feita, as lentes têm seu ponto de verdade e de contradição. Houve autores que analisavam o campo agrário a partir da ótica do paradigma da questão agrária, migrando seu olhar para o capitalismo agrário como nos diz Felício (2011), tais como José de Sousa Martins e Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Nos dois primeiros períodos de Martins, as teses centrais do seu pensamento pertenciam a questão agrária.

Nos escritos de Wanderley, a fundamentação teórica do paradigma do capitalismo agrário se apresenta no segundo período de sua obra. Já no terceiro período volta a ser perceptível o paradigma da questão agrária.

Ambos os autores transitaram entre uma concepção e outra, ora defende a lógica camponesa de existência, e o protagonismo do campesinato frente ao capital. Na obra *Os Camponeses e a Política no Brasil*, publicado em 1981, Martins entende o campesinato como classe social que detêm o protagonismo na luta pela terra, fazendo um apanhado acerca da trajetória do campesinato brasileiro. Entende então, que a resistência camponesa advém de sua identidade mediante a luta. A partir dos anos 2000, Martins passa a negar a posição protagonista dos camponeses, asseverando a estes a condição de reacionários que defendem os seus próprios interesses e não os de classe.

A realidade é composta por vários elementos tangíveis, perceptíveis que vão formando um imenso jogo de forças que ao fim se apresenta como realidade concreta. O campo de hoje não é o mesmo do século passado, portanto, as leituras desta realidade também não podem ser as mesmas. O aporte teórico serve como elemento basilar. Todavia, não pode ser compreendido como verdade a ponto de se misturar a realidade com a teoria, sem considerar as especificidades de cada realidade analisada.

Sendo assim, os paradigmas influem também na compreensão dos arrendamentos que são realizados.

Assim, como afirma, Martins (1981), antes de o nome camponês ser inserido na realidade brasileira, o povo que habitava o campo era conhecido como, como caipira na região sudeste. Já no litoral paulista os seres humanos do campo eram conhecidos como caíçara, no Nordeste brasileiro como tabaréu e em outros cantos do imenso território brasileiro era denominado como caboclo. Assim o termo camponês inserido a partir da década de 50 foi uma apropriação trazida de fora, ligada a um instrumento político.

Essas denominações possuem duplos sentidos, e são carregadas de pré-conceitos. Estavam constantemente relacionando os sujeitos portadores destas denominações ao atraso, pois assim como é hoje em grande parte do Brasil, o povo que habita o campo é tido como atrasado, símbolo do arcaico. Por outro lado, foi criado uma concepção em torno do caipira relacionando constantemente ao ingênuo, preguiçoso e coisas afins, pejorativamente. Não é preciso ir muito longe, basta pegar do ponto de vista cultural todas as canções que antecederam aos anos 70 e 80, todas elas, quando retratavam a vida no campo, tentavam justificar essa existência. Como houvesse uma necessidade de dizer que, os seres humanos que habitam o campo também são dignos, “valorosos”.

Para Martins:

Uma coisa, porém, é esse destino, outra coisa é a concepção desse destino. O transplante da concepção de camponês de outras realidades históricas, particularmente da realidade russa dos fins do século XIX e do começo do século XX, para enquadrar e explicar a situação e as lutas do meio rural brasileiro, deste tempos recentes, é procedimento que apresenta suas dificuldades destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de um entendimento estrangeiro de destino do camponês (como estranha e a própria palavra nova que o designa) e que não corresponde à sua realidade, às contradições que vive ao destino real que nasce de fato dessa contradição da imaginação política. [...] Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar as unidades respectivas situações de classe, e sobretudo, que procuram dar unidades as lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também designação de um destino histórico. (MARTINS, 1981, p. 22,23)

Entender o meio rural brasileiro é complexo, pois há tendências que buscam negar a existência camponesa, buscando enquadrar as populações que habitam o campo como trabalhadores rurais, ou mesmo proletários rurais. Esse enquadramento é fruto de toda tradição e o arcabouço teórico, pois, a principal referência se baseava no modelo Europeu e soviético. Rússia por ter uma dimensão territorial muito grande, faz parte tanto do leste Europeu, quanto parte no norte da Ásia.

A realidade brasileira, necessita muito mais aprofundamentos, pois é bem notado sua particularidade o que lhe torna peculiar. Wolf (s/d, p. 13) explica que “já falamos dos camponeses como cultivadores; ou seja, eles cultivam e criam gado no campo e não em estufas construídas no centro da cidade ou em canteiros de lírios em peitoris de janelas”. Desse modo, o referido autor já demarca a concepção, ser camponês é estar no campo, em contato com a terra, produzir uma relação intrínseca com a terra. Ele ainda reforça o sentido antagônico entre o ser camponês e o fazendeiro. Para ele, enquanto o fazendeiro se preocupava com os negócios em termos mais amplos, administrava a fazenda como uma empresa, remete sua análise ao contexto norte-americano. Sendo que, o camponês, isso nas palavras de Wolf (s/d) se preocupa com o sustento da família, o bem-estar dos membros da família está em primeiro lugar. Essa é sua motivação em torno da lida diária.

1.3 O MST: SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

O MST é um movimento que surgiu no sul do país e se tornou um grande movimento de luta. Toda sua forma permitiu chegar a um dos maiores patamares de organização sociais no que diz respeito a luta pela terra.

O MST se consolidou enquanto organização, se sedimentou no campo tendo a luta pela terra como a principal bandeira. Evidentemente o cunho central na ação engendrada por este movimento se estabelece na perspectiva da questão agrária. O MST vê na luta pela terra o caminho para se chegar à reforma agrária.

Contudo, para entender a gênese do MST, é necessário considerar a história do nosso país. Em 1964 ocorre o golpe militar contra o Presidente João Goulart. E a luta pela terra não cessou durante o golpe militar, ao contrário, as lutas travadas nesse contexto possibilitaram o surgimento do MST.

Castro (2021), afirma que houve tentativa por parte de João Goulart, para tentar a partir da articulação com Brizola, a resistência aos militares. Mesmo com Brizola insistindo na resistência e na luta, Jango não quis se propor a um confronto armado contra os golpistas. O golpe aconteceu, e com ele a repressão veio de modo escancarado. Perseguiram, prenderam, desapareceram e torturaram os que representavam oposição aos militares.

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como por exemplo o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife. (CASTRO, 2021, sem paginação).

O golpe militar representou um retrocesso inimaginável para a população brasileira. Durante o período militar, toda luta da esquerda no Brasil era voltada para combater o golpe, foi um período de enfrentamentos diários. A esquerda teve que se reinventar e aprender com outros movimentos latino-americanos e asiáticos, táticas de guerrilha urbana, táticas de guerrilha na selva a exemplo da Guerrilha do Araguaia.

Embora houvesse muita repressão, a luta pela terra durante o golpe militar não parou. Nos anos 1970 eclodiram diversas lutas no Norte e no Centro-oeste, desembocada pelos posseiros. Os golpistas criaram o Grupo Executivo das Terras do Baixo Araguaia Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM), os dois grupos foram criados para tentar controlar e prender os camponeses que se articulavam para ter o acesso à terra.

A formação e gênese do movimento se ancora em outras ações anteriores ao seu surgimento e se constitui a priori como herdeiro de lutas como dos quilombos, canudos entre outras que permitiram e inspiraram a experiência da atuação no campo. A década de 1970 foi para o povo brasileiro, especialmente para quem vivia no campo, um período de grandes dificuldades. As profundas desigualdades sociais oriundas da própria formação e constituição do nosso país se intensificaram. Nessa década é implementado no Brasil a tão conhecida Revolução Verde, a inserção do pacote tecnológico para o campo.

A lógica por trás do processo introdutório do pacote tecnológico, engendrava um discurso altamente ideológico. A ideia que era defendida era que o campo precisava evoluir e o melhor jeito de se fazer passava pela lógica do progresso contra formas de vida atrasadas como a do camponês. Era necessário obter para a agricultura o que se tinha de mais avançado. A

ideologia pertencente a este momento de industrialização e tecnificação dos monocultivos, que contrapunha o atrasado da vida camponesa com as modernas tecnologias do modo de produção capitalista aplicadas ao campo fez com que aumentasse de uma maneira assustadora as desigualdades sociais no campo. A Revolução Verde contribuiu para a expulsão de grandes contingentes de camponeses com cisão profunda entre aqueles que possuíam maior poder e capital no campo e os camponeses. Dessa maneira:

A exclusão social e econômica dos camponeses, a desapropriação territorial, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho no campo, a acentuação dos conflitos sociais e a luta pela terra ascendem com veemência frente à territorialização do capital e a tecnificação no campo brasileiro principalmente no Nordeste em que a concentração de terra reside de forma perversa e assustadora. (SILVA, 2015b, P. 1)

A lógica da modernização do campo incutia uma perspectiva capitalista da produção da vida. Os insumos adquiridos e incentivados pelo governo aumentaram de forma exponencial o antagonismo entre quem detinha o poder econômico sobre a produção agrícola. A classe dominante no meio rural, alavancou consideravelmente o seu domínio sobre a lógica de gerir a produção. A forma de produzir se afunilou em um único jeito: ou se adéqua ao mercado, ou está fora. O resultado dessa lógica de conceber e implementar a produção agrícola, foi o aumento das desigualdades e da pobreza.

A Revolução Verde¹⁰, no Brasil, herdou todo esse aparato usado para fazer as guerras, os venenos, maquinários foram adaptados para dar um novo uso a máquinas e insumo que estavam inseridos em uma lógica voltada para exterminar a vida. Desta forma, o chão que foi sedimentando MST, contou com essas situações, no qual a luta passou a ter uma nova dimensão. Lutar pelo acesso à terra, mas também garantir as mudanças mais profundas na sociedade e superar o modelo imposto pelo agronegócio.

As contradições vividas no campo na década de 1970 e a violência cravada por parte do estado, tornaram intensos os embates entre os que detinham o poder. Aqueles que pouco o possuíam, não tinham nem força política, nem família.... A implantação desse modelo agrícola pautado na Revolução Verde enfraqueceu a luta. Nesse cenário de profundos antagonismos, ressurgem as ocupações de terras.

¹⁰ A Revolução Verde disseminou globalmente um novo regime tecnológico baseado na dependência da agricultura em relação à indústria e ao capital financeiro. Esse processo foi alavancado ideologicamente sob o manto da modernização, uma noção legitimadora dos arranjos institucionais que passaram a articular de forma coerente interesses empresariais com os paradigmas técnico-científico e econômico consolidados (DICIONÁRIO DO CAMPO, 2012).

De 1979 a 1981 houve vários acampamentos no sul do país, centenas de camponeses decidiram requerer o direito à terra. As ocupações mais marcantes desse período, ficaram conhecidas como Macáli e Brilhante. Perto dessas ocupações, ocorreu uma outra que veio a ser conhecida como Encruzilhada Natalino, que se tornou símbolo na luta por democracia e resistência à ditadura militar. A Encruzilhada Natalino contou com a presença de vários atores sociais e conseguiu reunir em torno de si à sociedade civil organizada, que exigia o direito à democracia. Desta forma é que:

Quem tá cansado dê licença do caminho
Quem acredita dê as mãos e vamos embora pois quem tropeça no primeiro desatino E
pouca força na construção dessa história.
Não adianta inventar outros caminhos
Porque jamais vão conseguir nos convencer
Capitalismo nunca foi de quem trabalha
Nossos direitos só a luta faz valer
Esse evento traz presente um passado
De uma semente que deu vida ao movimento
No broto novo de Macalli e Brilhante
A Encruzilhada Natalino pôs fermento
E os companheiros que tomaram no caminho
Serão lembrados sempre pela estrada afora
Nossa Vingança é ocupar os latifúndios já preparando o dia da grande vitória. Reforma
agrária é uma luta de todos
Aqui de novo viemos reafirma.
Numa aliança entre o campo e a cidade Pois a verdade amanhã triunfará. (LIMA, 2002,
Sem Paginação)

Na sua origem, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto movimento social de lutas, já engendra uma nova concepção em torno das ações. O objetivo não passava apenas pela conquista da terra, a conquista do território era preciso organizar o povo (no caso, os trabalhadores rurais) para o embate contra o sistema de poder vigente e modo de produção.

Desse modo, se inicia o enfrentamento contra o capital, com horizontes claros, com organização autônoma, tendo como parâmetros a construção democrática das relações sociais Camacho (2008). Assim, o MST se fortaleceu enquanto organização calcada da afirmação de que era preciso redistribuir à terra. Questionava e ainda questiona as estruturas dominantes e a forma pela qual os detentores dos meios de produção conduziam e conduzem a política agrária neste país.

A partir de 1988, o debate em torno das questões agrárias tomou força, na Assembleia Nacional Constituinte colocaram como parâmetro as discussões acerca do PNRA (plano nacional da reforma agrária), em um momento, não obstante, já haviam sido discutidas o estatuto da terra em meados de 1964 com a lei de nº 4504 de novembro de 1964 (MEDEIROS, 2012). O Estatuto da Terra, permitiu a classificação dos imóveis rurais em quatro categorias, assim: “(. . .) de acordo com o seu tamanho em termos de módulos rurais (unidade de medida, em hectares, que buscava exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e as condições do seu aproveitamento econômico “(MEDEIROS, 2012, p. 449). O tema que vinha sendo discutido desde 1920 sobre a definição de latifúndio, ganha força e definição concreta.

O PNRA trazia como elemento o debate em torno da função social da terra, bem como os elementos da produtividade, assim a constituição afirmou a produtividade ligada a função social. Essa definição estava ancorada no Estatuto da Terra. Destarte, o movimento se apoderou do debate em torno da função social da terra, pois, a interpretação permitia abrir caminhos que possibilitava o avanço da organização.

MST enquanto organização política, se constitui a partir de 1984 em um encontro nacional realizado com camponeses de diversas partes do Brasil, em Cascavel no Paraná. Se consolida a partir de debates realizados no encontro acerca da necessidade da luta pela terra como elemento central. Também na perspectiva das mudanças sociais mais profundas, os objetivos centrais do movimento eram: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Desta forma: “Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza” (COMISSÃO PASTORAL TERRA, 2020, sem paginação).

1.4 ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS CAMPONESES: O ESTUDO COMO ATIVIDADE REVOLUCIONÁRIA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao se consolidar enquanto agente político de luta por direitos sociais, já no seu embrião cria um jeito para conduzir a luta. Ao entrar no movimento se inseria em um processo organizativo totalmente transformador. O jeito

de se organizar que é do próprio movimento, coloca o indivíduo que se insere na luta a repensar e a questionar o modelo de sociedade capitalista.

Do mesmo modo, a capacidade organizativa, permitiu ao movimento a discussão da “práxis” revolucionária, onde os sujeitos participantes da luta se viam diante de uma situação em um acampamento. A vida em coletividade, o núcleo de base, os setores ao qual toda e todo acampado deveriam estar inseridos. Os grupos de estudos, as reuniões, as noites culturais. Estas atividades eram o exercício de uma nova sociedade. É por meio dos grupos de estudos que se dá a atividade revolucionária. A Educação tem papel fundamental em toda e qualquer sociedade e organização.

As práticas coletivas, os mutirões, a partilha da vida em comum, possibilitaria as pessoas que dela participasse um olhar diferente acerca da realidade vivida. Entendendo as contradições impostas pelo modelo existente, onde o antagonismo de classe se tornara tão evidente.

O estudo surgiu nas primeiras ocupações. No início o MST ao se consolidar, criou o boletim Sem Terra, que posteriormente se tornou o Jornal Sem Terra, e tinha o intuito de informar e formar os camponeses e camponesas nas ocupações e estabelecer um diálogo junto a sociedade. O jornal cumpria a função de debate junto a sociedade acerca da importância da reforma agrária e do acesso imediato das famílias à terra. Deste modo:

A partir de 1984, com a criação oficial do MST, o Boletim Sem Terra dá um salto qualitativo e se transforma no Jornal Sem Terra. Muda o formato, a amplitude, o editorial e os objetivos. Num momento de nacionalização do Movimento, o jornal passa a ter um caráter mais interno, e se torna um dos principais instrumentos de articulador, de motivador da luta e de formação política a ser realizado nos trabalhos de base, característica que vem tendo desde então. (TERRA, 2020, sem paginação)

Embora o jornal tivesse mais o caráter interno, se transformou ao longo da história em um agente transformador de consciência, tanto para os acampados quanto para sociedade de maneira geral. Carrega já nas suas primeiras edições o debate anti-hegemonico, protagonizado principalmente pela grande mídia.

Nesse sentido, a contra-hegemonia se coloca como um horizonte de conquista a ser alcançado, ainda que dentro de uma sociedade regida por padrões hegemônicos de outras classes, ou frações de classes. O papel da comunicação para a manutenção da hegemonia dominante ou para a construção da contra-hegemonia é central, levando-se em consideração o pressuposto básico da ligação de Gramsci com a teoria da economia política, das contradições fundadas sobre as relações capital-trabalho, que serão superadas apenas pela ascensão de uma nova classe na direção da sociedade e do Estado. (CUNHA, 2013, P. 45)

Figura 5 – Capas do Jornal



Fonte: Imagens retiradas do arquivo do MST

Em consonância com os objetivos gerais da organização, o estudo sempre foi determinante para a consolidação do movimento. Em mais de três décadas de existência, já se formaram através das articulações com universidades e outros países como é o caso de Cuba e Venezuela, milhares de estudantes em todas as áreas do conhecimento. O estudo e o trabalho sempre estiveram presentes também na perspectiva da resistência, pois, a organização compreende como fundamental a apropriação dos saberes. O povo só será plenamente livre se for autor e construtor da própria história, por isso a necessidade do ensino, do estudo dentro do movimento e dono dos meios de produção.

Portanto, a partir do encontro em Cascavel percebeu-se a necessidade de formar uma organização nacional de luta pela terra. Com pauta nas raízes históricas que nortearam a luta até então, desta forma: “Não apenas nos sentimos herdeiros e continuadores das lutas anteriores, mas também somos parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso primeiro Congresso afirmávamos que “Sem Reforma Agrária não há democracia”. (COMISSÃO PASTORAL TERRA, 2020, sem paginação)

Destarte, a organização interna do MST se estabeleceu da seguinte forma: núcleo de bases, setores, cordeações, direções. Sendo elas local, regional, estadual e nacional. De todas as instâncias o Congresso Nacional do MST é a instância Máxima. As discussões realizadas ao

longo de um período no que lhe concerne é determinado conforme a conjuntura e vão para o Congresso Nacional, la é definido coletivamente e devolvido a base¹¹.

Assim, como foi supracitado, a forma como o MST se organizou foi o que permitiu lograr tanto tempo enquanto organização, são mais de 30 anos de atividades organizativas, contando com mais de 350 mil famílias assentadas que estão organizadas em 24 estado da federação:

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete ao nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembléias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. (COMISSÃO PASTORAL TERRA, 2020, sem paginação)

1.5 AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

O debate gira em torno da necessidade de o camponês tido como arcaico se modernizar, se tornar produtor de mercadorias na perspectiva capitalista.

Para Shanin (1980), o campesinato tem que ser enxergado e interpretado a partir da sua existência real, pois, são grupos sociais que coexistem no que tange a consciência, bem como na ação política. Segundo ele o camponês é um ator social. Destarte, ele corrobora afirmando que as viagens pelas quais os pesquisadores embarcam na ânsia de polarizar a concepção camponesa, partindo do princípio de que a nomenclatura resolveria o problema:

Há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão jamais é inconsequente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. **O que importa são as maneiras com tais palavras são utilizadas. Sem dúvida, pode-se exagerar as preocupações com terminologias, desviandose para um discurso fastidioso, em que longas palavras são usadas para tecer mais palavras, ainda mais longas, sem jamais retornar ao mundo dos vivos.** Para evitá-lo, o pensamento dos cientistas sociais deve sempre mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos. Entretanto, de vez em quando, recomenda-se fazer um teste do conceito ou voltar às suas raízes epistemológicas. Para que, agora, o momento é propício para isso, pois por razões às quais retornaremos brevemente, a

11 São os Acampamentos, Assentamentos, Coletivos e todas as famílias ligadas ao movimento.

moda intelectual de “estudos camponeses” parece aproximar-se de um novo estágio e de um momento decisivo. (SHANIN, 1980, p. 1, grifo nosso)

No que tange ao modo de vida camponês, Wanderley (1997), destaca que para existir, o camponês necessita manter a tradição que lhes é peculiar, para projetar, ele recorre ao passado se sustentando no saber tradicional.

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar. Da mesma forma, a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria que se refere a uma tradição inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (WANDERLEY, 1997, p.4)

Para o campesinato existir, precisa estar vinculado a um território, a um espaço tanto físico quanto subjetivo. No território é que ocorre a manutenção da vida, das quais os camponeses estabelecem relações sociais entre si mesmos e outras classes sociais.

É no território que acontece o processo produtivo existencial, de onde ocorrem as múltiplas relações e interrelações. No campo objetivo, o camponês se insere no contexto globalizante, onde o capitalismo é quem reina, portanto, o objetivo desse sistema capitalista é o lucro. Para se obter o lucro é necessário passar pelo crivo da produção de mercadoria. Assim, mesmo inserido nesse contexto, os camponeses aparecem no cenário como uma forte resistência a ele. Para a vida campesina, a família é o elo fundamental, todo trabalho camponês é desenvolvido a partir do núcleo familiar.

As relações estabelecidas entre os camponeses, não podem ser medidas ou transformadas em mercadoria, assim essa configuração da troca de serviços, no plantio em mutirão, no empréstimo de ferramentas e maquinários, são práticas de união totalmente na contramão do modo de vida capitalista.

Bourdieu (1979) no livro “o desencantamento do mundo”, faz uma análise da questão camponesa na Argélia. Segundo ele o camponês não se enquadra aos moldes capitalistas, pois, o tempo da produção da existência campesina, não é um tempo programado, mas um tempo em que a vida é projetada a partir do ciclo da natureza. Para o camponês, então, não existe essa busca excessiva por lucro, a produtividade é a garantia de sustento familiar.

Assim Bourdieu nos assegura:

Assim, de um modo geral, o camponês empenha suas despesas em função da renda obtida pela produção precedente e de modo algum pela renda que espera obter; além disso, em caso de colheita excedente, ele tende a tratar o trigo ou a cevada suplementar como bens diretos, preferindo acumula-los em vista do consumo antes que semeá-los e aumentar a esperança da colheita futura e assim sacrificando o futuro da produção o futuro do consumo. (BOURDIEU, 1979, P. 23)

Wanderley (2004), afirma que há concepções sobre a vida camponesa em curso, uma é a agricultura camponesa. A outra é a agricultura moderna com suas práticas perversas destruindo a biodiversidade que são ainda predominantes no Mato Grosso do Sul e no Brasil. Portanto, a agricultura familiar, que se denomina também camponesa ou camponesa oferece uma crítica a esse modelo. Enquanto a agricultura moderna produz em grande escala, mas com baixa qualidade pela pobreza alimentar que ela oferece, além dos altos índices de agrotóxicos, a agricultura dos camponeses segue na contramão, respeitando os ciclos naturais. Assim Wanderley testifica:

[. . .] Produzir qualidade supõe, nessa perspectiva que os agricultores dispõem de uma profunda competência profissional que resulta da confluência do saber técnico aprendido como conhecimento da terra e da atividade agrícola, herdado das gerações anteriores e assimilado pelas experiências cotidianas da observação e do trabalho localizado. (WANDERLEY, 2004, p.56)

Sendo assim, “A tradição camponesa, que por um momento parecia ter uma conotação negativa diante do saber universal, renovado pela aplicação da ciência e de novas tecnologias, torna-se nesse novo contexto, uma qualidade positiva”. (WANDERLEY, 2004, p.57). Ao mesmo tempo em que mantém a tradição pela ancestralidade e saberes dos povos camponeses tradicionais, portanto, possuem raízes profundas com a herança histórica.

Outro autor bastante importante para as questões camponesas é James C. Scott e Guerra (SCOTT, GUERRA, 2002) No “Formas Cotidianas de Resistência Camponesa”, delineia outra percepção no que tange a compreensão de resistência exercida pelos camponeses. O texto é uma profunda análise de uma região da Malásia, situada em Kedah. A análise vai de 1978 a 1980, que deriva a concepção de resistência. Scott e Guerra, buscam compreender nas ações rotineiras camponesas, como enfretamento real e necessário à exploração. (SCOTT, GUERRA, 2002)

Aborda a resistência, não como grupos organizados ou os famosos piquetes, grandes greves pelas quais historicamente os camponeses se inseriram de modo a garantir os seus direitos. Sua análise vai além, consegue enxergar com profundidade as diversas facetas da luta e resistência camponesa, embora um pouco efêmera, mas real e necessária. Constrói a narrativa

abordando as ações cotidianas, tais como: os saques, obtenção de peças de máquinas, demora no plantio, resistências que os camponeses de Kedah utilizavam para fazer o enfrentamento:

Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes. Por todas essas razões, ocorreu-me que a ênfase nas rebeliões camponesas estava mal colocada. Pelo contrário, pareceu mais importante considerar o que podemos chamar formas cotidianas de resistência camponesa – a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. (SCOTT; GUERRA, 2002, P.11)

Prossegue, dizendo, as formas de resistência camponesa no dia a dia são mais sutis, porém tão eficaz quanto as ações, mais amplas:

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem manchetes de jornais. Assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de micro-atos que resultaram na barreira. É muito raro que os produtores desses micro-atos busquem chamar a atenção sobre eles mesmos. Sua segurança está no seu anonimato. Também é extremamente raro que os oficiais do estado desejem dar publicidade a essa insubordinação. (SCOTT; GUERRA, 2002, p. 13)

As ações coletivas camponesas desencadeiam uma ação rápida, palpável e representam uma ameaça aqueles ao qual a ação é proposta. Já a concepção defendida por Scott e Guerra (2002), é mais sutil, porém tão profunda e capaz de abalar as estruturas econômicas.

Quando se trata de resistência é necessário estabelecer de qual sujeito se fala, assim a identidade ao qual se relaciona é a camponesa. Para Maciel (2016): [. . .] “a identidade não é um processo acabado, mas se constrói e reconstrói na medida em que atribui novos significados às ações dos agentes auxiliando-os na mediação com o mundo social. Em uma palavra: a identidade é uma construção realizada em um espaço imerso em disputas e tensões”. (MACIEL, 2016, p. 20)

Maciel (2016) afirma, olhar para a materialidade na perspectiva das novas ruralidades, pensando que, o campo como um espaço imerso em rupturas, contradições, afirmações, onde a realidade se torna muito mais complexa do que podemos captar.

O debate em torno dos camponeses, está muito longe de se extinguir, pois como Scott e Guerra (2002) bem disse, os camponeses se adaptam as intempéries, criando sempre alternativas para sua sobrevivência. Resistem firmemente, produzindo a existência.

2 A LUTA PELA TERRA EM UM NOVO CONTEXTO: AÇÕES QUE IMPULSIONARAM A CONQUISTA DA TERRA NO MATO GROSSO DO SUL

Nesse capítulo será discorrido a respeito da luta pela terra em um novo contexto: ações que impulsionaram a conquista da terra no Mato Grosso do Sul. Para tanto, abordou-se a questão da concentração de terras enquanto política de Estado, a luta pela terra e questões próprias referentes ao assentamento.

O percurso histórico brasileiro a respeito da luta pela Terra destacado anteriormente, corroborara para o desencadeamento das lutas que ocorreram no campo posterior a década de 1930. Advieram conflitos agrários entre 1970 e 1980. As contradições estabelecidas no campo levaram ao surgimento do movimento de luta dos arrendatários no início dos anos 1980 no sul do estado:

Os primeiros registros dos conflitos entre arrendatários e fazendeiros no Mato Grosso do Sul relacionam-se com os acontecimentos ligados ao rompimento do contrato de arrendamento nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, no município de Naviraí. Situação que teve seu estopim, em 1981, com o assassinato do advogado dos arrendatários. Todavia, a luta neste período não era somente dos arrendatários para permanecerem na terra, pois já havia na região de Batayporã um movimento de reivindicação de terras para Reforma Agrária por parte do sindicato dos trabalhadores rurais (ALMEIDA, 2003, p.119)

Na década de 1980, a luta pela terra se intensificou. Começou no sul do estado como o movimento dos arrendatários e sindicatos de trabalhadores rurais, a resposta dos que mantinham a terra cativa, foi a violência e a expulsão dos arrendatários. Essa atitude por parte dos fazendeiros fora comum em todo país, bem como a expulsão de camponeses pelas construções dos megaempreendimentos como foi a construção da usina de Itaipu. Todas essas contradições vividas no campo, a violência exacerbada, grandes quantidades de seres humanos sem posse, sem a possibilidade de acesso à terra, o cancelamento e recusa de renovação para aqueles que detinham arrendamentos de terras, tornou possível a primeira ocupação de terra no Estado do Mato Grosso do Sul.

Aproximadamente 800 famílias, de uma forma espontânea e sem prévia organização, entre os dias 04 e 13 de maio de 1981 ocupam a fazenda Baunilha, no município de Itaquiraí de propriedade de Augusto Bulle. A fazenda estava em demanda entre os dois fazendeiros confinantes. Os lavradores na sua maioria bóias-fria que trabalhavam na região percebendo que a terra era devoluta e em questão ocuparam, sem nenhuma organização, foram entrando e iniciando o desmatamento. (COMISSÃO PASTORAL TERRA, 1993, sem página)

O desenrolar desta ocupação foi a pressão cerrada por parte do Governo. Na época, Pedro Pedrossian buscou veemente o despejo das famílias através da repressão, do cerco ao acampamento e a violência velada, aquela que atinge principalmente o psicológico das pessoas. Essa violência era praticada através da mão forte do estado tendo como braço direito à polícia militar, ao qual incutia medo nas famílias, também existiam grupos armados bancados por fazendeiros locais, eram denominados pistoleiros¹². Almeida (2003), as famílias resistiram, sendo cercadas por arame farpado e controladas a entrada e saída do acampamento. Os que permaneceram no acampamento, eram sucessivamente transferidos de um lugar ao outro. Em setembro de 1983 foram enviadas para Colider no Estado de Mato Grosso.

A violência que essas famílias enfrentaram, fora tanto de forma incisiva e psicológica, aquela que é possível enxergar, tanto quanto violência psicológica. Todo momento a angústia, o medo, a presença de policiais, a possibilidade do despejo é constante. Essa violência não é descrita, ou narrada, não é vista como violência e sim como uma realidade constante. Entretanto, tem o poder devastador naqueles e naquelas que a enfrentam. Era comumente enfrentado nos acampamentos que foram percursos da luta.

Com avanço da luta pela terra em todo território nacional. No Mato Grosso do Sul não foi diferente. Começa da região sul do estado os primeiros debates em torno das ocupações de terra e a legitimidades destas ocupações. O trabalho de base para mobilizar e convencer as famílias a entrarem na luta teve participação importante da CPT - Comissão Pastoral da Terra, das comunidades eclesiais de base de Dourados, bem como de sindicalistas ligados ao movimento sindical combativo. Diante desta nova realidade, dos debates em torno da reforma agrária e de um trabalho de base intenso ao qual envolvera mais de 11 municípios da região sul do estado. Em 1984 acontece a primeira grande ocupação na fazenda Santa Idalina. Essa ocupação teve como característica principal a organicidade, e o número de pessoas envolvidas, relatos da conta de que mais de mil pessoas participaram efetivamente desta ocupação.

Em 1984 também acontece o primeiro encontro nacional do MST em Cascavél/PR. A ocupação da Fazenda Santa Idalina ocorre após a realização deste encontro. Várias pessoas ligadas à luta pela terra aqui no Mato Grosso do Sul foram a este encontro, buscando entender com profundidade o debate em torno da questão agrária. Este encontro também proporcionou a troca de experiências acerca dos diversos momentos que a luta se travava em cada estado, os

¹²Eram geralmente homens que a mando de fazendeiros, empresários, políticos, praticam bárbaros crimes contra os “inimigos destas pessoas. Há relatos de que no norte do país houve verdadeiras chacinas praticadas por pistoleiros, eles chegavam e matavam todos de uma família por vezes para obter a posse de suas terras.

enfrentamentos, as táticas utilizadas e a estratégia para resistir. Em 1984 ocorre ocupações similares em diversos estados. Ocorria no Brasil a intensificação da luta pela terra.

Houve diversos encontros principalmente na grande região de Dourados, buscava principalmente o aprofundamento da luta pela terra, os mecanismos a serem utilizados na tática de luta e o esclarecimento da militância para necessidade do enfrentamento direto ao latifúndio, ou seja, as ocupações deveriam cair na ordem do dia.

O Encontro de estudo sobre Reforma Agrária, realizado em Fátima do Sul no mês de março de 1984, com assessoria de João Pedro e Miguel Presburger da CPT nacional, veio ser um fator importante na mudança de luta dos semterra. É neste contexto que se fala que uma das formas de se fazer Reforma Agrária é fazendo ocupações de Terra, porque é uma maneira mais fácil de organização e taticamente representa um ataque aos inimigos. De fato, percebendo que todo trabalho de troca de correspondências e negociações entre o Governo e os semterra não havia dado resultado, optam pelo caminho da ocupação. E no dia 28 de abril de 1984 ocupam a fazenda Santa Idalina em Ivinhema [. . .]. (COMISSÃO PASTORAL TERRA, 1993, p.38)

A ocupação da Santa Idalina, em 1984, buscava a desapropriação da fazenda da empresa Someco, de 8762 hectares. A resposta do então governador do estado Wilson Barbosa Martins, pertencente a sigla PMDB, foi o despejo violento das famílias, retirando-as a força do acampamento. Utilizavam todos os meios de repressão de modo a atingir o psicológico das pessoas. Todavia, o poder vigente não contava que a violência dos opressores elevava a resistência do oprimido. Desta feita, o acampamento de Santa Idalina se realocou na Vila São Pedro em uma propriedade pertencente à Diocese de Dourados. Foram criadas duas ramificações do mesmo acampamento: um grupo ficou em Dourados, enquanto o outro foi para Campo Grande e montaram acampamento enfrente a Assembleia Legislativa. O então prefeito de Campo Grande, Lúdio Coelho, tentou de todas as formas combater os acampados, com violência e repressão. Então em 1984 com cerca de 476 famílias, obteve-se a vitória: o assentamento Padroeira do Brasil no município de Nioaque.

A história deste acampamento e a ‘posteriori’ o assentamento Padroeira do Brasil, tem uma relevância determinante nos rumos da luta pela terra aqui no estado. Demonstrou que através da luta se conquista a terra. Serviu de exemplo para as lutas que sucedeu, exemplo de resistência, tática e estratégia no enfrentamento ao latifúndio. Foram violentamente despejados, sofreram preconceitos de todos os tipos imagináveis, no entanto, em nenhum momento pensaram em desistir. Enfrentaram com resistência e determinação e através da luta

conquistaram o pedaço de terra. Para os assentados o lote conquistado não representa apenas as fronteiras de uma conquista, mas também dignidade e qualidade de vida.

Com toda família morando no acampamento e as ocupações na fazenda, se permitia organizar a produção de modo a garantir o sustento das famílias. Com a mudança na lei, essa lógica de ocupação passou a ser menos aplicada, assim foram surgindo imensos acampamentos a margem das rodovias, geralmente em frente à fazenda pretendida.

Outro elemento foi a criação do Banco da Terra, criado a partir da Lei Complementar nº93 de 4 de fevereiro de 1998. Tanto o decreto, quanto a lei complementar visava a desarticulação da luta no campo. O Banco da Terra, usou os correios para cadastrar as famílias que queriam à terra, agora com a criação isso era possível, não precisava ir para um acampamento, enfrentar toda luta para ter a terra, o governo financiava em infindáveis prestações à compra da terra.

No Mato Grosso do Sul, as ocupações organizadas de terras tiveram início no fim dos anos 1980 e seu apogeu entre 1998 aos anos 2000, período em que houve mais ocupações. Muitos pesquisadores, entre eles Nardoque, Melo e Kudlavicz (2018), atribuem o descenso¹³ nas ocupações de terras nos anos do Governos Lula e Dilma, entre os anos de 2002 e 2015. A mudança na legislação brasileira, por exemplo, o Decreto 2250/1997, que impediu a vistoria ou avaliação de qualquer fazenda ocupada, ou seja, as famílias não podiam mais ocupar as fazendas.

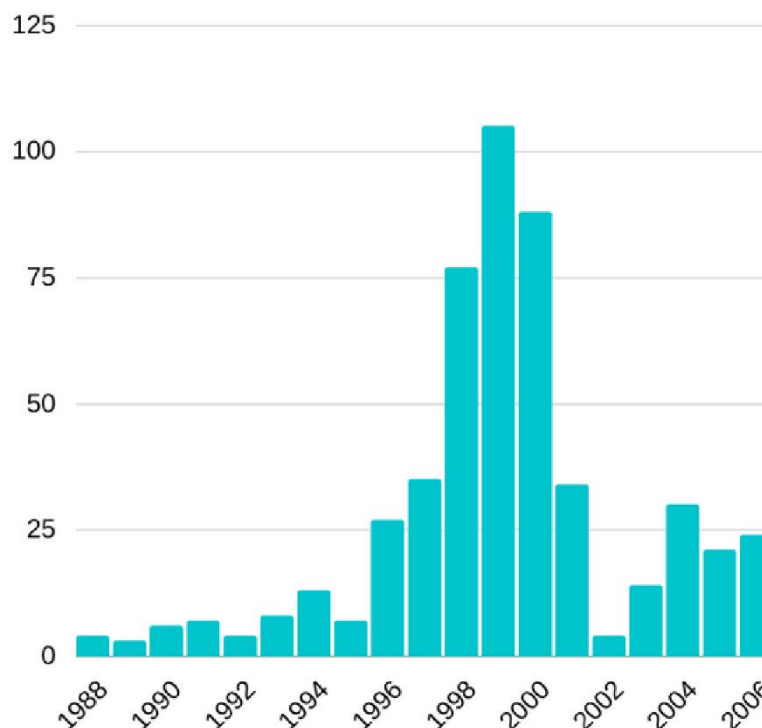
Esse decreto mudou toda lógica estabelecida nas ocupações de terras. No final dos 1980 e início dos anos 1990, os acampamentos eram geralmente dentro da fazenda, e eram organizados de maneira que permitia a permanência de toda família dentro do acampamento¹⁴.

Desta forma não foram somente os governos de esquerda que enfraqueceram a luta, e sim todo processo arquitetado de maneira a dificultar o acesso à terra para aqueles que participavam da luta, mesmo assim as ocupações continuaram acontecendo:

13 Conceito atribuído a diminuição da luta, significa dizer que em determinados períodos da história a luta estagnou ou diminuiu a intensidade. melhorar

14Na verdade, nos acampamentos do MST havia uma regra: toda família teria que estar dentro do acampamento, quem descumpria esse regimento poderia ser até afastado da ocupação.

Figura 6 – Luta pela Terra



Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra

O número de ocupações começa a crescer no fim de 1996 e tem um avanço significativo até 2001, quando começa a cair as ocupações de acampamento e conseqüentemente o número de famílias acampadas. De 2004 em diante, começa a se recompor novamente, mesmo assim se mantendo entre 25 e 40 ocupações. Essa taxa se manteve até 2016. O ano que o Brasil mais teve acampamentos foi o de 1999, cerca de 113.909 acampamentos em todo território nacional.

Essa taxa de ocupações de terras do Brasil segundo o Relatório da Luta Pela Terra, se manteve com números significativos até 2007, quando efetivamente ocorre uma queda brusca no gráfico e o número saltou da casa dos 69,484 para uma média de 38.789, ou seja, reduziu pela metade.

Entretanto, à medida que há um governo de alinhamento político com a classe camponesa, houve a criação de diversos programas sociais, entre eles o Bolsa Família. Essa nova realidade corroborou de forma decisiva para uma ampla desmobilização da luta pela terra. No Mato Grosso do Sul, por exemplo de 2004 a 2016 a somatória de todas as ocupações foi de

218¹⁵, ou seja, 13 anos para se chegar a 218 acampamentos, quando em 1999 foram realizados 105 acampamentos em um único ano.

Desta forma:

A inversão em relação às ocupações promovidas pelos movimentos socio territoriais em Mato Grosso do Sul, assenta-se no referido alinhamento entre o MST e o PT, promovendo mudanças nas estratégias da luta pela terra (MELO, 2015). Uma das formas de luta foi a reivindicatória, ou seja, de acesso às políticas públicas, como as linhas de crédito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz Para Todos, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018, p.631)

Desta maneira, o importante é perceber na luta pela terra no Mato Grosso do Sul, um longo processo. Houve a criação da lei terra, a implantação das colônias, e a luta incisiva dos Sem Terras, com as grandes ocupações, fechamento de rodovias, ocupações de espaço público, recuperação de alimentos¹⁶. Tais situações possibilitaram a criação de diversos assentamentos em todo estado, e o acesso à terra a diversas famílias e conseqüentemente a divisão do território que antes estava nas mãos dos latifundiários. Agora foram concretizados no estado 180 assentamentos, aos quais beneficiam 29.750 famílias as quais ocupam uma área superior a 700 mil hectares de terras.

Estas conquistas, ainda não representam uma democratização do espaço rural no estado, são uma fração muito pequena na imensa área ocupada pelo agronegócio.

2.1 OS CAMPONESES EM SIDRÔLANDIA

Os camponeses podem ser considerados como uma classe que vem sofrendo diferentes interpretações. Podem ser

considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas. Outras interpretações ainda apontam para uma importante produção familiar, denominada agricultura familiar, mas não deve ser classificada de camponesa em vista dos diferentes vínculos e relações

¹⁵Essas ocupações se diferenciam daquelas ocorridas nos anos de 1990, onde as famílias ficavam dentro da fazenda, e, eram presente na vida do acampamento. As imensas fileiras de barracos de lona ao lado das rodovias são muito mais simbólicas do que efetivo.

¹⁶ Nome dado ao famoso saque de mercadoria

engendradas no processo de produção que está inserida. Por outro lado, é importante destacar que a construção do lugar social dos camponeses está relacionada às suas lutas e resistências, realizadas em diferentes espaços e momentos históricos (FABRINI, 2007, p. 9).

Dito isso, vale salientar que nessa seção será discorrido sobre os camponeses no município de Sidrolândia. Sendo assim, este possui uma população 57.665 habitantes, cerca de 40% são do campo e quase metade da população está nos assentamentos. Esses habitantes no assentamento produzem o sustento da família, bem como de toda cidade.

Em relação ao processo histórico de formação do município, relaciona essa formação com a chegada dos bandeirantes ainda no século XVII e XVIII. Toda essa região que ia da beira do rio pardo à Amambaí “pertencia” a sesmaria onde o sesmeiro era o Barão de Antonino Prates, era um território muito extenso, portanto, cheio de contradições.

Como era uma região de terras férteis, os imigrantes que povoavam essa região, vinham principalmente da região do Brasil hoje conhecida como Sudeste ainda no século XVIII. Para a legalização grandes quantidades de terras, demarcando o território e posteriormente e que requeriam junto ao governo a posse definitiva, bastava juntar duas testemunhas, que na época não era muito difícil de encontrar, pois os invasores demarcavam a terra e tinham sob seu domínio várias famílias em regime de trabalho em situações análogas a escravidão. Isto feito, ao demarcar o território eles juntavam as testemunhas para garantir ao governador o direito legítimo à terra, se passando por povos originários. (ASSUNÇÃO; SILVA, 2014)

É interessante ressaltar que bastavam duas testemunhas para assegurar ao poder público a posse da terra, asseverando ser originário, ou seja, uma maneira torpe e distorcida da realidade. O governo brasileiro, na tentativa de controlar e demarcar o poder sobre esse território, concede às empresas estrangeiras os direitos de exploração de grande parte do território. Assim foi com a Companhia Mate Laranjeira, que se estabeleceu na região de fronteira, tomando para si os ervais pertencentes ao povo Guarani Kaiowa, Nandeva entre outros na região de Sidrolândia. Outro processo semelhante foi o consentimento de cerca de 145.705 hectares de terra para a Companhia norte-americana Brasil Land and Paching Company (COMISSÃO PASTORAL TERRA, 1988).

O Município já surge com grandes concentrações de terra, grandes fazendas, fruto da invasão e tomada para si dos territórios. Essas fazendas foram obtidas de formas contestáveis, para fins tanto de exploração agrícola, como de especulação.

2.2 A LUTA COMO INSTRUMENTO PARA A CAMPENIZAÇÃO

Em 1988, houve em Sidrolândia, uma crescente comoção social em torno da reforma agrária, protagonizada naquele momento principalmente pelo Sindicato dos trabalhadores Rurais. O MST na época, estava mais centrado no desenvolver da luta no sul do estado. Os integrantes dos Sindicatos iniciaram uma pesquisa de modo a encontrar uma área de terra, que atendesse aos requisitos da constituição acerca da destinação de terras para reforma agrária.

O sindicato, sabendo que a fazenda Capão Bonito (cujo dono era Lúdio Coelho) estava destinada para fins de Reforma Agrária, começou então uma movimentação de modo a juntar as famílias para pressionar o governo a destinar à área para desapropriação. As famílias se organizaram e enfrentaram um dos maiores latifundiários do estado, Lúdio Coelho, que arrendava a fazenda para criação de bovinos. A emissão de posse e a destinação da fazenda para fins de Reforma Agrária saiu em 1989.

Com a conquista da fazenda Capão Bonito I, desencadeou-se o interesse das organizações sociais. A partir de então, começam a se organizar as famílias para ocupações e o MST vem para região de Sidrolândia nos anos 1990, tendo sua primeira conquista em 1997: o assentamento Capão Bonito II.

A partir dos anos 1990, a luta no Município de Sidrolândia começa a tomar um caráter mais massivo e unitário, as organizações desenvolviam a luta conjunta, dessas lutas surgiram grandes assentamentos em forma de partilha, beneficiando todas as organizações tais como: MST, CUT, STR, FETAGRI, FAF. A unidade na partilha da luta desembocou nos diversos assentamentos realizados pelo INCRA, num total de 26.

A luta desenvolvia-se em conjunto por essas organizações, permitindo compreender grosso modo, a importância da união para o êxito. Entretanto, essa união foi permeada por momentos de grandes contradições internas. Desta feita, as contradições também presentes no seio do MST no Mato Grosso do Sul deram origem a várias outras organizações. Os antigos líderes do movimento, por divergência interna saíam e organizavam outros movimentos. Essas contradições e renovações, todavia, não tiram a importância do movimento na luta contra os latifúndios.

Em 2005, quando ocorreu a emissão de posse da fazenda Eldorado, momentos intensos de discordância no acampamento João Batista, organizado pelo MST, sobre qual modelo a se seguir, culminaram na saída de um grupo muito grande de famílias da organização de um só vez. O acampamento se dividiu em dois: João Batista e Che Guevara. O acampamento João Batista se organizou através de uma associação fundada pelos acampados e o acampamento Che Guevara ficou ligado ao MST.

De 1989 a 2013, as organizações sociais de luta pela terra em Sidrolândia, dentre elas o MST, conseguiram de forma sistemática a conquista de vários assentamentos. Para Camacho (2014), o debate da questão agrária, deve necessariamente passar pelo crivo do território, assim ao conquistar os assentamentos, o MST proporcionou aos acampados a possibilidade de desterritorializar o latifúndio, o agronegócio. Porém, essa relação não é simétrica, possui contradições, pois o agronegócio e o latifúndio ainda são maioria avassaladora pois detém o poder político e econômico.

Para Pereira:

Ao analisarmos como ocorreu e ocorre o processo de distribuição de terras no Brasil, percebe-se que a luta pelo “pedaço de chão” sempre se deu, de fato, de maneira desigual, por tal motivo que os camponeses, como classe social que são, não tiveram outra opção, senão, a de resistência. Resistência que há vários séculos no Brasil vem caminhando em oposição à classe latifundiária e, mesmo que subalternizada, vem fazendo prevalecer sua real essência de seu modo de vida que se reproduz a partir da tríade terra-família-trabalho (PEREIRA, 2019, p. 17, apud CAMACHO, 2014).

A produção camponesa efetivada nos assentamentos representa uma resistência ao modelo capitalista de produção, onde o principal objetivo é a acumulação de capital, com práticas extremamente predatórias e nocivas à natureza e ao trabalho.

Nos anos 2000 o movimento conquista o assentamento Vacaria, este assentamento carrega este nome, pois, se localiza as margens do rio Vacaria. Conquista essa, que ajudou a construir o movimento no estado, foi um acampamento que migrou para vários lugares até chegar em Sidrolândia. Saíram de Sete Quedas, foram para Iguatemi, ademais Corumbá e por fim Sidrolândia, remanescente dos acampamentos Tamarineiro II e Paiózinho.

Ainda nos anos 2000 houve o assentamento Capão Bonito III, em regime de parceria com outras organizações camponesas. Em 2002, o assentamento Geraldo Garcia. A conquista do assentamento Geraldo Garcia, é parte de uma narrativa em destaque na amplitude da luta pela terra em Sidrolândia. O primeiro acampamento se situava no município de Nioaque/MS, ainda nos anos 90.

Em 1998 uma comissão do acampamento, que se localizava no assentamento Padroeira no município de Nioaque, ficou sabendo da fazenda Estância Belém localizada em Sidrolândia, com grandes possibilidades de ser destinada à reforma agrária.

Sendo assim, um grupo de dirigentes do acampamento se deslocou para vistoriar a fazenda. O grupo retornou unido com os acampados e a par da situação da fazenda. Então em 98 o acampamento Geraldo Garcia muda-se para Sidrolândia para fazenda Estância Belém.

Houve uma disputa entre MST e STR pela posse da área. O movimento requeria junto ao INCRA o direito de assentar as famílias acampadas pertencentes ao acampamento Geraldo Garcia. Já o Sindicato queria partilhar a fazenda, isso levaria a divisão do acampamento, as famílias do MST não aceitaram e enfrentaram os acampados do Sindicato.

Toda a narrativa em torno do acampamento Geraldo Garcia, foi para ilustrar as contradições vividas internamente quando se opta por fazer a luta conjunta. São diversas maneiras de pensar a reforma agrária, o que leva a vários olhares sobre a mesma realidade.

Assim como conforme Assunção e Silva (2014), o primeiro assentamento aconteceu na Fazenda Capão Bonito, parte da fazenda da Companhia norte-americana Brasil Land and Paching Company. A disputa se deu com um dos maiores latifundiários daquele período no Mato Grosso do Sul, Lúcio Coelho que arrendava a fazenda para criação de gado, a desapropriação das terras aconteceu depois de cinco anos de luta, desencadeando o processo que atualmente conta com 26 assentamentos: Capão Bonito (1989), Capão Bonito II (1997), São Pedro (1997), Vista Alegre (1999), Vacaria (2000), Jibóia (2000), Capão Bonito III (2000), Geraldo Garcia (2000), Santa Terezinha (2001), Terra Solidária (2003), Valinhos (2003), Terra Solidária II (2004), Alambari(s): FAF, CUT FETAGRI (2005), Eldorado II (2005), Eldorado I: João Batista, Che Guevara, APAGE (2005), Barra Nova I (2005), Altemir Tortelli (2005), Barra Nova II (2006), Santa Lúcia (2006), Nazareth (2013) e os Independentes, que se organizam dentro de dois desses assentamentos, de maneira própria e a parte das organizações camponesa.

2.3 A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS COMO POLITICA DE ESTADO

A luta pela Terra em Mato Grosso do Sul, foi palco de embates. Ora entre os povos originários contra aqueles que buscavam se efetivar como donos legítimos deste território, ora por camponeses e camponesas no enfreamento direto ao latifundiário.

O processo de ocupação do espaço regional meridional do atual Estado do Mato Grosso do Sul, cuja área estadual compreende 358.158,70 Km², ocorreu por povos indígenas por aproximadamente dois mil anos. Na colonização europeia, esta região foi disputada por espanhóis e portugueses e, posteriormente, entre brasileiros e paraguaios. (MOTTA, 2013, p.25).

Segundo Almeida (2003), o povoamento do sul de Mato Grosso, com a Guerra, se deu de forma contraditória, pois, a princípio houve uma estagnação e abandono. Assim:

Nesse processo de povoamento do sul de Mato Grosso, é interessante destacar a dimensão paradoxal da Guerra do Paraguai, visto que, no início, ela foi fator de estagnação nos rumos do povoamento. Basta lembrarmos que a partir de 1856 o sistema comercial da província de Mato Grosso foi articulado a partir da navegação do rio Paraguai até Corumbá, única via de comunicação entre as cidades platinas e a capital da Província, Cuiabá. (ALMEIDA, 2003, p.110).

Portanto, há uma lacuna existente na história brasileira acerca da ocupação por parte dos nativos da região centro-oeste, assim:

Ao chegar o homem branco, o Pantanal era povoado por várias tribos indígenas, prevalecendo entre as mais numerosas as pertencentes ao grupo lingüístico guarani. A este grupo pertenciam: os vigorosos Itatins, que habitavam o baixo Apa e terras a oeste e faziam incursões nos Andes até Cuzco, de onde mais tarde traziam ouro e prata para trocar com os Espanhóis de Asunción; os Guaicurus que, tendo conseguido cavalos, trazidos do Paraguai para os campos de Maracaju, tornaram-se exímios cavaleiros e puseram em prática a verdadeira guerra de movimento; os Guachis no Pantanal de Nabileque; os Nuares, no vale de Mboteteu, hoje conhecido como Miranda; os Paiaguás, da Baía Negra, que em suas rápidas pirocas faziam incursões guerreiras em todo o Pantanal e só eram detidos pelos Guatôs, também ótimos marinheiros, que habitavam os arredores da Lagoa Gaíba; os Xanés, que viviam na área do atual distrito de Paiaguás, e os Xaraiés, mais ao norte, por volta da lagoa de Uberaba. (VALVERDE, 1972, p. 99 apud ALMEIDA 2006).

Também nesse sentido: “Até a primeira metade do século XIX, as terras do sul de Mato Grosso do Sul eram habitadas por indígenas e poucos haviam penetrado nesta região. Sendo todas as terras devolutas, o primeiro desbravador tomava posse”. (FABRINI, 1995, p.28).

Desta maneira, no pós-guerra do Paraguai, houve um aumento no que tange ao povoamento do homem branco nessa região, dizimando totalmente à presença indígena. Esse surto, fora então, provocado principalmente com a chegada da Companhia Mate Laranjeira e depois com a construção da ferrovia Noroeste do Brasil. A Mate Laranjeira obteve do Império

brasileiro a concessão de terras para a explorar os ervais, criando um monopólio de aproximadamente 60 mil Km² e 5 milhões de hectares de terras em seu poder, tornando o território cativo, e com o aval do estado brasileiro tornou-se possível explorar a seu bel-prazer esta vasta região, impedindo o uso de terceiro, a não ser a criação de gado em regiões de campos limpos, desta forma:

A Companhia que era controlada por capitais internacionais e empregava quase exclusivamente mão de obra estrangeira, passou a ser vista pelo Estado Novo como um empecilho para o avanço da “marcha”, empecilho este que foi removido em 1944, quando foi decretado o encerramento dos contratos de arrendamento com a Companhia. Mesmo antes do encerramento dos contratos, já se tornara difícil a atuação da empresa, pois em 1943 o Estado Novo criara o Território Federal de Ponta Porã e a Colônia Agrícola. (SILVA, 2000, p.78).

Sendo assim, o território sul mato-grossense tornou-se muito disputado, tanto pelas grandes companhias, como por pequenos e médios produtores. Segundo Fabrini (1995), outras empresas com forte ligação ao capital financeiro, se apropriaram e exploraram grandes quantidades de terras, desenvolvendo a prática da pecuária extensiva e a exploração de grande fração do território mato-grossense. Vejamos:

Além da atuação da Mate Laranjeira, várias outras empresas ligadas ao capital financeiro organizaram sua produção na exploração de grandes áreas de terra para a prática da pecuária, como a Brasil Land, Cattle And Packing Co. com 2.553.200 ha, The Brazilian Meat Company com 316.010 ha, Territorial FrancoBrasileira, com 414.803 ha, The Miranda Estância Company com 219.506 ha, além de outras empresas, intensificando-se o processo de concentração de terras em Mato Grosso do Sul.20. (FABRINI, 1995, p.38).

O poder concedido a empresa Laranjeira no que tange à exploração dos ervais, e no domínio do território era tão grande, que a concessão durou décadas até ser suspensa. A empresa comandava a região a sua maneira, de modo que Fabrini (1995), afirma que ela constituiu força policial destinada a controlar possíveis fugas e determinar a “ordem” na região:

A companhia solicitava do Estado apenas a formalização do item acima, pois havia força policial própria da empresa na região dos ervais. “Visando conter as constantes fugas e manter a ordem nos seus domínios, a empresa criou a sua própria polícia, formada por assassinos a soldo, que eram conhecidos na região sob a designação de ‘comitiveros’. Para ilustrar a sua ação sanguinária, na fronteira sul de Mato Grosso, são contados casos de grupos de trabalhadores paraguaios que, em breve lapso, tendo

se deslocado para a região, foram aniquilados em sua totalidade.” (FABRINI, 1995, p.37)

Dito isso, a forma que fora destinada à posse da terra no Mato Grosso do Sul, o interesse imbricado em cada ação tanto no Brasil Império, quanto no Brasil República: eram concedidas grandes quantidades de terras para fins de exploração privada a uma empresa ou até pessoas que detinham o poder econômico e político. A história da apropriação por parte da empresa Laranjeira e outras, se insere em contextos de violência e expulsão dos verdadeiros habitantes desta região.

Com o fim da concessão a empresa passou a explorar uma área menor, entretanto, do ponto de vista da exploração, essa se intensificou contra os pequenos produtores ervateiros, que se viram obrigados a negociar sua produção com a Mate Laranjeira, esta possuía um imenso aparato de transporte e logística de distribuição, corroborando:

Os produtores particulares, fracos, financeiramente, se comparados com a poderosa Empresa monopolista, viam-se obrigados a vender o produto exclusivamente à Mate Laranjeira, que possuía imenso aparato de transporte: mais de 500 carretas, 30 chatas, lanchas à vapor, boas estradas, 18 mil bois para carretas, estradas de ferro, monopolizando a navegação do Rio Paraná e seus afluentes que davam acesso ao Porto de Guaíra e, daí, aos mercados de erva-mate na Argentina onde era exportada a maior parte da produção. (FABRINI, 1995, p.38)

Fabrini (1995), afirma que somente a partir da segunda metade do século XIX é que Mato Grosso do Sul começa a ser povoado, inicialmente com as fazendas de criação de gado, sendo que esse povoamento fazia parte da divisão regional do trabalho ao qual se destinava ao estado a produção de gado. Desta forma constituiu a necessária necessidade de um melhoramento do rebanho existente. Inicia-se, então, a criação das raças puro sangue. O melhoramento foi possibilitado a partir da abertura da estrada até o Porto Tibiriçá, no rio Paraná. Desta forma:

construção de outras estradas boiadeiras que permitiram a penetração nos “sertões de Mato Grosso”. Papel de destaque tiveram os boiadeiros que trocavam gado de melhores raças por gado magro em Mato Grosso. Com o melhoramento do rebanho, foi possível seu aproveitamento pelos frigoríficos de São Paulo, já que, antes, o rebanho sul-mato-grossense, de inferior qualidade somente seria viável economicamente se aproveitado em saladeiros e charqueadas.(FABRINI, 1995, p.39)

Entretanto, com a construção da estrada de ferro no Noroeste Brasil, de maneira muito rápida houve aumento no interesse econômico. A construção fora financiada por capitalistas franceses e belgas, ao qual o principal interesse era no transporte de gado vivo do Mato Grosso do Sul até os frigoríficos de São Paulo, de modo a serem industrializados. Para Fabrini, 1995, essa concepção adjacente a ela estava o princípio da regionalização do trabalho, ao qual era destinada a essa região. Tornara-se mais barato abater o gado aqui no estado do que levar em pé. O gado abatido ocuparia menos espaço de modo que triplicaria a quantidade de carga transportada. Entretanto, isso violaria a destinação econômica ao qual era a prerrogativa do estado a de ser criador, sendo que as indústrias se instalariam em Mato Grosso e São Paulo.

Desta forma:

As áreas mais distantes dessa estrada de ferro e, onde a vegetação de cerrado não ocorria com maior frequência, sofreram influência indireta, como foi o caso das áreas florestadas do sul de Mato Grosso do Sul, que serão ocupadas mais tarde, com a prática da pecuária, e utilizadas para a engorda de gado magro trazido pela Noroeste da região pantaneira, já que as pastagens dessa nova área são artificiais ou melhoradas. (FABRINI, 1995, p.41,42).

O arcabouço histórico, da posse, dos arrendamentos da concessão e do processo colonizatório do estado de Mato Grosso do Sul, estiveram atrelados aos interesses de empresas monopólicas. Os arrendamentos eram concedidos as empresas privadas, a exemplo da Mate Laranjeira que obtiveram do “Presidente do estado” (atual governador). O que havia por trás era o interesse econômico e a vontade de objetivar a permanência dos grandes territórios cativos em poucas mãos.

Hoje, por conta do histórico levantado até o momento, é possível notar o efeito devastador da efetivação das leis que beneficiaram uma pequena parcela que detinha o poder econômico e tinham fortes influências na administração pública. Essa constatação é notada nas imensas lavouras que fazem margem às rodovias do estado - hoje Mato Grosso do Sul -, imensos territórios sob domínio de poucos, fruto de uma política agrária que beneficiou e ainda beneficia quem detêm poder. Para Fabrini:

A região Centro-Oeste apresenta elevada concentração fundiária pois, 6,5% dos estabelecimentos acima de 1000 ha abrangem 71,4% da área total. Os 65% dos estabelecimentos com menos de 100 ha (268.965) ocupam apenas 5,5% da área total. A concentração fundiária é ainda maior se considerarmos os níveis estadual e municipal. Tomando o exemplo de Mato Grosso do Sul, Estado que apresenta a maior concentração de terras do Brasil, as atividades agropecuárias são desenvolvidas em

estabelecimentos com média de 568 ha, significativamente superior à média nacional que é de 64,4 ha. Evidencia-se que 61,6% dos estabelecimentos (33.666) inferiores a 100 ha abrangiam, em 1985, 2,3% da área total (735.064 ha). Por outro lado, 11,3% dos estabelecimentos com mais de 1000 ha (6.215) ocupavam 80,4% da área total, ou seja, 24.967.432 ha. (FABRINI, 1995, p.2021).

A concentração da terra em poucas mãos fez parte do passado recente, o que possibilitou uma divisão do território desigual e combinado. Por um grande período a terra era moeda de troca dos governadores na perspectiva do aumento da receita, e conseqüentemente o enriquecimento individual daqueles que tinham o poder da regularização. Assim, as leis serviram apenas como parâmetros, não teve efeito real na organização fundiária do estado. O que houve foi o total ajeitamento para burlar as leis no sentido de garantir a concentração e o avanço das grandes fazendas.

A facilidade para quem detinha poder econômico em regularizar, ou mesmo adquirir terra era o inverso dos pequenos, para estes a burocracia para emitir posse ou mesmo de adquirir as pequenas propriedades era comumente enfrentado por pequenos posseiros. O que importa, porém, é a renda da terra, que entra no tesouro como receita e é capitalizada em mãos privadas. Embora nenhum dado específico tenha sido encontrado sobre a quantidade de dinheiro que cada governo recebe com a venda, aforamento e arrendamento de terras devolutas, as poucas e esparsas referências nas informações do governador à Assembleia Legislativa indicam que a maior fonte de receita do estado vem de negociações sobre essas terras.

Desta maneira, de 1892 à 1930, as terras do então grande Estado de Mato Grosso, que correspondia Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foram privatizadas através dos processos seguintes: regularização das concessões de sesmarias e legitimação das posses das grandes extensões; concessões gratuitas a imigrante nacional, estrangeiros e concessão especiais a colonizadores e empresas particulares; arrendamentos, aforamentos para indústria extrativa de vegetais e o famoso contrato de compra e vendas de terras devolutas.

A primeira “lei de terra” criada no estado de Mato Grosso de 1892, a lei estadual (nº. 20/11/1892), sancionada pelo então Presidente do Estado Manoel José Murtinho, 42 anos após a promulgação da lei de terras brasileira de 1850. A efetivação desta lei permitiu ainda mais o processo da concentração de grandes extensões de terras em poucas mãos. Posteriormente no dia 16 de novembro dos mesmos anos é criada a lei nº 24 ao qual foi criada a primeira repartição pública de terra no estado, a Diretoria de Obras Públicas, Terras Minas e Colonização.

Vejamos:

A lei nº 20 dispunha sobre os processos de revalidação das sesmarias, legitimação das posses e venda das terras devolutas, definindo-as inclusive. Foi regulamentada pelo decreto nº. 38 de 15 de fevereiro de 1893, seguindo os princípios da Lei imperial de terras nº 601/50 e de seu regulamento nº. 1318/54, se refere às questões de regularização da propriedade territorial e da política de mão-de obra, que vieram atreladas a essas normas, conforme os objetivos a que se propunham, no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre no país. (MORENO, 2007, p.65)

Nota-se à aproximação da promulgação da primeira lei de terra em Mato Grosso, com à assinatura da lei áurea promulgada em 1888 e a primeira lei de terras de 1850 estava profundamente ligada a necessidade da manutenção do controle sobre a terra. Antes quem estava acorrentado e preso eram os escravos, a terra estava livre.

No que tange a lei estadual de terras, ela buscou implantar o limite máximo da propriedade para as pessoas que pretendia iniciar um projeto de produção. A lei deliberou 900 hectares para lavouras; 3600 hectares para campos de criação; 450 hectares para indústria extrativa que eram, basicamente: erva-mate e extração de borracha, na época a maior demanda do mercado. Essa mesma lei de terras nº20 de 1892, deu prioridade no estado, à compra de terras consideradas devolutas para os ocupantes de posse, das quais o título não era passível de regularização, desta forma:

Por outro lado, exclui a possibilidade de permanência na terra pelos pequenos posseiros, sem condições de efetuar a sua compra ou de enfrentar a burocracia para a sua regulamentação, e proibiu a partir a publicação da lei, novas posses que ficavam sujeitas ao despejo com perda das benfeitorias realizadas. (MORENO, 2007, p.66)

A lei não criou a possibilidade do acesso à terra aos pequenos posseiros, com a democratização do solo, ao contrário, ampliou ainda mais a concentração da terra criando enormes latifúndios:

Más, ao invés de beneficiar os pequenos posseiros, garantindo-lhes a propriedade territorial como a democratização do solo, a lei produziu, ao contrário, enormes latifúndios, adjudicando a títulos gratuitos vastas extensões de terras a particulares. É o que mostra o seu sucessor no governo estadual, Antônio Corrêia da Costa, em 1896, sem eximir de culpa as intencências municipais que, a seu ver, deram outra interpretação para a lei. (MORENO, 2007, p.67)

Embora tenham tentado a possibilidade do limite máximo da propriedade da terra, fixado com a lei de nº20 de 1892, que estipulava o tamanho máximo para agricultura, pecuária e para indústria extrativista, o que se sucedeu foi o aumento exponencial das grandes

propriedades e a burla das leis em vigor para permitir a concentração para além do limite. Os municípios de Miranda, Corumbá e Nioaque, por exemplo, as áreas de posse para pastoreio variavam entre 9.600 e 14.500 hectares, ultrapassando em muito os limites impostos pela lei estadual de terras.

2.4 ASSENTAMENTO GERALDO GARCIA, ENTRE LUTAS E DESAFIOS

O Assentamento Geraldo Garcia, tem sua origem e consolidação no ano de 1997 no município de Anastácio. Cansados com as desigualdades vivenciadas no dia a dia, mais de 800 famílias oriundas de diversas partes do estado de Mato Grosso do Sul ocuparam a fazenda Guaxupé, e ali ficaram por um ano.

O nome do acampamento e posterior assentamento foi em homenagem ao militante do Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul, Geraldo Garcia, que perdeu a vida num acidente no Estado de Rondônia.

O acampamento era composto por: direção, coordenação, núcleos de base, setores e assembleia-geral. Todas as famílias pertencentes ao acampamento obrigatoriamente deveriam estar em algum espaço de discussão coletiva, geralmente a escolha se dá pelo perfil. Assim os setores organizados dentro do acampamento eram: saúde, educação, frente de massa, finanças, produção e formação. Tinham também os coletivos como: cultura e gênero, até então não era consolidado como setor no movimento, assim eram denominados de coletivos.

Essa organização estava presente no cotidiano das famílias ao entrar para o acampamento. As pessoas já sabiam que fariam parte de uma estrutura. Essa forma de organizar era que matinha o acampamento firme na luta. A formação era constante: estudos em núcleos, estudo nos setores e coletivos. Geralmente a formação era voltada para compreensão da luta pela terra e o processo contraditório da concentração fundiária, bem como o funcionamento do MST, os princípios organizativos, o regimento interno entre outros. Os trabalhadores somente poderiam cumprir com seu papel se estivessem organizados. Este papel, por sua vez, cabe a uma organização que se propõe orientar e dirigir, sabendo claramente para onde deve ir, e juntamente com todas as forças, desenvolver lutas para fazer acontecerem os objetivos traçados.

A construção da organicidade do MST, não foi algo que surgiu muito rapidamente. Ao longo do tempo foi se aprimorando, experimentando, e, junto com as famílias foi se consolidando nas áreas de acampamentos e assentamentos.

O importante é perceber um nexo entre a organização local, aquela praticada no acampamento, com a organicidade estadual. Esse fio condutor garante a unidade das discussões desde local, feita no núcleo de base, até nacional nas reuniões. De acordo com Roseli (2000), a consolidação da organicidade das instâncias e dos setores, contrapõe a lógica do isolamento, garantindo assim a efetividade dos princípios organizativos do MST.

Corroborando, Gomes (2009) informa que

Por “estrutura orgânica”, o MST entende as instâncias e espaços de discussão no MST: direções (nacional e estadual); coordenações (nacional e estadual); setores; núcleo de base; brigadas; grupos de famílias. Além das instâncias, o MST se organiza por grandes regiões, em status nacional, organizadas de acordo com a realidade de cada estado. A estrutura orgânica tem como objetivo garantir a organicidade do MST, de modo que aconteça uma funcionalidade em âmbito nacional, dando assim o caráter de movimento. Compreendendo como um processo que passa por diversas transformações, essa estrutura orgânica sofre alterações no momento em que as famílias se inserem no processo e conseguem dinamizar pela realidade vivida, através de suas práticas sociais. (GOMES, 2009, p.50).

O acampamento Geraldo Garcia, sai da fazenda Guaxupé no município de Anastácio e ocupa a fazenda Maribondo no município de Nioaque. Edmilson um dos integrantes do então acampamento narra esta passagem:

“O acampamento começo na fazenda Guaxupé lá em Anastácio. Ai começou em 1997, ai em 1998 teve o falecimento do Geraldo Garcia ai de acampamento Guaxupé virou acampamento Geraldo Garcia em homenagem a ele né, ai depois veio pra fazenda maribondo, em Nioaque, ai em 1999 ficamos em frente a fazenda maribondo ai quando foi em 1999 fizemos a ocupação na fazenda triunfo, nessa fazenda triunfo é que teve o despejo. Nesse despejo fomos pra padroeira na área comunitária lá, depois fizemos novamente a ocupação na fazenda triunfo. De 1999 aos anos 2000 fizemos 7 ocupações nessa fazenda triunfo, eles vinha e despejava ai nois ocupava de novo, ai no ultimo despejo fomos pra cede do assentamento conceição né. Nesse período ai aconteceu uma coisa muito inusitada viu, a fazenda triunfo fazia divisa com o assentamento padroeira do brasil, e nessa padroeira do a brasil que é um assentamento que foi feito pelo governo do estado, então tinha uma área comunitária, uma área de reserva do governo, então nois ficamos só dentro da reserva, que era o Zeca do PT na época né, ai ele autorizou nois ficar na reserva, ai o que que nois fazia, nois ocupava a fazenda durante a noite e ficava o dia e voltava para reserva e fica nisso, um pouco lá e um pouco aqui entendeu, meio período lá e meio período aqui, ai, não ta bom, não ta bom, ai se acordou o despejo com o governo e a polícia, so que o coronel não conhecia as divisas da fazenda, então nos desocupamos um lado e reocupamo o outro lado com ajuda da polícia (risos), ai ele ficou puto com nois, e fez um despejo de novo

dessa vez com bastante violência. Já chegou descendo tiro de madrugada né". (Edimilson, assentado, setembro 2021)

O despejo referido no depoimento feito pela polícia militar, segundo a narrativa dos próprios entrevistados foi o mais violento que ocorreu no Mato Grosso do Sul, a crueldade, a brutalidade exercida contra os Sem Terra, foi algo difícil de ser mensurado.

Figura 7 - Capa de jornal



Em Marabá (PA), na manhã de 11 de junho, 20 sem terra foram presos, de maneira ilegal, por uma equipe de agentes da Superintendência da Polícia Civil do sudoeste do Estado. Quatro deles eram menores de idade.

No momento da prisão, 18 dos 20 trabalhadores se encontravam desmontando os seus barracos no acampamento às margens do Rio Sororó, para se dirigirem à fazenda Cabaceiras — reocupada por 800 famílias na noite anterior. Os outros dois foram presos na rodovia PA 150, enquanto esperavam um transporte que os levasse a Marabá. A ação foi comandada pelo delegado João Carlos Pereira do Carmo.

Os quatro menores ficaram presos na delegacia por mais de dois dias, sendo liberados somente após a transferência dos outros 16 trabalhadores para a Penitenciária Mariano Antunes, distante 15 Km de Marabá. Depois de muita mobilização, os trabalhadores foram soltos.

ASSASSINATO

Na manhã de 7 de junho, cerca de 30 pistoleiros cercaram o Acampamento Antônio Conde, fazenda Nova Itapuá, em São Miguel do Taipú (PB). O clima no local ficou tenso e, por volta das 14 horas, um grupo de pistoleiros começou a passar veneno nas lavouras do acampamento. Estranhando a movimentação, os acampados foram verificar de longe o que estava acontecendo. Foram recebidos à bala pelos pistoleiros, que estavam armados com fuzil, metralhadoras e outras armas de grosso calibre.

Quatro sem terra foram atingidos. O companheiro Antônio Joaquim Teotônio morreu na hora. Uma companheira está em estado grave no hospital, atingida por uma bala na cabeça. As 130 famílias estão acampadas na fazenda

de Nova Tapuá desde o dia 28 de janeiro. A fazenda pertence a Marcos Odilon, dono da usina São João, que mantém grupos de pistoleiros fortemente armados, que por várias vezes já investiram contra o acampamento.

ILEGALIDADE

Em 12 de junho, às 3 horas da madrugada, a Polícia Militar do Mato Grosso do Sul chegou ao Acampamento Geraldo Garcia, em Nioaque, atirando com metralhadoras, destruindo barracos, obrigando os acampados a deitar no chão, com as mãos na cabeça, separando homens, mulheres e crianças, sob a mira de soldados fortemente armados.

Os policiais saquearam os pertences dos acampados, apreende-

ram documentos, destruíram e queimaram os barracos. Em seguida, levaram os trabalhadores rurais para o Assentamento Conceição, também em Nioaque, em caminhões trazidos pelos policiais, transportados sem segurança e em alta velocidade, o que ocasionou a queda de um companheiro.

O major Bueno, comandante da operação, ameaçou os acampados, submetendo-os a todos os tipos de humilhação. Disse que se os sem terra voltassem ao local, a repressão seria maior. Doze companheiros foram presos de maneira ilegal — já estão em liberdade. Em Pernambuco, cinco trabalhadores estão presos desde o dia 4 de março, no município de São Bento do Una.

Presos são tra

“Saímos mesmo regávamos de cont povos latino- sua libertação uma vida just da carta de d argentinos Humberto E mos dos de internacional sil. Eles foram seu país de o

Apesar de o governo an rantiam a trar Humberto tiv terceira grev seguir voltar ve foi iniciad durou até o d

Horácio, l pessoas fora pelo seqües Abílio Diniz, de supermen O objetivo c recursos fins rilha salvador tra a sangüin vernava aqu dos Estados

APOIO

Os parti ferência N Humanos ag midade, a “Apelo ao N de coragem popular a te leira e por t e criminoso política agri verno feder reu em maic putados, Br a presença 446 entidade foi Sem dir direitos hu

Sendo assim:

Teve varias ocupações, na fazenda triunfo, foi um dos despejo mais violento do estado que teve na época, acho que foi em 1999, foi um monte de gente preso, na época o Major Bueno fez gente deitar no formigueiro, até hoje foi considerado um dos mais violento que teve. Conceição é um assentamento antigo né, tinha a sede da conceição, que tem até hoje, todo assentamento tem esse espaço de terra foi a onde nois ficamos acampado um período, depois nois ocupamos a fazenda triunfo né, fizemos duas ocupação na triunfo. (Wilson, assentado setembro de 2021).

Nesse caso citado acima, vale explicar que, a fazenda triunfo fazia divisa com um assentamento, desta forma o acampamento montou dois polos, um dentro da fazenda e o outro na área do assentamento. Ficavam um período dentro do acampamento e o outro dentro do assentamento. Essa situação provocou uma confusão na polícia quando foi fazer o despejo, não conseguiam entender a dinâmica dos acampados. A polícia vinha, o acampamento mudava para dentro da área do assentamento, quando eles os policiais iam embora, eles voltavam da fazenda para o acampamento. Essa ação provocou a ira da polícia que utilizou toda violência no intento de intimidar o acampamento.

O acampamento Geraldo Garcia foi um dos últimos a realizar a ocupação direta na fazenda. As pessoas que vinham acampar, se fossem casadas, deveriam trazer toda família para dentro.

Em relação ao regimento interno do assentamento, esse permitia as saídas quinzenais, então, para se manter dentro do acampamento a coordenação organizava as saídas por núcleo, para garantir a permanencia de pelo menos 80% dos (as) acampados (as) dentro do acampamento.

Assim:

As dificuldade era muito, na época era um dos últimos acampamento que tinha família inteira no acampamento, tinha muito criança, mulher, e desse período pra cá, já mudou né, as característica de acampamento, e depois já não era a mesma né, intão até nesse período era todo mundo, família inteira, é tanto que tinha escola no acampamento, tinha a questão do pessoal da saúde, e tudo né. Nessa época ainda não tinha a lei de aquisição de terra. (Edimilson, assentado, setembro 2021)

Corroborando com o dito acima,

Quando nós estávamos acampado pela luta, pela conquista do território, encontrava minha família, toda nossa casa era dentro do acampamento, era barraquinho de lona, aonde reside dia eu meu esposo e mais três filhos, então ficamos no assentamento no

acampamento Geraldo Garcia por quatro anos, e neste momento, nesse tempo foi um momento de experiência que a gente passou várias dificuldades, em despejo, dificuldade até em alimentações, né, mas a gente conseguiu superar toda essa dificuldade porque o sonho era grande a gente queria conquistar essa terra de qualquer forma. (Dona Cida, assentada, setembro de 20021).

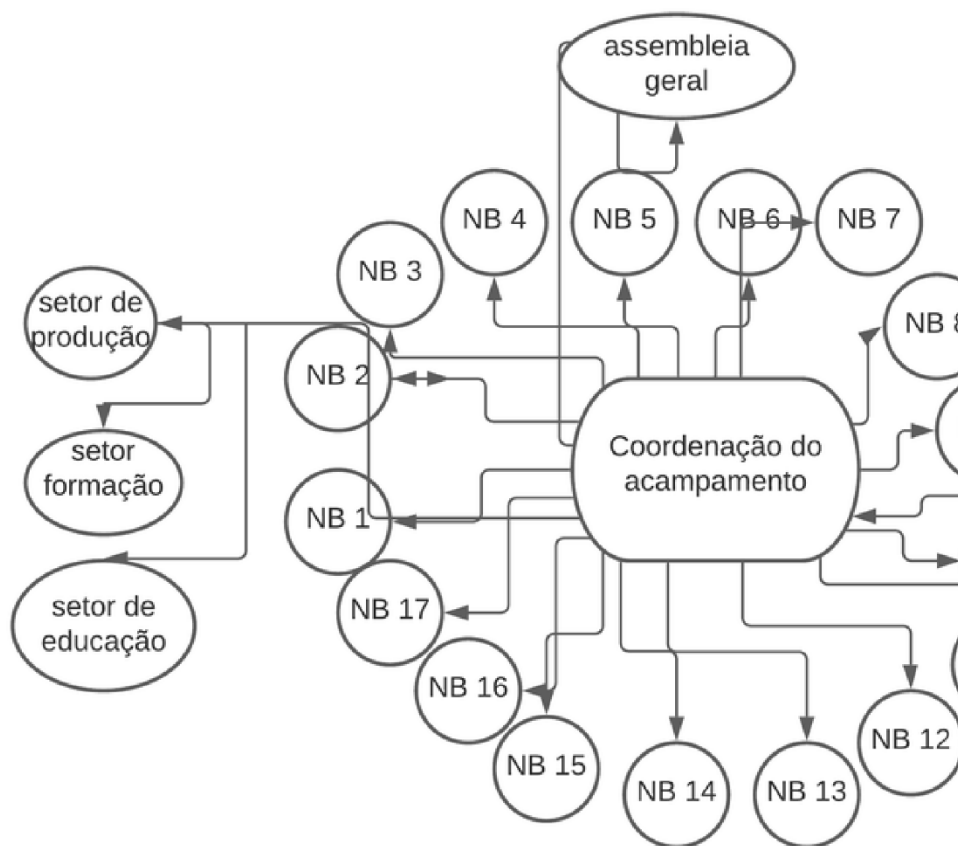
O fato de permanecer dentro do acampamento toda família, gerava dificuldade do ponto de vista financeiro:

Vixi passamos por muita dificuldade heim Manoel? Assim a necessidades das coisas né, passemos muito, é difícil né se acampar hoje, que nem eu construí minha família praticamente no acampamento, uma situação muito difícil né, não tinha renda praticamente vivia falar que nem o outro zerado. Você ficava dez dias fora que era praticamente para visitar o pai, a mãe, o irmão. (Aparecido Soares de Oliveira, assentado, participou da luta, entrevista concedida no dia 8 de setembro de 2021).

Nesse período em que os assentados estavam acampados em Nioaque na Fazenda Triunfo, o contava com aproximadamente 800 famílias. Segundo Wilson, então acampado, estas famílias foram sendo transferidas do assentamento, saindo nos municípios de Rio Feio e Bela vista.

A estrutura organizativa do acampamento era a seguinte:

Figura 8 – MAPA



Fonte: Assentados e Assentadas do Geraldo Garcia

Cada setor, cada NB e coordenação, tinha função específica e fazia parte de um todo organizado a qual permitia a todas e todos compreender o papel determinante dentro do acampamento. A célula central era o núcleo onde todas as famílias estavam inseridas, geralmente eram organizados pela proximidade, ou mesmo por discussão dentro da coordenação. O determinante era que teriam que estar todas as pessoas nucleadas.

Debate fortalecido em 1992 quando começam trabalhar a implantação do núcleo de base em todas as áreas de assentamentos e acampamentos. O núcleo de base aparece com o caráter primeiro de substituir os grupos de famílias que, até então, existiam. O MST lança um manual de organização dos NB's definindo o seguinte: "os núcleos devem ser criados para responder às deficiências e necessidades que temos dentro da organização do MST" (MST, 1992). (GOMES, 2009, p.53).

As famílias que estavam inseridas no acampamento, participaram de diversos espaços de discussão, tanto nas instâncias efetivas como na coordenação geral e setores. Também participação na assembleia geral, que era a instância máxima de decisão do acampamento. Geralmente quando era convocada uma assembleia geral devia se decidir assuntos de extrema relevância. A decisão partia da concepção do centralismo democrático, que prevê a decisão por ampla maioria.

Além da organização específica do acampamento, é válido também ressaltar que na fundamentação da organicidade do MST destaca-se:

A maneira como está fundamentada no MST tem por base a concepção política de organização de classe, a qual entende que a luta pela reforma agrária só pode avançar se for um processo de transformação social amplo e de longo prazo, com os trabalhadores permanecendo organizados, após a conquista da terra. O seu desenvolvimento representa a passagem do movimento de massas para a organização social, sendo construída desde o lugar social habitado pelos Sem Terra, os acampamentos e assentamentos. (RIBEIRO, 2004, p.38).

Em 1999 o setor nacional de formação propôs um debate amplo em torno dos núcleos de base, fora elaborado um manual que desse conta de abarcar o debate em torno dos princípios organizativos do MST Formação (1992), para criação dos NBs. Portanto, devem se orientar pelos seguintes objetivos: os núcleos têm o papel de organizar e articular os militantes do MST; encaminhar as tarefas relacionadas às lutas do Movimento ou mesmo aquelas feitas em conjunto com outros movimentos; ser um lugar de estudo, debates e efetivação das dos princípios organizativos do MST; contribuir com a elevação política e ideológica dos militantes e do povo.

Assim o acampamento com os seus núcleos de base, e os setores mantinham a organicidade do acampamento e a efetividade nas ações que a luta ia propondo. Desta maneira de 1997 a 1999, o acampamento realizou cerca de 11 ocupações na região de Nioaque. Ocupavam as fazendas e eram despejados, voltavam para áreas coletivas localizadas nos assentamentos da região: Padroeira e Conceição.

Fizemos 11 mudanças, a última mudança foi do acampamento para o lote, mas nesse período, ficávamos muito tempo dentro do acampamento, enquanto isso daí a gente ia e fazia ocupação e era despejado, mas um tempo a gente ocupava a terra de novo, e era de novo despejado, então foi muita luta mesmo e bastante sofrimento nesse nessa dificuldades que a gente enfrentava. Tínhamos as nossas escolas dentro do acampamento, a gente carregava essa escola cada vez que a gente mudava, a gente tinha que levantar a escola no outro lugar, fazer escola de novo e assim por diante. Era

uma equipe grande né, e eu fazia parte desta equipe de educadores dentro do acampamento. (Dona Cida, assentada, setembro de 20021).

A vinda para Sidrolândia e ocupação da fazenda Belém, ocorreu devido à militância obter do Incra a lista de fazendas possíveis de serem desapropriadas. Entre elas estavam a Fazenda Instância Belém. A coordenação do acampamento veio então olhar à área de modo a obter informações sobre a qualidade da terra, localização e outras informações.

Naquela época ainda se tinha bastante fazendo, como se diz no linguajar do Incra que era as fazendas improdutivas né, intão o incara fornecia a relação das fazendas que era improdutiva, que tinha possibilidade de virar assentamento, e uma delas que já esta em uma discussão bem avançada com Incra era essa daqui (referencia ao assentamento), como nois era o acampamento mais antigo, a prioridade vinha dos acampamentos mais antigo, ai o Incra propois de nois vim pra ca. (Wilson assentado, 02 de setembro de 2021).

A vinda para Sidrolândia foi permeada de muitas contradições, muitos acampados e acampadas não queriam vir devido a terem parentes assentados nos assentamentos em Nioaque, portanto, era mais cômodo ficar perto. Outros pensavam que a coordenação não estava agindo com verdade em todas as mudanças ocorridas em acampamentos. A ocupação da fazenda Instancia Belém, do ponto de vista das dificuldades encontradas pelas famílias, foi a que mais trouxe problemas. A distância no deslocamento era muito grande, mais de 200 km de distância, não tinha transporte adequado para todos, foi um transtorno.

A ocupação da fazenda gerou atrito entre outras organizações que também pleiteava o assentamento, gerou desconforto entre os acampados pelo MST e os acampados Fetagri¹⁷. A disputa se acirrou e só cessou quando entraram em acordo e o Incra se comprometeu a assentar as famílias do Fetagri em outra área. Consequentemente, na região o assentamento Geraldo Garcia é um dos únicos formados somente por uma organização (MST) os demais assentamentos 25 no total, partilha a fazenda entre diversas organizações.

Na época essa fazenda aqui, a discussão era para ser metade nossa e metade da Fetagri. Quando nois chegamos aqui inclusive já tinha gente da Fetagri aqui, ai foi quando apareceu aquela outra lá, a Jiboia, ai o Incra fez uma proposta de nois ficar com a fazenda inteira pra nois, a o sindicato ficar com a Jiboia inteira para eles, ai eles aceitou, se não aqui era pra ser dividido também né, tanto aqui como a di lá, por isso aqui é só MST, por modi desse acordo que teve. (Wilson assentado, setembro de 2021).

17 Expressão usada pelos assentados entrevistados

O então Prefeito do município Enelvo Felini, não queria a permanência dos acampados de outro município alegando a importância de assentar os que já estavam acampados dizendo ser pertencente local. Entretanto, essa recusa ocorria por motivo dele arrendar a fazenda para criação de gado e não queria de forma alguma entregar ou retirar o gado. Foi uma das recordações que mais marcou para um acampado, foi o fato de a Polícia Federal vir despejar o fazendeiro:

Um dos fatos mais relevante da época, foi a própria polícia federal, por exemplo, depois que decretou que era pré assentamento, a própria polícia federal veio fazer o despejo do fazendeiro. Esse aí foi um fato entendeu, até o próprios trabalhadores da fazenda não acreditava nisso, dizia a polícia não pode fazer isso, a terra é do patrão a terra não é de você. A própria Polícia Federal veio na sede da fazenda e falou para o capataz viemos comunicar vocês, que o patrão de vocês já estão sabendo vocês tem 24 horas para tirar tudo daí, limpar o que vocês tem que limpar, porque as porteiras ficarão abertas para os sem terra toma conta, foi um fato inusitado para noias. (Edimilson, assentado, setembro 2021).

Vale ressaltar também a fala de outro assentado:

“Na época tinham os acampados da região aqui, e o prefeito queria que assentasse o pessoal aqui da região, aí tinha o acampamento do MST que era o nosso, e o da FETAGRI do outro lado. Daí resolveram que a FETAGRI ia ir pra outro lado”. (Suéli Barroso, assentada, setembro 2021).

A mudança do acampamento Geraldo Garcia do município de Nioaque para Fazenda Instância Belém, foi no final dos 1999 e início dos anos 2000. Ainda no mesmo ano o Incra desapropriou a fazenda destinando-a para fins de Reforma Agrária. Mesmo as famílias recebendo a notícia de que a terra já estava sob posse do Incra, tiveram que esperar dois anos para enfim poder ir para suas terras.

Cara, depois que o Incra comprou a fazenda, nós ainda ficamos dois anos pra tomar posse das terras, entendeu. O Incra em 2000 já falou a fazenda é do Incra, daí pra cá nois ainda ficamos dois anos. Foi uma luta danada. O fazendeiro não desocupava a fazenda entendeu, ele enxia de gado e virava aquele rolo”. (Wilson assentado, setembro de 2021)

Nesse aspecto, a notícia da posse, passa a não ser a lembrança mais impactante no imaginário das famílias, perguntado sobre o que mais marcou na época era de se esperar que respondessem saber que estavam assentadas, entretanto, a maioria respondeu o que mais marcou

foi a chegada no lote, ver os marcos e saber que agora realmente poderia dizer isso é meu, dando um sentido de posse e a importância de saber que a terra era deles:

Rapaz, eu lembro que a gente ficou muito emocionado pela conquista pela aquele sofrimento que tivemos no acampamento e a gente saber que o lote era da gente, que a gente ia poder fazer a própria casa, ter uma energia, uma geladeira, falar que nem o outro no tempo frio que nem agora, tomar um banho quente. A gente ficou muito contente, se maravilhou com tudo isso ai é uma vitória muito grande saber que agora a terra era sua. (Aparecido, assentado, setembro de 2021).

Com isso:

Muito bom, principalmente quando eles falaram vamos começar a demarcar os lotes, ai todo mundo, os homens foram trabalhar na demarcação, desmanchando cercas, colocando perlimetros nas áreas, então aquilo lá foi muito gratificante, muito emocionante pra nois, nois ficamos quatro ano acampado né, mais quando chegou esta data, esta época ai, foi a melhor coisa do mundo que aconteceu com a gente, então aquilo era um sonho que estava se realizando né. (Sueli Barroso, assentada, camponesa, entrevista concedida no dia 12 de setembro 2021).

Portanto, o fio condutor que leva os assentados e assentadas a boas lembranças é o fato de chegar na terra, de estar em comunhão com ela e também a posse

Oxe! Nossa! Mudou da água para vinho, a autoestima nossa foi lá em cima, nois era umas pessoas assim, a gente sabia que vivia pra gente comer, tinha que trabalhar de empregado, aquela coisa toda, então. Ai nois mudamos para o que é nosso, nossa terrinha poderia plantar, ai nois pode já plantar um feijão, pudemos plantar a rama de mandioca, pudemos plantar melancia. Em seguida veio o fomento, ai nois já comprou vaca, nois já tinha o leite. Então acabou aquela vida de miséria, aquela coisa que na época a gente tinha é, sacolão do governo do estado, do Zeca, ele mandava. Depois que nois fomos pro lote, ai já cabou tudo isso ai, não precisava mais porque nois já tinha nossa subsistência já, nois já conseguia, nós plantava abóbora, verdura, nois tinha horta, já, então já mudou tudo. (Sueli Barroso, assentada, camponesa, entrevista concedida no dia 12 de setembro 2021).

Faz 20 anos desde a chegada ao assentamento, e as famílias que permanecem, que não venderam os seus lotes possuem uma ligação muito forte com a história. Relembrem do momento da luta com algo para se orgulharem, entendendo que foi através dela a possibilidade de chegar aonde chegaram. Tendo casa, trabalho, comida na mesa e acima de tudo dignidade. A casa é um elemento impactante na vida das pessoas, o fato de sair do barraco de lona, até então tido como casa, para uma casa de alvenaria, mesmo que em estado inacabado, significa muito

para as pessoas. Todas às vezes que mencionava a casa era de se notar nos olhos o orgulho de terem sua própria moradia.

2.5 ASPECTO DA PRODUÇÃO INICIAL

O Assentamento Geraldo Garcia, assentado nos anos 2000, demorou para receber a emissão da posse que vem acontecer somente no ano de 2002. Vide as contradições vivenciadas no período: “o fazendeiro não queria desocupar a fazenda precisando a intervenção e o despejo deste pela polícia federal” (Edimilson, assentado).

O Assentamento inicia o ciclo produtivo, como muitas dificuldades, tanto em relação à própria experiência de labor com a terra por parte dos assentados (as) bem como a falta de políticas públicas que de fato atendesse os interesses e as inquietações dos assentados (as), ao invés disso, a principal política de investimento público vislumbrado no Pronaf, buscava direcionar e por vezes obrigar os assentados (as) a seguir somente aquele padrão de produção, ou seja: ou você produziria o bicho da ceda, ou produziria gado, não tinha uma gama de produção ao qual os assentados (as) pudessem optar em estar desenvolvendo ou mesmo orientação para facilitar o aprimoramento da atividade agrícola. Somada a essa realidade, a falta de assistência técnica, para orientar a produção fez com que grande parte dos assentados (as), fizessem investimento que não contribuíram para o desenvolvimento familiar, tornando as famílias vulneráveis do ponto de vista financeiro.

Participei do Pronaf e do Fomento. É um investimento bom quando você sabe investir bem. Aqui teve que fazer o que eles queriam, não podia ter um projeto próprio. Ainda mais teve que comprar nas lojas onde quem estava organizando mandava, ou era gado ou outra coisa, não tinha liberdade para chegar foi como na época da ditadura, tinha coordenador pra isso e pra aquilo. Por isso foi muita cabeçada, muitas pessoas não conseguiram ter jogo de cintura, e venderam o lote e foram embora. (Sueli assentada, setembro 2021).

Essa frustração nos primeiros anos de assentamento, fez com que os assentados (as) optassem por produzir primeiramente produtos de subsistência, tais como mandioca, hortaliças, porco, galinha, batata etc. Tudo em pequenas quantidades e geralmente sendo uma produção de quintal, ou seja, demarca uma área de 50×50, e ali constrói a casa e desenvolve à atividade de

subsistência familiar. A atendia as necessidades familiares, portanto, o ponto de partida era a produção de alimento.

Em relação ao investimento promovido pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, 100% dos entrevistados (as), narram uma experiência ruim em relação ao investimento, segundo a narrativa dos próprios assentados, não era permitido ter liberdade para investir naquilo que mais agradava as famílias, ou mesmo poder cultivar produtos que garantisse a renda.

Desta maneira, se implantou investimento orientado. No assentamento se investiu a maior parte em cultivo do bicho-da-seda. As famílias que optaram por produzir bicho-da-seda, não encontraram sucesso na produção, precisaram dedicar a maior parte da mão de obra para cultivar a comida para alimentar os bichos. Com isso, faltou tempo para dedicar a produção de alimento para família. Era necessário investir em construção de barracão para abrigar da chuva, plantar amora para ser colhido a folhas para tratar o bicho-da-seda. E por fim quando foram comercializar a seda, não cobria os custos de produção, muitos não conseguiram saldar o Pronaf e optaram por parar a produção.

As famílias que investiram o Pronaf, no plantio de mandioca, também encontraram a mesma dificuldade, muitas plantaram todo o lote com rama, receberam a proposta de uma feccularia que iria comprar toda produção, e no fim não alcançaram o objetivo esperado, tendo que abandonar a produção. Com isso, não conseguiram saldar o projeto inviabilizando ainda mais o processo produtivo.

Então, na época, a gente fez financiamento para plantar mandioca porque ia ter uma farinha, acabou que não teve nada, enchemos o lote de mandioca, na época todo mundo tinha, não fizeram farinha, não vendemos nada, tivemos que soltar gado e não deu em nada. Ai mudamos e fizemos outro financiamento para plantar bicho-da-seda, também não deu certo, não foi pra frente. Ai resolveu piquetear e deixar o gado do leite mesmo, vivemos muito tempo do leite, colhendo leite do assentamento. (Sueli assentada, setembro 2021).

Os que mais lograram êxito, foram aqueles que investiram o Pronaf na produção leiteira. Embora não tendo uma boa pastagem, e pouco conhecimento acerca da atividade. Mesmo assim eles conseguiram garantir a renda mensal e com isso, garantiam o bem-estar familiar.

Cara eu falo pra você hoje, que a principal atividade pra quem tem propriedade pequena, é o leite, o leite ele pode ter pedaço do ano que é ruim, pedaço bom, mais o leite é uma coisa que você tem mensalmente, e você tem bezerro, e você tem o capital

investido que é a vaca né, você tem a carne. Então o leite é uma das principais atividades que eu acho. (Wilson, assentado, setembro de 2021).

Do ponto de vista produtivo, os assentamentos nesses 20 anos de existência, continuam desenvolvendo a produção de quintal¹⁸, aquela que utiliza uma pequena parte do lote para produzir de forma variada. Procuram diversificar a produção de modo a suprir as necessidades básicas. 98% dos lotes do assentamento estão em fase de arrendamento ou em parceria para o cultivo de soja e milho.

Nessa perspectiva que se insere a pesquisa, demonstra como as famílias que ainda restam no assentamento, aquelas que participaram da luta, resistem nesse universo determinado pelas relações capitalistas de produção, onde a lógica da mercadoria vem enfrentando e prejudicando o modo de vida camponês.

2.6 OS SUJEITOS DA HISTÓRIA: OS ASSENTADOS COMO VIVEM E SE ESTRUTURAM

Nesses 20 anos de resistência do assentamento Geraldo Garcia, foram diversos momentos que impactaram a vida assentados que compõem trajetória de luta e de conquistas.

As conquistas que tiveram, o lote, logo em seguida a casa, o direito de plantar e a vontade de estar produzir o próprio alimento marcou a vida das famílias. Muitos desistiram no caminho, vendendo o lote. O assentamento é um dos que tem o maior percentual de vendas entre os assentamentos do município. Essa procura por terra no assentamento se dá pela localidade em que ele se encontra. É cortado ao meio pelo asfalto, está próximo de Sidrolândia, próximo à Maracaju, e perto da capital Campo Grande. Essas características fizeram com que aumentasse exponencialmente a procura por terras, e conseqüentemente as vendas de lotes no assentamento dispararam, chegando a ser comercializados a mais de R\$500.000,00 mil (quinhentos mil reais).

Os que resistiram, afirmam que jamais pensam em desistir, trazem as dificuldades como elemento central na vivência, mas buscam no lote o ânimo para resistir:

Apesar de todas as dificuldades que a gente enfrenta em cima do lote, mas jamais eu pensei, pensei em desistir dele porque esse era o meu sonho, ter o meu cantinho e esse

¹⁸Conceito ao qual quero atribuir ao processo produtivo dos assentados, tendo essa produção um aspecto de resistência.

cantinho aqui foi uma benção de Deus na nossa vida e por isso, jamais eu desisto dele, porque aqui, para nós que estamos com a terra na mão para plantar colher. Só temos que ter disposição, é isso, a gente acha que tá difícil tem muitas pessoas que não têm a terra e não tem a oportunidade que nós temos aqui em cima do nosso lote, então por isso eu dou graças a Deus todos os dias por esse lote, por esta terra, que para eu ter a minha casinha e jamais desistir, desse lote, é eu só vou embora daqui quando morrer mesmo, aqui é o final da vida se Deus quiser. Essa é a minha esperança. (Dona Cida, assentada, camponesa, entrevista cedida no dia 9 setembro de 2021).

2.7 QUESTÃO DOS ARRENDAMENTOS E EXPLORAÇÃO DOS ASSENTADOS

Grande parte dos assentados arrendam suas terras, geralmente para pequenos fazendeiros. Às vezes, até para outros assentados, que desenvolvem atividade de produção agrícola.

Os arrendamentos funcionam da seguinte maneira: se a terra não estiver em condições de plantio e for preciso extrair a vegetação nativa, geralmente o contrato de arrendamento prevê de dois a três anos sem pagar renda da terra.

O camponês, possui seu lote, durante anos não consegue produzir, ou não consegue linhas de créditos que possam contribuir para desenvolver atividade agrícola que garanta seu sustento. Somado a essa realidade, vem a carga psicológica, o medo dos camponeses ao insucesso, pois, o risco de a perda é grande: “eu prefiro arrendar, pois, seu eu tiver um prejuízo num plantio eu morro do coração” (Wilson, assentado). Desta maneira, as pessoas optam por arrendar seus lotes, buscando um ganho extra, pois, por falta de assistência e apoio não conseguiram êxito para subsistir da terra.

Os arrendamentos funcionam assim: o camponês arrenda terra, a empresa geralmente tem de dois a três anos de carência para começar pagar a renda. A renda inicia com dois sacos de soja por hectare no primeiro ano, no segundo passa para três sacos por hectare e assim vai subindo até chegar a um limite de dez sacos por hectare. Já o milho é combinado por safra, geralmente o arrendatário, paga em média de 50 a 60 sacos de milho por ano.

Dados da produção:

Tabela 1 – dados da produção

Cultura	Produção média por há	Renda paga aos assentados	Custo total de produção por ano	Preço pago a saca por ano	Total Produzido	Saldo líquido para o Arrendatário em sacas

Soja	1° ano 50sacas hectare	0	1° ano 30 sacas hectare	R\$ 40,03	1000	400
Soja	3° ano e o segundo ano 75 sacas por hectare	3 sacas por hectare	27 sacas por hectare	40,03	1500	900

Fonte: dados levantados em pesquisa com os assentados

No entanto, o cerne da reflexão gira em torno do ganho real dos assentados em relação à produção dos arrendamentos. O milho não entrou na tabela porque comumente nem se paga a renda. O plantador de soja, nome atribuído pelos assentados para aqueles que fazem o cultivo, alega que o milho não traz retorno financeiro compensatório. Essa justificativa faz com que a maioria das famílias que optam por arrendar não exijam a renda do milho, recebendo somente a renda da soja.

As famílias começam a receber o valor da renda a partir do terceiro ano. O total acumulado, no ano que inicia o pagamento do arrendamento é em torno de 60 sacas. Sendo comercializado a R\$40,00 (quarenta reais) a saca, preço estimado temos o valor final de R\$2401,00 (dois mil quatrocentos e um reais) por ano. Esse valor corresponde a R\$200,00 reais por mês, aproximadamente. O valor de retorno dos arrendamentos não era suficiente para a subsistência, como foi apontado pelos assentados. As famílias que arrendam o lote necessariamente precisam buscar um complemento com trabalhos adicionais.

“Eu acredito que não, se você arrendar você tem que dar um jeito de trabalhar fora, porque senão você pega aquela merreca lá, e quando chega no final da safra você já não tem mais nada”.(Sueli Barroso, assentada, setembro 2021).

Perguntado sobre os motivos que levam as famílias a arrendarem os lotes, a maior parte cita o fato de não terem condições de investimento. A terra estava ociosa, somado a isso o nível de degradação do solo é alto, o que dificulta o processo de plantação:

Eu arrendei, inclusive esse é o primeiro ano Manoel, eu arrendei, depois de vinte ano, e, o meu lote, vamos dizer ele tinha 70% era uma área que tava muito degradada, tinha que reformar, tinha que investir muito, na verdade o cara que arrendou de mim para arrumar isso ai ele gastou mais de 100 mil real, eu cheguei a conclusão de que nunca ia conseguir isso ai, e seu posse gado ia ficar cada vez pior, por isso eu arrendei. Eu

ainda penso daqui cinco anos quando vencer o arrendamento, eu mesmo mexer no meu lote entendeu. (Wilson, assentado, setembro de 2021).

Geralmente os arrendamentos são feitos com duração de 5 a 10 anos, sendo que os primeiros anos o arrendatário é livre de pagar a renda. A partir do terceiro ano inicia o pagamento. Conforme é feito o contrato, se for para 5 anos, a partir do quinto ano o valor da renda gira em torno das 10 sacas por hectare. Em um lote de 20 hectares temos um montante de 200 sacas. Esse total acumulado teoricamente teria que abarcar toda despesa da família durante o ano.

Sobre a possibilidade de sobreviver exclusivamente dos arrendamentos, os entrevistados afirmam que

“Se dá para viver exclusivamente do arrendamento aqui é difícil, aquilo que eu falei né, dá mas é uma vida muito simples demais aquilo que eu comentei né, se você se adaptar a sobreviver só com aquilo ali é possível, mas não é fácil”. (Lúcio, assentado, setembro de 2021)

Outro assentado também discorre sobre a questão da renda:

Só da renda! tudo é o modo da pessoa pensar se você que investir na chácara não dá, mas se for para viver igual o salário da cidade, dá você vai ficar ali parado você não vai gastar com nada só com você, então tem gente hoje na cidade vivendo com salário mínimo, olhando para esse ponto de vista dá. Que adiante você ficar na chácara você não está produzindo nada fica difícil (Raquel Cardoso, assentada, setembro de 2021).

Desta maneira, Raquel assemelha os ganhos obtidos pelo arrendamento a um salário-mínimo, em que a pessoa teria a moradia no lote, e ali viveria somente pela moradia. Não precisa investir, nem se preocupar em produzir em pequenas quantidades. Deste modo, não teria custos e a renda do lote serviria apenas para manutenção básica. Esse raciocínio presente no imaginário dos (as) assentados(as) é recente, faz parte da conjuntura dos últimos 5 anos, onde a inflação eleva os preços e a soja chegou a um patamar elevadíssimo. Contudo, se comparado aos anos anteriores, não era possível sobreviver com os ganhos do arrendamento.

Óia manoel é complicado de te dizer isso hoje pela questão do. . . hoje se você perguntar pra mim se um lote arrendado da pra viver, da, pela questão da elevação do preço do soja né, a anos atras não dava, porque o que você arrendava era equivalente a 10 mil reais ano, não dava para passar o ano. A maioria das pessoas que arrenda o

lote ele tem um serviço extra por fora né, então quando ele pega esse montante, que é um montante grande, dali dois meses ele já não tem mais, ele investi em alguma coisa e cabou né. (Wilson Santos da Silva, assentado, camponês, entrevista cedida dia 02 de setembro de 2021).

O Arrendamento incide diretamente na vivência no assentamento. Os que decidem arrendar necessariamente tem que buscar um trabalho fora. O trabalho fora no assentamento, provocado pelos arrendamentos, eleva os índices de saída do assentamento das populações mais jovens. As lavouras todas mecanizadas, ocupam a maior parte do território do assentamento, causa uma escassez de trabalho, tanto familiar, quanto de trabalho fora da unidade produtiva no assentamento.

Essa realidade faz com que os jovens se desloquem até a cidade, fazendas, secadores entre outros lugares para buscarem trabalho. A média de idade da população atualmente residente nos lotes está entre 45 e 60 anos. Destarte, há um envelhecimento desta população, tornando o espaço de vida no assentamento numa espécie de retiro agrícola, onde a renda obtida pelo arrendamento é somada a renda externa, dando assim condições de **moradia** no campo.

Nesse aspecto, uma parte da juventude que busca trabalho fora, fixa residência na cidade, a outra retorna ao assentamento, tendo o lote dos pais como morada. Geralmente, uma parte significativa das famílias trabalham fora do assentamento. Não se enquadram no conceito de trabalho acessório promovido por Martins (1988), aquele em que parte dos membros familiares buscam trabalho fora, de forma temporária, ou mesmo seguindo a sazonalidade. Entretanto, esse trabalho não fixo e de tempos em tempos o membro retorna à família no sentido de voltar ao trabalho no lote.

Para Martins (1988), o conceito de migração temporária, enseja duas concepções em torno da migração do trabalho, concebe a perspectiva da temporalidade, ao destacar que o trabalhador ao se tornar um migrante temporário se transforma em dois, sendo o primeiro ligado as suas origens, a carga histórica, cultural e o segundo, adaptação ao novo espaço de trabalho. Desta forma:

Mais do que trânsito de um lugar a outro, há a transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente .é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em

dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1988, p.45).

Outrossim, o arrendamento, se torna, a saída, das “condições precárias”. As famílias enxergam nele o último refúgio que se apresenta como resistência. Estabelece uma dependência visceral com o arrendatário de modo a não conseguir se livrar das dívidas contraídas. Essas dívidas são renovadas ano após ano, criando um círculo vicioso ao qual o assentado não consegue se desvencilhar. Sem encontrar alternativas, acabam vendendo as terras, ou se deslocando para cidade de modo a vender sua força de trabalho. A produção agrícola no início dos lotes, não logrou êxito em dar uma resposta as necessidades financeiras das famílias. Tudo isso, desemboca no arrendamento massivo aqui destacado.

Importante ressaltar, que os arrendamentos nos assentamentos, não aparecem no censo agropecuário. Cria uma certa invisibilidade para essa produção, como se não existisse. O último Censo Agropecuário de Sidrolândia, categorizou 505 estabelecimentos como produtores de soja. (IBGE, 2017), produzindo um total de 492,244 mil toneladas de soja. Esse número representa apenas as fazendas produtoras, oculta assim as diversas plantações de soja semeadas nos assentamentos do município. Isso ocorre porque os arrendamentos, não são realizados mediante contrato legal, são contratos de gaveta.

O notório avanço do agronegócio sobre as áreas de assentamento se apossando destas terras, impactando a vida dos assentados, forçando-o a modificar sua cultura, promove a diminuição na diversidade produtiva. O agronegócio não se apossa legalmente destas terras eis a questão, usa outra estratégia para avançar e subordinar a terra dos assentados para a lógica de acumulação de capital. A relação estabelecida no território reocupado pelo agronegócio modifica a forma de pensar, o assentado passa a sonhar em ser produtor de soja e, passa acreditar que somente através desse cultivo é que a prosperidade vem, se orgulha de ser chamado de produtor. Essa mudança no jeito de pensar, o sonho de ser produtor de soja e milho alcançou grande parte dos que ainda tem a terra como parte da renda familiar.

Em que pese os arrendamentos, bem como o trabalho fora do assentamento e interligação entres estes dois aspectos da vida no assentamento, deriva a política de assentamento implantada no Brasil. Se distribui a terra, realizam os assentamentos, entretanto, o poder público brasileiro negligência o homem e a mulher do campo, quando lhes falta linhas de crédito, assistência técnica e conhecimento aprofundado sobre o solo assentado. Geralmente é a partir do décimo ano de assentamento que começam os êxitos na produção, como constata um assentado.

Os anos iniciais servem como aprendizado, laboratório e experimentação. O assentado quando chega na terra não tem uma base de como obter o sustendo de maneira rápida e efetiva. Somada a essa realidade, a falta de orientação para a lida na terra e para o direcionamento das linhas de crédito, tal qual o “Pronaf” não ajuda para que se tenha sucesso nas empreitadas agrárias. Nesta perspectiva, os primeiros anos no assentamento, também são experimentação.

Há Ahhh Manoel o que eu posso falar pra você que isso 80% muda, no período que vira o assentamento, a pessoa vem com uma visão de que tudo é fácil, que você pega a terra resolveu sua vida entendeu, que na verdade se você for fazer uma análise, sua vida é resolvida enquanto você é acampado né, você não se preocupa com nada né, quando você pega o lote ai é que começa vir as dificuldades né, você pega os créditos que é uma coisa que não resolve muito a vida das pessoas, se você não tiver uma mente boa faz é piorar né, porque você investi isso errado, pra você ter um retorno no lote hoje é difícil né. Na verdade, as pessoas começa a viver do lote, depois de 10 anos de assentado, do primeiro ano até chegar os 10 anos é uma questão de adaptação, você pode ver que depois de 10 anos pouca gente fica no lote, né. (Entrevista com Wilson Santos da Silva, entrevista cedida de 02 de setembro de 2021)

Outro dado é que a maior parte dos assetados (as), não consegue acessar outras linhas de crédito no assentamento, não conseguem saldar o Pronaf, inviabilizando a implementação dos créditos subsequentes a ele.

A partir das imagens a seguir verifica-se dificuldade de distinguir onde termina a fazenda e onde começa o assentamento, essa percepção é notada a partir do tamanho da propriedade. Enquanto as fazendas são imensos territórios, o assentamento ainda mantém os tracejados da pequena propriedade.

Figura 9 – Arrendamento- grupo 3



Fonte: Google Earth

Figura 10 - Arrendamento – grupo 4



Fonte: Google Earth

Figura 11 – Arrendamento – grupo 8



Fonte: Google Earth

Figura 12 – Assentamento



Fonte: Google Earth

2.8 O TRABALHO EXTERNO AO LOTE: RESISTÊNCIA OU SUBMISSÃO?

O universo do trabalho no Assentamento Geraldo Garcia, se divide em duas categorias listadas a seguir: Trabalho familiar e trabalho assalariado. O trabalho familiar é aquele praticado entre os membros da família. Produzindo a subsistência familiar e através da diversidade na produção. O excedente é vendido e a renda obtida através da venda, supre outras necessidades dentro da propriedade.

Sendo assim, inicialmente será discorrido sobre o trabalho familiar, para depois adentrar na questão do trabalho assalariado.

No assentamento, com 182 famílias 4% das famílias assentadas, estão praticando o trabalho de subsistência. A principal produção é baseada na horticultura e na produção leiteira. Para esse grupo, os 4% do assentamento, toda renda provém do lote. A produção é em regime familiar e o comércio se dá no contato direto com o consumidor. Para os que praticam o plantio

de hortaliças, toda produção é consumida no município e são comercializados através da feira municipal.

A produção leiteira, sendo praticada por somente 7 pessoas do assentamento, possuem duas formas de comercialização: direto com o consumidor através da venda na feira, e a entrega no laticínio, que faz a coleta junto aos assentados. Essas 7 famílias que produzem leite, possuem aspecto bastante interessante para garantir a produção. Para garantir a produtividade inverno/verão, geralmente se prepara as silagens de milho, capiaçu¹⁹. O processo de colheita e estocagem da silagem, é feita em mutirão, os vizinhos se organizam e desenvolvem a parceria neste trabalho.

Existe outra experiência de resistência produtiva praticada pelo Centro de Formação do MST - CEPEGE²⁰. É desenvolvida a produção na área da horticultura, com alimentos diversificados e de forma agroecológica. A comercialização acontece através de uma rede criada entre militante do MST e os amigos urbanos. As vendas acontecem quinzenalmente e os produtos adquiridos são entregues na capital do estado. Essa experiência produtiva, demonstrou, na prática, a possibilidade de resistir na terra e tirar dela o sustento das famílias.

Embora aconteça essa experiência produtiva, e elas se manifestem em forma de resistência, a maior parte da renda das famílias no assentamento, advém de prestação de serviço fora dele. O trabalho fora não se assemelha com aquele abordado por Martins (1988), que o categoriza como trabalho acessório. O trabalho praticado pelas famílias, ou por membros delas, são constantes. Com vínculo empregatício, com carteira assinada. Não possuem sazonalidade, ou retorno ao trabalho no sítio, é constante, permanente. Está fundado na lógica produtiva praticada no assentamento, a monocultura ao invés da diversidade. A desterritorialização praticada pelo agronegócio sobre os camponeses, propiciou o intenso assalariamento da população assentada. 100% dos entrevistados não enxergam no lote o viver com dignidade, veem no trabalho fora a perspectiva da prosperidade e da qualidade de vida.

O Trabalho externo é visto, como a possibilidade da permanência no sítio, através dele é possível saldar as contas e permanecer na chácara, nome atribuído pelos assentados. Ao perguntar se era possível viver exclusivamente do lote, os que praticavam agricultura de subsistência responderam que sim, através de planejamento, e diversificação é possível:

19 Brs capiaçu, variedade desenvolvida pela EMBRAPA.

20 Centro de Capacitação Formação e Pesquisa Geraldo Garcia

Ver exclusivamente da produção do sítio eu acho que é possível viver sim só que é preciso as pessoas encarar o sitiozinho dele com a mesma responsabilidade que as pessoas encaram quando ele tá trabalhando para fora né, pessoa contratada pela empresa chega na hora ele trabalha, quer agradar o patrão ele quer mostrar que é um bom funcionário ele é comprometido, ele trabalha de verdade eu acho que um pouco é isso né, não tô dizendo que as pessoas não trabalho mas é que trabalha menos do que deveria trabalhar eu talvez falta planejar muito bem as ações. Primeiro passo é fazer um planejamento fazer uma cultura que ele goste, primeira coisa que trabalhar com você gosta dá mais prazer você trabalha se divertindo quando se faz o que gosta eu acho que é isso não sei dizer assim qual que é uma atividade econômica que realmente vai resolver o problema, mas eu acredito que a agricultura familiar ela, precisa de diversificar. Primeiro passo é produzir aquelas coisas que vai para alimentação que não dependa de comprar tantas coisas para alimentação dele, que se tem a terra dá para produzir verdura, fruta dá para produzir o feijão, dá para produzir bastante coisa que ele não vai precisar comprar, para comprar o mínimo possível de fora e fazer outras atividades para ele conseguir comprar as coisas que necessita de fora para comprar um celular para ter um carrinho para ele fazer as correria dele, para ter um condições de comprar o remédio quando fica doente. Eu acredito assim, que o gado leiteiro é uma das coisas bacanas para a propriedade e eu agora tô acreditando na apicultura, a maior parte dos lotes tem bastante mato daí dá para tirar o mel da abelha para vender, mel é uma das coisas bacana, também eu acredito que é piscicultura é uma coisa também que dá para fazer, porque um espaço pequeno é possível planejar bem e conquistar uma renda bacana dependendo da como da forma que vai fazer de preferência estudar piscicultura pegar pessoas que conhece e trabalhar essa questão acredito que são fontes que dá para incrementar a renda. (Entrevista com Valdeir Rodrigues. Entrevista cedida no dia 21 de setembro de 2021).

Mesmo as famílias que optam por se assalariarem, não se pode afirmar que não resistem e praticam a produção camponesa. O que ocorre é uma dupla jornada de trabalho, e dois sujeitos distintos (MARTINS, 1988). O operário e o agricultor, ou camponês fora do assentamento, o trabalho é realizado durante os dias da semana, enquanto no lote se reserva os finais de semana para dar conta de plantar nos quintais.

A jornada de trabalho fora do assentamento média a resistência muitas vezes, constrói a possibilidade da morada, e, ao mesmo tempo, dar possibilidade de resistir e existir enquanto camponeses. Os lotes que estão arrendados insuflam os números dos que buscam o trabalho fora. Entretanto, mesmo essas propriedades arrendadas, desenvolvem atividades de subsistência no quintal. São os denominados quintais produtivos. A produção de alimento no sítio passa a ser pontual e de forma reduzida, de maneira que concilie o trabalho fora com a produção praticada.

Um dos elementos encontrados para justificar essa situação, é o fato do assentamento estar perto do centro urbano, com 12 km de distância. Possibilitando a ida ao trabalho até de bicicleta, a proximidade permite o deslocamento até o trabalho. Como o trabalho fora não implica em grandes investimentos, a opção é praticada constantemente.

A produção no lote necessitaria de investimentos, conhecimentos agroecológicos, fornecimento de sementes, de maneira que os campesinos possam prosperar somente da sua terra. Já o trabalho assalariado, não necessita investimentos grandes, o custo deste é somente com deslocamento. Portanto, essa opção é enxergada pela maioria como garantia de permanência no sítio.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses assentados no Geraldo Garcia, fazem parte dos 36 anos de luta e de resistência do MST, sendo parte de mais de 98 ocupações de terras, realizadas em 31 município do estado. Construíram e constroem a vida com base na resistência de continuar existindo. Suas lutas já não são aquelas concebidas no barraco de lona, nas manifestações e ocupações em latifúndios e prédios públicos. É resistência cotidiana.

Desta forma, os aspectos da pergunta acerca da resistência do camponês, frente às teses do seu desaparecimento, criam um ambiente contraditório. O fato de estarem em determinados momentos arrendando às terras, ou mesmo desenvolvendo atividades fora da sua localidade, não amputa dessas populações, os camponeses, a capacidade de resistir e persistir em suas propriedades.

Ou seja, a resistência camponesa ainda é presente. Ela tem se modificado de acordo com a necessidade da sociedade, pois até mesmo aqueles que trabalham de forma assalariada ainda resistem já que possuem uma jornada dupla de trabalho, dentro e fora do assentamento. O capitalismo faz ainda com que os camponeses e o campesinato sejam vistos como classes subalternas. Esse é um conceito histórico que vem se perpetuando com capitalismo devido ao modo de produção e a concepção de sociedade instaurada nesse meio.

As interrelações estabelecidas nos assentamentos são um ponto de partida e, ao mesmo tempo, um ponto de chegada frente as relações capitalistas forçadas pelo agronegócio. Resistem porque se espacializam, não tem controle total de seu território, mas tem a terra como garantia de vida.

Para estes sujeitos que vivem no assentamento, a definição ser ou não camponês, ou mesmo, o enquadramento entre um paradigma ou outro, não importa. Para eles (as), o que importa é o fato de estarem no campo, de ter a terra como trunfo da luta e de ter no assentamento a garantia de existência. Mesmo que transitem entre os dois universos, o trabalho no campo e na cidade. Não enxergam como contraditório, ou, como limite para o exercício da atividade agrícola, compreendem como complemento, como resistência.

Os universos do contraditório, da lógica capitalista de produção, da emancipação enquanto classe, e da manutenção do capitalismo, são debates vislumbrados apenas na academia e ainda por pouquíssimos pesquisadores e por movimentos sociais. A emancipação da humanidade do jugo do capital é uma necessidade histórica, é isso ou nós seremos destruídos pelo veneno, pela destruição ambiental ou por uma guerra atômica que o mundo essa passando justamente neste momento.

Depois de 20 anos de assentados, os assentados (as) não conseguem perceber por si só as contradições existentes dentro do sistema capitalista de produção. Para eles o que importa é a produção da existência, garantir o bem-estar da família é o essencial. Se isso os levar a ter que plantar soja, milho, ou se o caminho for o assalariamento, o mais fácil é o escolhido.

Na realidade investigada, que é o assentamento Geraldo Garcia discutiu-se sobre a terra, o trabalho, o arrendamento e os desafios dos acampados no enfrentamento ao latifúndio e as cadeias produtivas globais: grandes empresas, atravessadores, arrendatários, comercializadores, e os corretores de bolsas. Buscou-se compreender a questão agrária no Brasil, a luta pela terra de maneira mais específica, dando vazão os processos de apropriação da terra no estado de Mato Grosso do Sul e compreender e evidenciar a perspectiva camponesa que vive no assentamento.

Por compreender que a pesquisa é pautada no método dialético, deu-se ênfase também a questão histórica do desenvolvimento dos processos que levaram o assentamento Geraldo Garcia e seus assentados ao enfrentamento do latifúndio.

A pesquisa traz como constatação que é nos anos finais do arrendamento que se começa ter êxito na produção. Os anos iniciais servem como aprendizado, experimentos, o assentado quando chega na terra não tem tanta experiência. Somada a essa realidade, a falta de orientação faz com que os investimentos feitos no início do assentamento principalmente pelo Pronaf, não funcionem para que a agricultura dê certo. Nessa perspectiva, os primeiros anos no assentamento, são difíceis e requerem perseverança, conhecimento e investimento.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2012.

ADOUE, S. B. O fulgor de Canudos. **Revista Espaço Acadêmico: dossiê - Movimentos Sociais e Poder Popular**, n. 119, p. 1 – 9, Abril 2011.

AGROLINK. **Estatísticas agropecuárias**. 2021. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/regional/ms/sidrolandia/estatistica>.

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, distinção e Territorialização: O processo de (Re)Criação Camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 390 p. Tese (ao Curso de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP) — Unesp: Universidade Estadual Paulista.

ASSUNÇÃO, A. dos S.; SILVA, W. G. da. **Dinâmicas Territoriais na Migração Cidade e Campo e a Constituição Dos Assentamentos Rurais no Município de Sidrolândia. ENEPEX, 8º ENEPE - UFGD**, UFGD, Dourados, 2014.

AZEVEDO, R. S.; SANTOS, A. F. P. R. dos. **Camponês e agricultor familiar: mesmos sujeitos?** v. 26, n. 2, p. 58 –, 2017.

BOGO, A. **Enfrentar os Desafios da Organização nos Assentamentos**. S: CONCRAB, 1998.

_____. **Lições da Luta Pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOURDIEU, P. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômica e Estruturas Temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CAMACHO, R. S. **O ENSINO DA GEOGRAFIA E A QUESTÃO AGRÁRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. 2008. 446 p. Tese (Curso de Pós Graduação em Geografia) — UFMS UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL Campus de Aquidauana.

_____. **O ENSINO DA GEOGRAFIA E A QUESTÃO AGRÁRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**. 2008. 462 p. Dissertação (curso de pós-graduação em geografia da UFMS) — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CAMACHO, R. S. **PARADIGMAS EM DISPUTA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. janeiro 2014. 809 p. Tese (Doutorado) — UNESP: Universidade Paulista, Julio de Mesquita Filho.

CAMACHO, R. S.; CUBAS, T. E. A. A RECRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES POR MEIO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E ENERGIA: A EXPERIÊNCIA DO MPA EM FREDERICO WESTPHALEN-RS1. **AGRÁRIA**, São Paulo, 2011.

CARNEIRO, M. J. “RURAL” COMO CATEGORIA DE PENSAMENTO. **Ruris**, 2008.

CARNEIRO, P. M. “Sesmarias“. São Paulo: Revista do Arquivo Municipal, 1952.

CASTRO, C. Fotos e Imagens: artigo ilustrado de fatos e conjunturas do Brasil. **FGV CPDOC**, p. sem paginação –, dezembro 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>.

CHAVES, R. de J. História das lutas e dos movimentos sociais do campo. **Instituto Cultural Lyndolpho Silva**.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Econômica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CRIADO, M. A. 50 anos depois, agente laranja continua contaminando o solo do Vietnã. **El País**, Março 16/03/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/16/ciencia/_1552710887_506061.html. Acesso em: 03/12/2020.

CUNHA, J. T. P. da. **DE BOLETIM A JORNAL SEM TERRA:** História, práticas e papel na constituição do MST. 2013. 159 p. Tese (ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) — UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112014095943/publico/JoanaCunha.pdf>. Acesso em: 10/12/2020.

DE OLHO NOS RURALISTAS. 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/08/no-seculo-19-matte-larangeira-teve-2-milhoes-de-hectares-no-paraguai/> acesso em 03 abr. 2022

DINALLI, Aparecida et al. A formação do estado econômico no Brasil e sua instrumentalização jurídica. 2014.

ENGELS, Friedrich. Esboço de uma crítica da Economia Política. In: NETTO, José Paulo. Engels. **Política**. São Paulo: Ática, 1981.

FABRINI, J. E. **A Posse da Tera e o Sem-terra no Sul de Mato Grosso do Sul o Caso Itaquirai**. 1995. 167 p. Dissertação em Geografia) — Universidade Estadual Paulista - UNESP.

FABRINI, J. E. os camponeses e suas diferentes práticas coletivas. **revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiro**, p. 1 – 26, 2006.

_____. TERRITÓRIO, CLASSE E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO?. **Revista da ANPEGE**, p. 97 – 112, jan/jul 2011.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT) — Unesp.

FERNANDES, B. M. **A ocupação como forma de acesso à terra: A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: vozes, 2000. p. 279-301 p.

FERNANDES, B. M. **A Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultura e Vozes**, Editora Vozes, v. 11, n. 1, p. 1 – 9, 2012.

FORMAÇÃO, M. S. N. de. **Manual de organização dos núcleos**. São Paulo: ANCA, 1992.

FREITAS, L. C. **II Seminário Nacional: O MST e a Pesquisa**. 1º. ed. Veranópolis/RS: Iterra, 2008. 116 p.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

GISLAENE MORENO. **Terra e Poder em Mato Grosso: Política e Mecanismo de Burla 1890-1992**. 1. ed. Cuiabá: entrelinhas, 2007. 310 p.

GOMES, M. S. F. **A Construção da Organicidade no MST: A experiência do Assentamento**
26 e Março/Pará. 2009. 167 p. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS) — UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE HUMANIDADES UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS.
Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraDownload.do?select_action=&co_obra=177589&co_midia=2. Acesso em: 20/11/2021.

GORENDER, J. et al. **Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro: A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 388 p.

IBGE. **Censo Agropecuário - Mato Grosso do Sul - IBGE Cidades.** Sidrolândia: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/sidrolandia/pesquisa/24/0?ano=2017>.

LAMARÃO, S.; MEDEIROS, L. S. de. **ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhadorrural>.

LÊNIN, V. I.; NETTO, T. por J. P. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria.** [S.l.]: Abril, 1982.

LIMA, J. P. de. **Primeiro Festival da Reforma Agrária: Só a Luta Faz Valer.** Palmeiras das Missões: [s.n.], 2002. Disponível em: <http://www.landless-voices.org/vieira/archive05.php?rd=SONGSEMB357&ng=p&sc=1&th=12&cd=&se=0>. Acesso em: 10/12/2020.

MACEDO, T. Z. de. **AS ORIGENS E EVOLUÇÕES ETIMOLÓGICAS DOS TERMOS SERTÃO E SERTANEJO.** Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Tairone_Zuliani_de_Macedo_-_AS_ORIGENS_E_EVOLU%C3%87%C3%95ES_ETIMOL%C3%93GICAS_DOS_TERMOS_SERT%C3%83O_E_SERTANEJO.pdf. Acesso em: 26/11/2020.

MACIEL, J. M. B. de M. **Entre o canavial e o porto: identidades e trajetórias dos trabalhadores rurais na Zona da Mata Sul de Pernambuco.** São Carlos. 242 p. Tese (Programa de PósGraduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos) — UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS.

MARTINS, J. **Reforma Agrária O impossível Diálogo.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O Cativo da Terra.** 1. ed. [S.l.]: Contexto Técnicos, 2010 (1979).

_____. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil: Não há terra para se plantar neste verão.** 2°. ed. [S.l.]: Vozes, 1988. 43-61 p.

MARX, K. **O Capital Crítica da Economia Política: Livro I o processo de produção do capital.** [S.l.]: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, L. S. de. **Definição legal de latifúdio**: Dicionário da Educação do Campo. Org. Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Aletajano, Gaudêncio Frigotto. 1. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. v. 1. 788 p.

MORISSAWA, M. (ed.). **a História da luta pela Terra e o MST**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001. v. 1. 256 p. ISBN 85-87394-25-8.

MOTTA, R. C. C. de S. **AS LINHAS DA CAMPELINIDADE NA (IN)SUBORDINAÇÃO CAMPONESA EM GLÓRIA DE DOURADOS/MS**. 2013. 244 p. Dissertação (Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados) — UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS.

NARDOQUE, S.; MELO, D. S.; KUDLAVICZ, M. Questão Agrária Em Mato Grosso Do Sul E Seus Desdobramentos Pós-Golpe De 2016. v. 12, n. 2, p. 624 –, 2018. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/okara/article/view/41333/20724>.

OLIVEIRA, M. L. de. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Leitura, 1944.

OLIVEIRA, A. U. " Quem sabe faz a hora, não espera acontecer" O MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista USP**, n. 64, p. 156-173, 2005.

PLOEG, J. D. V. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: Pesquisa comparativa internacional. n. 27, p. 114 – 140, 2011.

RIBEIRO, S. C. F. **Semeando a educação do campo**: a experiência da I turma de Magistério Norte/Nordeste do MST: Elizabeth Texeira. 2004. Dissertação (Dissertação de Mestrado) — UFPB.

RODRIGUES, R. R. GUERRA DO CONTESTADO. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GUERRA%20DO%20CONTESTADO.pdf>. Acesso em: 26/11/2020.

ROSELI, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. 336 p.

SANTOS, M.; BECKER, B. K.; HAESBAERT, R. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3º. ed. Niterói: Lamparina, 2011. 420 p.

SCOTT, J. C.; GUERRA, T. M. A. de Menezes e L. **Formas de Cotidiana de Resistência Camponesa**. [S.l.]: Revista Raízes, 2002.

SHANIN, T. a definição de camponês: conceituação e desconceituação. p. 1 – 21, 1980.

SHANIN, T. **La clase Incomodo**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, E. M. dos Santos José de Oliveira Rosana dos Santos Vilma Martins de O.
OLHARES SOBRE OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL Resultados da Experiência do Curso de Licenciatura em Ciências: Ciências Sociais – UFGD/PRONERA. Dourados: UFGD, 2015a. 584 p.

SILVA, G. M. da. AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL. **Boletim DATALUTA**, Março 2015b. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_1_2015.pdf. Acesso em: 28/11/2020.

SILVA, M. C. T. da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados** . 2000. Tese (Doutorado em Geografia) — USP/FFLCH.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

STÉDILE, J. P. (org.). **A Questão Agrária no Brasil 2: O debate na esquerda: 1960-1980**. 2°. ed. [S.l.: s.n.], 2012. 320 p.

COMISSÃO PASTORAL TERRA. **História – Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul (1978 – 1992)**. Campo Grande: [s.n.], 1993.

TERRA, J. S. Um balanço de 1988. **Jornal Sem Terra**, dezembro 1988. Disponível em: www.mst.org.br.

TERRA, M. dos T. R. S. A História da luta pela terra. Disponível em: <https://mst.org.br/nossahistoria/inicio/>.

_____. História da luta pela terra. **Pagina do MST**, dezembro 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 10/12/2020.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquis-ação**., São Paulo: Cortez, 2011.

VALVERDE, O. Fundamentos Geográficos do Planejamento do Município de Corumbá. **Revista Brasileira de Geografia**., Rio de Janeiro: IBGE (34), v. 01, p. 49 – 144, Jan/Mar 1972’.

WANDERLEY, M. de N. B. **RAIZES HISTORICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO**. Quito - Equador: 49° congresso internacional del americanistas (ICA), 1997.

WANDERLEY, M. de N. B. agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro, 2004.

WESTIN, R. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **El País**, AGÊNCIA SENADO, 11 2020. Disponível em: <https://brasil:elpais.com/brasil/202009-16/ha-170-anos-lei-de-terras-oficializou-opcao-do-brasil-pelos-latifundios.html#:~:text=H%C3%A1%20exatamente%20170%20anos%2C%20o;e%20n%C3%A3o%20em%20pequenas%20propriedades>. Acesso em: 23/09/2020.

ZAMBOLIN, Rosimeire Aparecida Asunção. PRIORI, Angelo. **A Guerra de Porecatu: Pés vermelhos de sangue em busca de um Eldorado**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 03, pp. 96-115. Outubro de 2020. ISSN: 2448-0959, acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/guerra-de-porecatu> 03 abr. 2022